



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Formação de Professores

Fabíola da Silva Camargo

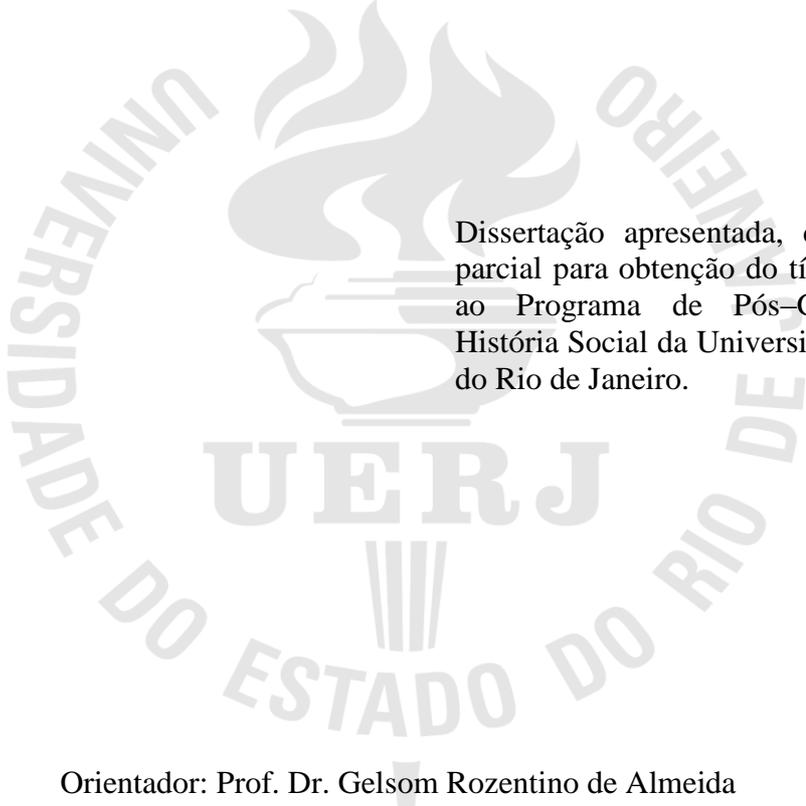
**Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais  
rurais entre 1945 e 1964**

São Gonçalo

2014

Fabíola da Silva Camargo

**Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945  
e 1964**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Gelson Rozentino de Almeida

São Gonçalo

2014

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/CEHD

C172 Camargo, Fabíola da Silva.

Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945 e 1964 / Fabíola da Silva Camargo. – 2014.  
116f.

Orientadora: Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Formação de Professores.

1. Polícia política – Brasil – Teses. 2. Brasil – Política e governo – Teses.  
3. Movimentos sociais – Teses I. Almeida, Gelsom Rozentino de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Formação de Professores. III. Título.

CDU 32(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Fabíola da Silva Camargo

**Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945 e 1964**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 25 de setembro de 2014.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida (Orientador)  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Luís Reznik  
Faculdade de Formação de Professores – UERJ

---

Prof. Dr. Leonardo Soares dos Santos  
Universidade Federal Fluminense

São Gonçalo

2014

## DEDICATÓRIA

In memoriam: ao meu pai e minha avó que mesmo com passagem breve, assentaram bases sólidas de amor.

Para meu filho Vital

Em nosso exílio particular, havia o som do mar...

Ao fim da tarde, os bichos se comunicavam em alto som pelo ar...

As corujas desconfiadas nos fizeram amigos...

Ao encontrarmos suas crias num ninho,

Estávamos sempre acompanhados de nossos filhotes

Nunca nos atacamos, nem fizemos sinais de ataque

E quando tudo parecia difícil, o mar embalava o sono sonhado

Era muita Vida e pouca gente:

Das poucas, imprescindíveis: Pra morrer ou nascer de novo...

Olhava para os lados, e quando não via ninguém, ali estávamos nós.

Num mergulho na solidão, um encontro, a solidude.

Perdi-me e me encontrei. Voltei. Outra ou a mesma. Depende de quem vê.

A Cria mais Madura, o voo mais tranquilo, e no pouso, o nosso abrigo.

Dedico este trabalho a todos os trabalhadores e militantes dos Movimentos Sociais que participaram ou foram vítimas da exceção nas Jornadas de Junho de 2013.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço à CAPES pela bolsa concedida, pois possibilitou o prazo um pouco maior para a escrita deste trabalho.

Ao Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida pela orientação ao longo desses dois anos e meio. Agradeço as indicações de leitura, o apontamento dos erros, sempre respeitoso e cuidadoso. As críticas e revisões quando vieram foram muito bem recebidas e percebidas na experiência e dedicação a cada capítulo, que enriqueceram o trabalho e ajudaram a pensar minha relação com a escrita e com o assunto.

Agradeço ao Prof. Dr. Luís Reznik por aceitar compor a banca e pela longa trajetória de acompanhamento e trabalho juntos em diversos momentos da minha vida acadêmica e profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História Social da FFP/UERJ, dos quais tive a oportunidade de ser aluna e que contribuíram com visões e leituras diversas. Faço este agradecimento em nome das professoras doutoras Iza Quelhas, Helenice Rocha, Marcia Gonçalves e Sonia Wanderley. À vocês agradeço por tornar esta jornada mais leve, e principalmente no exemplo de dedicação como professoras.

Aliás, agradeço aos que são referências profissionais na minha formação, e que eu tive a oportunidade de ser aluna. Aos exemplos e dedicação de meus eternos professores Leandro Konder, Ilmar R. Mattos e Selma Rinaldi.

Ao Prof. Dr. Sydenham Lourenço Neto que aceitou o convite para participar da Banca de Qualificação. Ao Prof. Dr. Leonardo Soares dos Santos e Luís Reznik que aceitaram o convite para participar da banca de defesa.

Aos colegas de turma pelas presenças (por vezes críticas) nos Seminários, pela troca de experiência, pela aprendizagem e crescimento juntos, na troca de ideias, nos momentos sérios, respeitosos e/ou descontraídos que aliviava a jornada dura pelas quais passamos numa parte desse tempo: por vezes foram vocês que acalentaram a luta e a força para continuar quando não havia mais estímulo.

Agradeço em especial a estes poucos com os quais estabeleci laços mais fortes. Já estão em meu coração e mente. São fortes candidatos aos amigos para sempre!

Desnaturalizando trabalhos essenciais: aos trabalhadores do APERJ, que por todos estes anos me ajudaram a pensar os caminhos de documentos. Às pessoas da Secretaria do Departamento de História da UERJ–FFP que muitas vezes organizam a nossa vida acadêmica.

Agradeço a compreensão, explicação e orientação à Andréa Cabral dos Santos e aos demais trabalhadores em seu nome.

Agradeço aos Orixás que revelaram a força maior ao chegar até aqui.

Ao Vital! Pela força deste amor, que me ajudou a caminhar, mesmo quando eu achava que não aguentaria... Com você descubro a essência deste caminhar... A você devo esta dissertação.

Ao meu irmão, que da sua rabugice, me presenteou com dois sobrinhos–afilhados lindos: Lígia e Leon. E das nossas conversas, por muito virtuais, que arrancam risos e impressões sobre a vida, a militância política, a sala de aula e a brincadeira de sempre. Era isso que eu precisava: ficar mais perto de vocês e correr pra brincar, quando o coração já não aguentava de saudade. A Paula, minha cunhada, que descobri uma amizade profunda.

À minha mãe quem me deu a vida e mesmo de longe, por vezes demonstra os laços tão afetuosos em suas reclamações e em seu humor.

Em especial Rosemeire Nascimento e Edwin, Enga, Anair Oliveira dos Santos, Andréa Camargo, Leila Duarte, Marília Ker Linden, Dona Emília e Francisca. Sem vocês seria muito mais difícil esta caminhada. Vocês representam tudo o que precisei para chegar até aqui.

Aos meus amigos de sempre: Rachel Viana, Alessandra Nicodemos, Josana Amorim, Andrea Caciqueana, Rita Ribes, Roberto Morales, Paulo Ignácio, Anna Vasconcelos, Rosilda e Claudio Benachio – aos meus alunos e alunas que tornam o aprendizado constante em minha vida. Agradeço aos que continuaram pacientes e compreensivamente por perto nestes dois anos e meio conturbados.

Não choraremos a miséria, a guerra e a debilidade. Sim, cantaremos elas e seus promotores.

*Antonio da Cruz*

## RESUMO

CAMARGO, Fabíola da Silva. *Entre uma ditadura e outra: a Polícia Política e os Movimentos Sociais rurais entre 1945 e 1964*. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Este trabalho analisa as ações da Polícia Política entre 1945 e 1964 em relação aos movimentos sociais rurais principalmente no Rio de Janeiro. O objetivo é compreender e explicar de que forma as ações da Polícia Política está relacionada com uma democracia restrita e de que forma o Estado Liberal limita as ações dos movimentos sociais num contexto que estão presentes o fim da Segunda Guerra Mundial, o início da Guerra Fria, um mundo bipolarizado. A análise da documentação foi feita prioritariamente no APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Por isso, vimos também de que forma a História das maiorias está presente em arquivos policiais ainda pouco referenciada na bibliografia tradicional. Priorizamos ainda, o quanto a Polícia Política agiu para desmobilizar organizações, congressos e, inclusive, por meio dessa documentação identificamos as divisões entre diversas organizações de esquerda no país. Identificamos de que forma, quais e como governos e setores das elites governantes lançam mão deste aparato de repressão estatal, para reprimir as maiorias e derrubar governos, como foi o caso do Presidente João Goulart com o golpe civil–militar de 1964.

Palavras–chave: Polícia Política. Movimentos Sociais rurais no Rio de Janeiro. Democracia entre 1945 e 1964.

## RESUMEN

CAMARGO, Fabíola da Silva. *Entre una dictadura y otra: la Policia Política y los Movimientos Sociales rurales entre 1945 y 1964*. 2014. 116f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2014.

Este trabajo analiza las acciones de la Policia Política entre 1945 y 1964 en relación com los movimientos sociales rurales, principalmente em Rio de Janeiro. El objetivo es comprender y explicar cómo las acciones de la Policia Política está relacionada con una democracia restringida y cómo el Estado Liberal limita las acciones de los movimientos sociales en el contexto del final de la Segunda Guerra Mundial y comienzo de la Guerra Fria y bipolarización del mundo. La análise de la documentación se hizo principalmente en APERJ – Archivo Público del Estado de Río de Janeiro, observando de que forma la historia de las mayorias está presente en los archivos de la policia y poco presente em la literatura tradicional y de que forma la Policia Política actuó para desmobilizar organizaciones, congresos y movimientos sociales. A través de esta documentación identificamos las divisiones de las distintas corrientes de las organizaciones de izquierda em el país y fue posible ver que gobiernos y sectores de las élites, de que forma y cómo, se apoderaron de este aparato de represión del Estado, para reprimir a la mayoría y derrocar gobiernos, como fue el caso del presidente Joao Goulart com el golpe cívico–militar de 1964.

Palabras clave: Policia Política. Movimientos Sociales Rurales en el Rio de Janeiro. La democracia entre 1945 y 1964.

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	11
1	<b>ENTRE UMA DITADURA E OUTRA.....</b>	14
1.1	<b>Os limites da democracia.....</b>	14
1.2	<b>O Congresso e as reformas.....</b>	27
1.3	<b>Jango, crise no poder e reforma agrária.....</b>	31
1.4	<b>A Igreja e a questão agrária.....</b>	36
1.5	<b>O acirramento dos conflitos agrários no nordeste.....</b>	38
2	<b>ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO NA POLÍCIA POLÍTICA ENTRE 1945 E 1964.....</b>	42
2.1	<b>A repressão policial e a criminalização racial antes da Primeira República.....</b>	43
2.2	<b>A repressão policial e os movimentos sociais na Primeira República.....</b>	45
2.3	<b>A LSN e a ação da Polícia Política sob Vargas.....</b>	52
2.4	<b>A DESPS.....</b>	56
2.5	<b>1945 e a busca da democracia.....</b>	57
2.6	<b>A DPS e a DFSP.....</b>	59
2.7	<b>O PCB e os Movimentos sociais a partir da década de 1950.....</b>	64
3	<b>A POLÍCIA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO....</b>	71
3.1	<b>A Revolta de Trombas e Formoso e a Revolta Porecatu.....</b>	72
3.2	<b>A solidariedade camponesa e a centralização da Polícia Política.....</b>	78
3.3	<b>A Polícia Política e a relação com alguns governos entre 1945 e 1964.....</b>	81
3.4	<b>A ação da Polícia Política, as agências estatais, os partidos e os movimentos sociais no Rio de Janeiro.....</b>	86
	<b>CONCLUSÃO.....</b>	102

<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>111</b>
-------------------------	------------

## INTRODUÇÃO

Esta dissertação pretende tratar do tema “Entre uma ditadura e outra: os Movimentos Sociais rurais e a Polícia Política entre 1945–1964”, enfatizando a luta camponesa a partir dos arquivos da Polícia Política, principalmente no Rio de Janeiro. Priorizamos esse tema em função da ação desse órgão de repressão que teve papel cerceador dos movimentos sociais no campo, limitando um diálogo democrático entre as autoridades constituídas e setores importantes da sociedade. Partimos, portanto, do pressuposto que a Polícia Política faz parte do aparelho do Estado e, conseqüentemente, ao Estado deve servir. Por isso identificaremos de que forma essa agência estatal serviu ao Estado no período entre 1945 e 1964.

A relevância desse recorte se justifica porque, nessa conjuntura estavam presentes, concomitantemente, uma euforia democratizante e os próprios limites que essa democracia apresentava.

Por isso, objetivamos compreender e explicar as questões que perpassam o fim da Segunda Guerra Mundial com a emergência da Guerra Fria, a cassação do PCB, a ascensão dos movimentos sociais, e a vigência da LSN (Lei de Segurança Nacional), identificando de forma mais abrangente o processo político corrente que deve aferir a validade das hipóteses que permeiam este trabalho.

A nossa hipótese é a de que a ação da Polícia Política no referido período teve papel limitador da democracia ao reprimir os movimentos sociais no campo.

Por meio dos arquivos da Polícia Política é possível percorrer a história dos movimentos sociais no campo, ainda poucos referendados, resgatando parte importante da nossa história política.

Além disso, esta dissertação pretende atender aos seguintes objetivos: investigar de que forma se internalizavam os conflitos da Guerra Fria; identificar a aproximação entre Polícia Política e os governos do referido período, assim como identificar os conflitos com os movimentos sociais ligados à terra, verificando quais sujeitos sociais se aproximavam ou usavam da repressão contra os movimentos sociais; analisar a relação entre liberalismo irrestrito e democracia restrita no período em questão; examinar as tensões no campo durante o período levando-se em conta os relatórios, boletins e opiniões dos agentes da Polícia Política; identificar como se deu o funcionamento da Polícia Política e de que forma centralizava, organizava e aumentava sua estrutura e efetivo, junto à ascensão dos movimentos sociais; identificar a ação e relação entre os movimentos sociais observando as

formas de solidariedade entre as diversas lutas e as conquistas; analisar como se dava a criminalização dos movimentos sociais e do comunismo no período; identificar as causas das rupturas entre os diversos movimentos sociais; verificar como a LSN se constituiu como instrumento legal contra os movimentos sociais com repercussões até os dias atuais e era posta em prática na medida em que havia uma ascensão dos movimentos sociais; identificar traços de continuidade nos governos de perfil autoritário em plena vigência de uma constituição liberal.

É importante ressaltar ainda as motivações que levaram à consecução desta dissertação. A autora é militante do movimento social e deseja observar se as propostas dos movimentos sociais podem ajudar a elaborar outras que possam ser usadas para a resolução de problemas que são vivenciados pelos camponeses, por aqueles que já não habitam mais o campo, pela maioria do povo pobre, e pela classe trabalhadora deste país.

Além disso, a pesquisa sobre a Polícia Política foi fruto de alguns anos de trabalho com essa documentação. No início, foram dois anos de orientação com o Prof. Dr. Luís Reznik nos arquivos das Polícias Políticas que se encontram no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, patrocinado pela Bolsa do PIBIC/CNPq, no período de julho de 2001 a julho de 2003. A pós-graduação *lato sensu* na Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Profa. Dra. Marcia Motta em 2004; como bolsista de apoio técnico em 2004 e 2005 no APERJ trabalhando com a organização, arranjo documental e História Administrativa do Fundo Polícias Políticas e da Casa de Detenção, e na pesquisa nos fichários da Polícia Política sob coordenação da Pesquisadora Dra. Leila Duarte no convênio APERJ/FAPERJ. Esses foram caminhos trilhados e fundamentais para a consecução desta pesquisa. Aliando ainda, a pesquisa historiográfica para o livro “200 anos da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro”, coordenado pelo Prof. Dr. Luís Reznik, entre 2007 e 2008, foram de suma importância como aprendizado sobre o assunto, já que foi enriquecida desde a forma de construção das hipóteses da dissertação, além da pesquisa bibliográfica orientada pelo Prof. Dr. Gelsom Rozentino de Almeida ao longo do mestrado que ajudaram a trilhar o caminho desta dissertação.

A justificativa para a escolha do tema possui razões subjetivas no que se refere ao contato com as fontes. Esse contato sempre suscitou à necessidade de pesquisa, divulgação, e urgência quanto ao uso das fontes num momento que a historiografia também aponta para a diversificação das fontes.

Ainda sobre a justificativa para a escolha do tema, me levou a possibilidade de contribuir para refletir junto aos movimentos sociais sobre a atual conjuntura. Refiro-me aqui

ao contexto que se abriu nas “Jornadas de Junho de 2013” e as necessárias reflexões sobre essa conjuntura quanto à memória dos períodos de exceção no país e suas continuidades.

A dissertação está dividida em 3 capítulos. No primeiro capítulo, “Entre uma ditadura e outra”, apresento um contexto do período de 1945–64, aferindo a conjuntura política, econômica e social e como as questões do campo se inserem nesse conjunto. No segundo capítulo, intitulado “A organização, estrutura e funcionamento da Polícia Política”, analiso de que forma a Polícia Política foi organizada e a relação com a ascensão dos movimentos sociais. O terceiro capítulo nos propomos a analisar na documentação da Polícia Política como a investigação, a informação e a repressão estão presentes na relação com os movimentos sociais e a quais governos a Polícia Política servia e de que forma agia. Além de observar de que forma os movimentos sociais se relacionavam a partir da documentação referida.

Sem a pretensão de originalidade, nem tampouco de dar respostas acabadas as várias questões debatidas, o presente trabalho pretende lançar um olhar sobre a atuação da Polícia Política no campo, com objetivo de contribuir para a análise crítica da ação política tanto da Polícia Política quanto dos movimentos sociais no campo, principalmente no Rio de Janeiro. Desta forma, este trabalho, ainda que limitado, só faz sentido como um instrumento de análise crítica e de intervenção no presente, contribuindo para que os interesses coletivos sejam postos acima dos interesses particulares ou corporativos. Apenas desta forma ele terá cumprido o seu papel.

## 1 ENTRE UMA DITADURA E OUTRA

### 1.1 Os limites da democracia

Em 1945 viveu-se um momento de grande efervescência e mudanças na sociedade brasileira, com o fim da II Guerra Mundial e o fim do Estado Novo. De um lado, a participação brasileira na guerra ocidentalizou o país e os grandes debates internacionais. A Guerra Fria passou, então, a ser internalizada, com desdobramentos nacionais de típicos processos em desenvolvimento na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, como a supressão do PCB, a formação de dois campos políticos opostos e a identificação de todo movimento social como uma pretensa conspiração internacional.

Os anos compreendidos entre o fim do Estado Novo (1945) e o segundo Governo Vargas (1951) representaram um interregno para as tendências estatizantes, até então vigentes no campo da política econômica, em nome da euforia “democratizante”, que se opunha a todos os vestígios de autoritarismo. Foi aí que se rearticularam as forças conservadoras partidárias do arrefecimento da industrialização pesada e da reintegração do país ao “livre comércio” internacional. Durante a gestão Dutra, embora não se tenha concretizado o desmantelamento da capacidade intervencionista do Estado, procedeu-se a uma relativa paralisia da tendência centralizadora dos comandos econômicos. Isso foi particularmente verdadeiro no tocante à continuidade do esforço de implantação das indústrias como um bloco complementar de investimentos no setor de bens de produção e de infra-estrutura.

Na coligação de forças conservadoras, a direção econômica do Estado se exercia segundo um padrão desaquecido e restrito de expansão capitalista, distante da visão do desenvolvimento industrial como um problema urgente.<sup>1</sup>

É no Governo Dutra que a oligarquia retoma politicamente posições enfraquecidas pela capacidade readquirida de instrumentalizar a dominação e controle social em voto. É efetivamente o voto que permitirá a oligarquia ampliar seu poder de barganha e amortecer as perdas impostas pela civilização urbano-industrial que se implanta.

Dáí a tendência a oligarquização do voto neutraliza o ideário democrático principalmente a partir de 1947, que apesar dos retrocessos do Estado Novo foi imposto à

---

<sup>1</sup> POMAR. Pedro Estevam da Rocha. “A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946–1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

nação pela revolução de 1930 tornando parcialmente inócuas as medidas que conduziam, a partir de 1945, ao alargamento da participação e a ampliação da comunidade política.<sup>2</sup> Uma delas foi a de tornar ilegal o Partido Comunista do Brasil (PCB) em maio de 1947, fortemente tutelada pelo governo pelo esbulho eleitoral puro e simples, com a cassação, em janeiro do ano seguinte, de inúmeros mandatos e de centenas de milhares de votos em todo o país, originários de três eleições: as de dezembro de 1945 e as de janeiro e novembro de 1947.

O limite da democracia liberal se refere aqui, ao conteúdo profundamente antipopular e estreitos na economia e na política, que saltam aos olhos no período Dutra. Nesse governo a instituição democrática do voto coexistiu com um poder coercitivo desenfreado dos aparelhos repressivos do Estado, só regulado pela legislação outorgada pelo próprio governo, como o Decreto-lei n. 9.070, que Dutra editou em março de 1946 a pedido da burguesia industrial, com a finalidade de proibir greves e punir trabalhadores.

Durante a Constituinte, os nove meses de trabalhos legislativos “no terreno concreto da ação, o executivo, investido de poderes excepcionais, orientava, sem fiscalização de nenhum outro poder, o sentido geral do processo de institucionalização” sistemático aos setores organizados da classe trabalhadora. A tentativa de negar ou abolir os direitos por ela conquistados sob o Estado Novo ou formalmente inscritos na Constituição Federal de 1946 fizeram lembrar o modo como a República Velha tratava a questão social. Por isso, na campanha eleitoral de 1950, Vargas disputou a presidência falando em restituir aos trabalhadores “pelo menos a cidadania”.

O exacerbado caráter policial-terrorista do regime, que se mostrou capaz até mesmo de aprisionar por meses ou anos aqueles que eram flagrados cometendo os mais prosaicos atos singulares de protesto – como recolher assinaturas, distribuir panfletos ou exibir faixas – indica uma democracia atrofiada e intolerante, quando não simplesmente policial.<sup>3</sup>

Vale ressaltar que havia uma questão econômica internacional no período: o ritmo de acumulação de capital industrial a exigir taxas crescentes, que por sua vez requeriam a compressão dos salários e, conseqüentemente, a repressão às demandas dos trabalhadores ou o confisco salarial.<sup>4</sup>

<sup>2</sup> CAMARGO, Aspásia de A. *A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930–1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, Sociedade e Política*, t. 3, v. 3. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. p. 127.

<sup>3</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. “A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950)”. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.19–30.

<sup>4</sup> *Ibidem*. p. 19–30.

Analisando a questão da política e da economia, vimos a dimensão de que a ação da Polícia Política refaz os aspectos mais estruturais ao agir de forma repressiva e de como a conjugação dos diversos aspectos identifica a ação da Polícia Política quanto ao âmbito mais amplo da democracia e do liberalismo econômico conjugados.

Compondo esse cenário relacionado ao aspecto da cultura do ponto de vista gramsciano, o ponto de contato fundamental é sobre a caracterização deste período sob a supressão de órgãos do aparelho econômico do estado criados durante a vigência do regime do Estado Novo. O grupo de instituições mais claramente identificadas com o corporativismo, definidamente autoritárias nesse período, apesar de ficarem intocadas a legislação trabalhista e a estrutura sindical, correspondia aos anseios dos setores dominantes de exercerem controle sobre a classe operária e sobre os movimentos sociais como um todo.<sup>5</sup>

Esse direcionamento combinava com a reconversão do aparelho de Estado ao liberalismo econômico: desativação ou reorientação dos controles estatais da economia em favor do grande Capital nacional e estrangeiro. A supressão legal do PCB foi acalentada desde 1946. Na nova Constituição Federal criou-se um dispositivo, o “artigo 141, parágrafo 13, que permitia em tese a cassação do registro de partidos que pudessem ameaçar o regime democrático”. O impressionante desempenho eleitoral do PCB em duas eleições nacionais sucessivas – que lhe deram a quarta maior bancada do parlamento federal, graças aos mais de 500.000 votos recebidos em todo o país, e a terceira de São Paulo – foi determinante para a decisão do regime de “cortar asas” do partido, tanto quanto a eclosão da guerra fria.

A repressão governamental ao movimento operário propriamente dito começou já em 1946, com a edição do Decreto-lei antigreve n. 9.070 e a prisão de líderes grevistas, sem se esquecer da deportação de ativistas operários de origem estrangeira. Foi a resposta de Dutra a uma maciça onda de greves vitoriosas que teve início antes mesmo de sua posse na Presidência da República em primeiro de fevereiro.

A cassação do PCB daria início a um novo e devastador surto repressivo com base no Decreto-lei n. 23.046 de 8 de maio de 1947, com o qual o governo fechou a Confederação dos Trabalhadores do Brasil – CTB e interveio em cerca de duas centenas de sindicatos. Muitos passaram a ser diretamente controlados pela polícia. O torniquete aplicado no movimento operário e sindical completava-se com a exigência de apresentação do atestado de ideologia para os eventuais candidatos a direção das entidades cabendo a Polícia Política a emissão desse documento.

---

<sup>5</sup> POMAR. Pedro Estevam da Rocha. “A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946-1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 19–30.

Dessa forma, o Partido Trabalhista Brasileiro ganhou força como canal legal de expressão dos interesses operários no lugar do PCB. Gestado nos gabinetes do Ministério do Trabalho, ainda ao tempo do Estado Novo, aglutinador dos sindicalistas oficiais, o PTB era um projeto caro a Vargas, por garantir-lhe, e a seus próximos, sobrevivência política na transição para os novos tempos.

Ao contrário do que se costuma afirmar sobre essa organização, ela não surge como contrapeso de última hora ao PCB: “era uma cunha entre a classe trabalhadora e o comunismo, mas não um partido cujo móvel e sentido fosse o anticomunismo.”

Luís Carlos Prestes perdeu seu mandato como senador, assim como toda a bancada comunista sai da legalidade para a clandestinidade, e Vargas reaparece em cena como um líder popular com o populismo trabalhista transformando-se “no principal elemento da ideologia e atividade do PTB”.

Já as classes dominantes tinham representação e interesses expressos no governo Dutra. Eram o PSD (Partido Social-Democrático) e a UDN (União Democrática Nacional). O PSD articulava ex-interventores e burocratas do Estado Novo e os representantes das oligarquias regionais. A UDN, em linhas gerais nascera como um projeto de uma parcela da esquerda que não se sentia representada no PCB, e rapidamente tornou-se instrumento de setores da alta burguesia e das casses médias conservadoras. No parlamento federal as alianças entre o PSD, a UDN e o PR (Partido Republicano), este ultimo de menor expressão, aliaram-se, e em janeiro de 1948 constituíram-se a maioria no governo Dutra.

Mesmo ilegal, o PCB decidiu continuar disputando espaços no parlamento. Tentou constituir o PP (Partido Popular), tentativa abortada pela Justiça Eleitoral, a direção comunista ordenou ou permitiu a seus militantes se inscreverem como candidatos em qualquer partido legalmente constituído. Assim, nas eleições de 1947, o clandestino PCB conseguiu eleger duzentos e cinquenta vereadores em todo o país e dois prefeitos, muitos cassados após o pleito, principalmente sob a legenda do PST.

Ainda assim, os que continuaram sem cassação por esse caminho, vereadores comunistas participaram ativamente dos conflitos de classe contra os interesses do latifúndio e menos frequentemente, contra a burguesia industrial.

Quando o PCB estivera finalmente expulso do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, adotando gradualmente posições radicais e também no movimento sindical, deu um giro à esquerda, pois a orientação anterior era de unidade nacional, de “ordem e tranquilidade” mesmo na iminência da cassação do registro do partido.

A orientação política do PCB entre 1948 e 1950 foi um dos fatores dos conflitos no interior do Partido no período entre 1948 e 1950.

Nesse contexto começou a mitificação de Dutra como governante. Constituiu-se o mito do estadista afeito a Constituição Federal, ao “livrinho” do mito do homem responsável pela redemocratização do país no final do Estado Novo. Essa construção é corriqueiramente encontrada na imprensa, e tem apoio nas obras produzidas por apologistas. Para Pomar (2002, p. 26), em duas das mais importantes biografias laudatórias do general não se faz referência a seus atos de governo. Os autores dão ênfase ao processo eleitoral vivido em 1945 até a destituição de Vargas e a vitória de Dutra, apresentada como o próprio corolário da democratização.

As obras de Dutra mostram a faceta eleitoral do general, como os compromissos assumidos por ele em abril de 1945, quando exaltou a “necessidade de reconstitucionalização do país”, defendeu a anistia e “não se furtou em falar sobre a oportunidade de reatamento de relações diplomáticas com a Rússia. Quando, em troca de cartas com o oficial da Marinha Átila Soares, amigo de Prestes, reconhece ao comunismo o “pleno direito da existência legal”, com uma ressalva nem sempre lembrada pelos que mencionam o episódio: “enquanto os comunistas estiverem entre nós a linha de conduta que hoje assumem, de renúncia aos processos violentos e de acatamento às autoridades constituídas.”

A trajetória golpista de Dutra entre 1937 e 1945 e sua condição contestável “do Estado Novo, condecorado por Hitler e Hiroito, são assim dissimuladas e habilmente substituídas pela imagem de governante zeloso da lei e da constituição. É verdade que, apesar da derrota de seu candidato, Cristiano Machado (PSD), nas eleições presidenciais de 1950, o general aparentemente nada fez para impedir a posse de Vargas”.<sup>6</sup>

Um evento destacado pelo autor Pedro E. da Rocha Pomar quanto ao governo Dutra se refere ao episódio da possibilidade de golpe no ano anterior, quando Adhemar de Barros e Getúlio Vargas movimentavam-se em diferentes direções, arregimentando forças para a campanha presidencial. Em discurso para um grupo de generais no Rio de Janeiro, Dutra evocou os fantasmas do Estado Novo e fez alusão à Guerra Fria, dizendo ser dever das forças armadas “estar atentas em momento de tanta gravidade no campo internacional e de tanta incompreensão dentro das fronteiras a respeito de problemas fundamentais para a nacionalidade.”

---

<sup>6</sup> POMAR, Pedro Estevam da Rocha. “A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946–1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.27–28.

Esse discurso provocou protestos como os do deputado Euzébio Rocha, para quem “o próprio presidente da República está conspirando contra a legalidade”, e Café Filho que denunciou os “propósitos golpistas” ajudados pela conjuntura internacional e por condições internas, políticas e econômicas que se agravavam dia a dia, por causa, sobretudo, da desorientação do governo” no calor da discussão que o autor identifica no “Jornal de Notícias” de 05-07-1949 e 06-07-1949.

Em 1949-50, tornaram-se evidentes o fracasso político e político do governo Dutra, tais como o Plano SALTE (Saúde, Alimentação e Transporte), considerado por Nelson Mello e Souza como “talvez o mais espetacular desastre das tentativas de planificação do Brasil, além do texto constitucional, de autoria de Francisco Campos, foi outorgado em 1937 – a Polaca – aliam-se as atividades antidemocráticas dificilmente com intuito de serem compreendidas e – ou explicadas no seu teor de louvor das obras mitificadas sobre o governo do general Dutra.

Desde 1943, o Estado Novo enfrentava oposição crescente de setores liberais. O PCB, que se reorganizava na clandestinidade, optou majoritariamente, pela linha de união nacional com Vargas na luta contra o nazi-fascismo. O processo de dissolução do regime acelerou-se com a entrada do Brasil na guerra e, depois da derrota da Alemanha, em 1945, com a volta dos combatentes da Força Expedicionária.

Em abril de 1945 foram libertados prisioneiros políticos, entre os quais, Prestes, com grande prestígio. Em maio, Vargas foi obrigado a convocar eleições gerais fixadas para dezembro, aliviando o regime de pressões vindas dos Estados Unidos aliado da União Soviética na frente contra os países do eixo, o Brasil reatou relações diplomáticas com esse país, por decisão de Vargas. O PCB foi legalizado, ao longo de 1945 até outubro, Vargas manobrou para encontrar uma saída para o regime, fazendo concessões de caráter democrático e preparando-se para a inevitável transição. Apesar de suas declarações em contrário, o ditador aparentemente buscava sua permanência no comando do Estado, em aliança não mais com setores “de cima”, mas com os subalternos: os trabalhadores.

O queremismo fora sua maior expressão. A campanha ganhou vigor entre as massas que exigiam a manutenção de Vargas à frente do governo. De todo modo, o PCB aderiu ao queremismo, num gesto político surpreendente para o partido que sofrera perseguição do aparelho repressivo do Estado Novo. Já em 1943 o PCB assumira posição ao lado de Vargas na “União Nacional com Vargas”, ou, em resumo, abdicara de denunciar o Estado Novo em nome da unidade contra o nazismo.

Mas em outubro de 1945, Vargas foi derrubado por um golpe comandado pelos generais Dutra, o ministro da guerra Góes Monteiro, os mais influentes do Estado Novo. O embaixador dos Estados Unidos, Adolf Berle, fizera uma declaração pública interpretada como “sinal verde” para a deposição de Vargas. José Linhares, presidente do Supremo Tribunal Federal e ligado a UDN, assumiu a presidência interinamente.

Nas eleições de 2 de dezembro de 1945, as primeiras relativamente livres e democráticas (embora sem sufrágio universal) da história brasileira, Dutra derrotou o brigadeiro Eduardo Gomes (UDN), seu principal adversário, e elegeu-se presidente da República pelo PSD com 55% dos votos, graças a vasta influência da máquina administrativa herdada do Estado Novo, ao apoio das oligarquias regionais e ao voto dos trabalhadores urbanos, cabalado por Vargas as vésperas da eleição. Os comunistas, por sua vez, elegeram a Assembleia Nacional Constituinte quatorze deputados e um senador tendo Prestes a frente com votação expressiva.

Como candidato a constituinte, Vargas recebeu a maior votação elegendo-se por dois Estados e dois partidos: PSD no Rio Grande do Sul e PTB em São Paulo, assim como fora eleito deputado federal por sete estados. Na confortável condição de eleitor de Dutra e campeão de votos, mas Vargas optou por voltar a São Borja e preparar o retorno a presidência como opositor do presidente.

Após um fracassado Congresso Sindical de Trabalhadores organizado pelo Ministério do Trabalho, que seria o primeiro, terminou sob controle de um grupo do PCB. O governo Dutra resolveu impor a dominação de classe por meio do recurso sistemático à violência de Estado, legal e extra-legal.

A intervenção nos sindicatos de forma arbitrária superou a violência estadonovista. Era a guerra fria ganhando contornos de repressão sistemática aos movimentos sociais no Brasil. Para Pomar (2002), aliado da compressão salarial, foi fundamental a política econômica de Dutra para manter altas as taxas de acumulação de capital, e a repressão ao movimento operário era necessária.<sup>7</sup>

A redemocratização do Pós Guerra aprofundou o sentido determinado pelo golpe de outubro de 1945, conforme Otávio Ianni observou:

- 1) Matar o ninho da democratização planejada pelo próprio Vargas, a qual, pensava-se, traria embutida uma política econômica estatizante e nacionalizante;
- 2) Reorientar a economia no rumo oposto, e, em nome da democracia representativa, abandonar “ as diretrizes e as práticas ligadas á política econômica de orientação

<sup>7</sup> POMAR. Pedro Estevam da Rocha. “A democracia intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão do Partido Comunista (1946–1950). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p.30.

nacionalista”, bem como eliminar os órgãos estatais que exerciam a intervenção na economia; 3) Desmantelar “tudo que estivesse identificado com a ditadura do Estado Novo e a figura de Vargas.” (IANNI, 2002, p. 57–82).

Para Pomar (2002), no âmbito internacional o alinhamento aos interesses políticos, militares e diplomáticos norte-americanos, dentro dos padrões da guerra fria, foi Dutra quem cumpriu em seu governo papel importante na ampliação e consolidação dos laços entre as classes dominantes brasileiras e os Estados Unidos.

As provas contundentes desses laços estão na atuação de Oswaldo Aranha como secretário-geral da ONU (na condição de patrono de Israel em 1948), o rompimento de relações diplomáticas com a URSS em outubro de 1947 e as facilidades criadas para arremessa de lucros para o exterior.

Foi na segunda Guerra Mundial que esses laços ficaram mais firmes nos campos de batalha da Itália que o então tenente-coronel Humberto Castelo Branco começaria a destacar-se, ao lado de oficiais norte-americanos. Mais tarde, Castelo Branco seria, ao lado de vários generais, uma das testemunhas-chave no processo em que o TSE decidiu por 3 votos a 2 cassar o registro do PCB. Parece remontar a essa época, portanto, a formação da elite militar que seria o núcleo dirigente do golpe de 1964.

A Guerra Fria influenciou as políticas externa e interna do regime, a começar pelo rompimento com a URSS e o alinhamento incondicional à agenda diplomática e militar dos Estados Unidos. Dutra apoiou a intervenção inglesa no Egito e na Grécia e preferiu ignorar a criação da República Popular da China em 1949.

Pomar (2002) ressalta ainda que neste período da Guerra Fria, no plano internacional, acordos militares importantes foram feitos sob a decisiva presença dos Estados Unidos, tal como o Tratado Interamericano de Assistência dos Estados Americanos (OEA) e da Escola Superior de Guerra (ESG), centro gerador da futura Ideologia da Segurança Nacional, ambas surgidas em 1948.

Por outro lado, os Estados Unidos perderam a batalha estratégica pelo petróleo. Dutra entre seus acordos, teve que amargar a sobrevivência da campanha pelo monopólio nacional do petróleo. Na aliança com os Estados Unidos, não conseguiu também, nas eleições presidenciais de 1950, ver consagrado o nome de sua confiança e predileção: o candidato preferido de Truman era o general Canrobert Pereira, um dos expoentes do Estado Novo, mas não chegou a disputar tendo sido eleito o presidente Getúlio Vargas.

O crescimento da classe média e da classe trabalhadora urbana no país tem sentido numa conjuntura mais industrial e urbana. Consequência do processo longo de exclusão no

campo era ainda um país predominantemente rural. A população total passou de 41,1 milhões de habitantes, em 1940, para 51,9 milhões de habitantes, em 1950. E a população urbana cresceu de 31,24% em 1940 para 36,16% em 1950 de acordo com o IBGE.

Depois dos anos de refluxo sob a Ditadura, a classe trabalhadora urbana havia entrado em cena no final de 1945, lutando para recompor os salários que já não acompanhavam a inflação. O número de trabalhadores sindicalizados passou de 474.000, em 1945, para 797.000, em 1946. Nos seis primeiros meses de 1946, registraram-se mais de setenta greves de grande porte, envolvendo 100 mil trabalhadores.

Segundo Bethel, o empresariado industrial paulista pediu a Dutra, antes mesmo de sua posse, que banisse os comunistas (que já em 1945 haviam criado o Movimento Unificador dos Trabalhadores – MUT), sufocasse o movimento operário e criasse um clima favorável ao investimento estrangeiro direto na indústria. (BETHEL. p. 94)

Logo que assumiu, em maio de 1946, ocorreu a chacina do largo da Carioca, no centro da cidade do Rio de Janeiro: manifestação pública organizada pelos comunistas, dissolvida a tiros e cargas de cavalaria pela polícia, resultando em mais de cem feridos. Era uma senha a sugerir que, para a massa popular os resultados materiais e políticos da conversão à democracia representativa foram negativos: Para Ianni (2002), “durante todo o período governamental (1946–50) não houve qualquer elevação do salário mínimo, a despeito da crescente inflação de preços”.<sup>8</sup>

No entanto, as mudanças introduzidas por Vargas, em especial a opção pela industrialização, mostravam-se malgrado o papel conservador da constituinte de 1946, irreversíveis. O retorno de Vargas ao poder entre 1951-54, bem como a atuação de Juscelino Kubitschek, no fim da década, acelerariam as mudanças básicas na economia brasileira em direção a um modelo econômico baseado nos pressupostos fordista–keynesiano.

De 1950 a 1960, no campo econômico, a questão agrária se apresentou como empecilho ao desenvolvimento, pondo na ordem do dia a aceleração da chamada substituição das importações, criando ilhas de desenvolvimento em especial no eixo Rio–São Paulo, colocando em relevo um relativo bem-estar social, diante da concessão de benefícios sociais para grupos inicialmente restritos, como os trabalhadores industriais urbanos; mantendo baixos índices de produtividade agrícola e favorecendo a migração de trabalhadores do campo para a cidade. Tornam-se recorrentes as crises de abastecimento e a estreiteza do mercado de

---

<sup>8</sup> POMAR, Pedro. *A Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 19–37.

insumos, ou seja, os recursos de produção. Por isso são caracterizados como dificuldades ao desenvolvimento nacional.<sup>9</sup>

Daí, a questão agrária é identificada com a questão nacional, com a luta contra o atraso e pela soberania; do binômio minifúndio/latifúndio, com os vínculos de dependência e prestígio.

No início do governo de JK, foram quatro os elementos básicos e que agilizariam a nova estrutura: a criação de uma rede de centralização efetiva dos comandos – expressa na colaboração de um plano de desenvolvimento que, pela primeira vez, integraria a agricultura, a indústria pesada e a emergência das massas; a afirmação da empresa pública como fator de dinamização do desenvolvimento – face a fragilidade da empresa privada nacional diante das tarefas impostas pelo salto industrializante; a fundação de um banco de investimentos – o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE) – constituído enquanto agente do tesouro para as operações financeiras de longo prazo previstas pelo plano de Reparcelamento Econômico; e, finalmente, o delineamento de uma nova articulação entre empresários e Estado não mais nos moldes corporativistas de representação vigentes até então.

Sob a égide do Plano de Metas, lançado na segunda metade dos anos 50, o país ingressou em sua fase de economia industrial avançada, concretizando-se uma estrutura monopolista específica que articulou, de modo peculiar, a multinacional, a empresa privada nacional e a empresa pública. Operou-se uma ruptura com a orientação política econômica anterior sobretudo em dois níveis; no da definição de um novo setor industrial a ser privilegiado pelo Estado; e no estabelecimento de novas estratégias de financiamento para a industrialização brasileira, em lugar da ênfase aos empréstimos públicos externos.

Foi no tocante as alternativas de financiamento que o novo padrão de acumulação mais se distanciou de seu antecessor. Após 25 anos de transformações na estrutura do Estado e na construção dos pré-requisitos de infra-estrutura e sua égide, definiu-se uma tática peculiar de conciliação entre entrada da empresa estrangeira e uma dinâmica industrial de perfil avançado. Abrindo-se mão de projeto de desenvolvimento nacional autônomo, internacionalizou-se a economia, franqueando-a ao capital estrangeiro sob a dupla modalidade de empréstimos e investimentos diretos, superando inclusive, o principal limitante da industrialização restringida: sua dependência do desempenho do setor agroexportador enquanto gerador de divisas.<sup>10</sup>

---

<sup>9</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999, p.148–159.

<sup>10</sup> MENDONÇA, Sônia. *As bases do desenvolvimento capitalista dependente: da industrialização restringida à internacionalização*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org.). 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 334.

No governo de JK é que se consolida o processo desenvolvimentista, sediado nas concentrações urbanas da região Centro–Sul. No que toca ao setor agrícola, o empenho oficial não pode ser o mesmo. E se na época, o Presidente da República reconhece que dificilmente se consolidaria a revolução industrial sem uma sólida base agrícola e sem um mercado interno em expansão, anos mais tarde o já presidente afirmará, como justificativa à sua gestão omissa ao declarar que mudanças em profundidade na agricultura teriam sido inócuas sem o respaldo de um desenvolvimento industrial que o sustentasse.

Ao iniciar seu governo, JK demonstra ser sensível à causa reformista, quando acentua que “a inferioridade econômica da população camponesa é resultante antes de tudo, da inadequada estrutura agrária, no que respeita ao regime da propriedade da terra: um desequilíbrio entre o número reduzido dos proprietários rurais e o número elevado dos que trabalham em “gleba alheia”. Como solução, propugnou uma Reforma Agrária “escudada nos princípios constitucionais do distributismo econômico que objetiva fundamentalmente propiciar aos trabalhadores agrários o acesso à propriedade, de modo que se evite a proletarização das massas rurais”. Anunciou alguns anteprojetos encaminhados pela Comissão Nacional de Política Agrária dispendo sobre a redistribuição da terra – adequada ao reabastecimento dos centros de consumo ou beneficiada por obras públicas– o arrendamento compulsório, etc.<sup>11</sup>

Quando JK anuncia a intenção de impulsionar uma Reforma Constitucional (Administrativa, Agrária, Previdenciária, e do Crédito rural) com anteprojetos que seriam levados dentro de dois ou três meses ao Congresso Nacional, as dificuldades políticas, apesar dos esforços de apoiar a “ala moça” do PSD, que o ajuda a eleger–se, afim de fazer face aos caciques do partido, como Benedito Valadares e outros, a política do possível parece ter sido a de conseguir da facção ruralista uma posição de neutralidade diante do programa de Metas, em troca da conservação das relações sociais no campo. Daniel Faraco, do PSD–RS presidente da Comissão Econômica da Câmara anunciava: “enquanto eu for presidente desta Comissão, nenhum projeto de Reforma Agrária passará por aqui.”<sup>12</sup>

O caminho da Reforma Agrária tomará outros rumos, mais conciliadores na superestrutura. Pouco depois, o governo habilmente canaliza as frustrações reformistas para medidas indiretas como a Operação Nordeste – sua meta 31 – que enfrenta a questão agrária

<sup>11</sup> CAMARGO, Aspásia de A. *A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, Sociedade e Política*, t. 3, v. 3. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. p.154.

<sup>12</sup> CPDOC. *Dicionário Histórico–Biográfico Brasileiro: 1930-1983*, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984, p. 2961–2970.

por meio da integração regional reduzindo ou neutralizando números na representação nordestina que mesmo assim, nasce com o difícil aval do Congresso.

Em maio de 1956, início de seu governo, JK esteve em Campina Grande (PB) participando do Encontro dos Bispos do Nordeste, no qual foram discutidos os principais problemas da região. No discurso de encerramento, JK lançou em linhas gerais o plano que viria a ser, dois anos depois, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste—SUDENE, configurando um amplo sistema cooperativo entre União, estados, os municípios e as empresas privadas, com a finalidade de promover a partir da aplicação adequada de incentivos, o desenvolvimento daquela região.

Aproveitando a vinda dos governadores dos estados do nordeste ao Rio de Janeiro em busca de auxílio do governo federal, JK convoca uma reunião no Palácio Rio Negro, em Petrópolis, a qual compareceram autoridades do clero e parlamentares nordestinos. Durante o encontro, JK anunciou seu objetivo de criar uma comissão para coordenar o auxílio ao nordeste, constituída pelos ministros da Fazenda, do Trabalho, da Saúde e da Viação presidida por este último.

Devido ao estado de emergência configurado, JK seguiu em 17 de abril para o interior do Ceará. Nesta época, já havia um grupo de trabalho composto por vários técnicos, entre os quais, Israel Klabin, Luís Carlos Mancini e Celso Furtado, este último, membro da CEPAL – Comissão Econômica para América Latina, criada em 1948, com sede em Santiago do Chile, para pensar os caminhos de desenvolvimento para o continente. Logo, a CEPAL tornou-se um centro de reflexão sobre desenvolvimentismo na América Latina, isto é, formulou a teoria e a prática do desenvolvimento industrial latino americano, sugerindo para isso, o rompimento com aquela divisão internacional do trabalho. O brasileiro Celso Furtado esteve na CEPAL desde os seus primórdios e é considerado o principal articulador e propagador do pensamento cepalino e estruturalista no Brasil<sup>13</sup>.

O grupo de trabalho funcionava no BNDE com a incumbência de estudar as medidas a serem tomadas para solucionar os problemas no nordeste. Considerando a necessidade da implantação da industrialização e da agricultura irrigada na região, o governo se propôs a criar a infraestrutura necessária. A industrialização seria, no entanto, muito mais contemplada do que a agricultura. Quanto à agricultura, a expulsão dos camponeses foi umas das consequências.

---

<sup>13</sup> REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A Polícia Política no pós II Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2000, p.7.

Para JK, como os debates entre os integrantes do grupo de trabalho responsável pela política desenvolvimentista a ser implementada no Nordeste não progrediam com a devida rapidez, principalmente em função das interferências de Aluísio Alves, que fora eleito governador do Rio Grande do Norte, ele propôs em fins de 1958 uma reunião com os governadores da região. Durante o encontro, expôs as linhas centrais da mensagem que enviara ao Congresso em fevereiro, sugerindo a criação de um órgão centralizador capaz de promover o desenvolvimento do nordeste. Por essa época, um grupo de técnicos, por sugestão de Sete Câmara, já cogitava na utilização de incentivos fiscais para canalizar recursos para a região. Em abril do ano seguinte seria criado o Conselho de Desenvolvimento do Nordeste – CODENO, órgão que daria origem a SUDENE, criada em 15 de dezembro de 1959.

Ainda em meados de 1959, em reunião ministerial convocada por JK, foi elaborada uma nota esclarecendo a opinião pública sobre as agitações que perturbavam o *status quo*. Na ocasião, os ministros militares, o do trabalho e o da justiça, foram incumbidos de coordenar um plano de prevenção e repressão dos movimentos contestatórios, identificando em Leonel Brizola e João Goulart conspiradores contra a ordem pública.

O anteprojeto de lei para a criação da SUDENE teve difícil tramitação no Congresso. Além da resistência à nomeação de Celso Furtado para àquela superintendência por não constituir elemento representativo das oligarquias regionais, ocorreram tentativas de esfacelamento do plano de forma a serem preservadas as tradicionais áreas de domínio político. Foi nesse sentido que Argemiro Figueiredo, relator da matéria no senado, propôs com êxito que o Departamento Nacional de Obras contra a Seca – DNOCS, fosse desmembrado da SUDENE. Apesar desses obstáculos, a lei que instituiu a SUDENE foi sancionada por JK em 15 de dezembro de 1959. Este órgão, ditado de recursos próprios e diretamente subordinado a presidência, tinha por objetivo promover o desenvolvimento do Nordeste, sendo a industrialização da área uma das principais propostas para a absorção do amplo contingente de mão-de-obra nordestina em condição de desemprego. Para a SUDENE, foi instituído o sistema de incentivos fiscais, tendo em vista canalizar capitais para aquela região.

Foi crescente a participação militar na vida nacional do período. A criação do Serviço Agropecuário (SEAPE) visava incrementar a produção agrícola, como iniciativa do exército, e foi amplamente criticado pela oposição como medida intervencionista. Também nos cursos e seminários promovidos pelo ISEB, foi flagrante a presença de oficiais do EMFA. A ESG, foi ampliada para a criação dos cursos de segurança nacional e de informação, tornando-se mais uma órgão vigilante no período considerado democrático sob os limites da segurança e

da vigilância. Aliado da Guerra Fria e do medo do comunismo em nível internacional, armavam-se também contra o “terrível mal” que assolava a América Latina com a Revolução cubana em 1959<sup>14</sup>.

Nos primeiros dias de fevereiro de 1960 em reunião com os governadores dos estados e territórios da região norte, JK anunciou o início da colonização das margens da Rodovia Belém–Brasília e, propôs a construção da Brasília–Acre, providenciando em seguida a criação de uma comissão no DNER para proceder a este empreendimento, Ao qual seria concluído em dezembro.<sup>15</sup>

Diante da tensão reinante no cenário político, em 1959, reforçada pelas Ligas Camponesas, que insistiam na Reforma Agrária, bem como pelas inúmeras greves que vinham sendo deflagradas, o governo, naquele início de ano, chegou a ameaçar a decretação de estado de sítio.

## 1.2 O Congresso e as reformas

Com as mudanças do pós-guerra 1945–46 o país passou por um processo de redemocratização, com várias instituições, mecanismos e propostas do Estado Novo permanecendo de pé. Os rumos políticos do país foram condicionados, em grande parte, pela ação do ex-ditador Getúlio Vargas. Do núcleo dirigente parte a iniciativa de se ajustar à nova ordem de disputa eleitoral em torno do Partido Social Democrático (PSD), de base agrária, tipicamente oligárquica somada à burocracia ampliada no Estado Novo, que tinha nos interventores sua grande força eleitoral. A este se somou o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que correspondia ao outro pilar de sustentação de Getúlio Vargas, qual seja, o da classe trabalhadora dos grandes centros urbanos do país (embora o PTB não tivesse grande penetração em São Paulo, ao contrário do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, justamente para não por em risco o pacto de dominação rearticulado por Vargas na tentativa de amenizar o “poder de fogo” da classe trabalhadora para favorecer os outros partidos).

---

<sup>14</sup> CALVO, Hernando. *Dissidentes ou mercenários?* Objetivo liquidar a revolução cubana: São Paulo: Expressão Popular, 2001.

<sup>15</sup> CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC: FINEP, 1984, p.2961–2970.

Por outro lado, os segmentos sociais que se opunham ao *staff* estado-novista, e que se mobilizaram em uma ampla campanha cujo marco foi a publicação do “Manifesto dos Mineiros” no ano de 1943, não se esgotou politicamente com a deposição de Vargas em 1945. Os agro-exportadores (insatisfeitos com a política de confisco cambial), os importadores (que esbarravam no protecionismo econômico) e a classe média urbana (devido aos aumentos no custo de vida) rapidamente se apropriaram da contradição entre o regime implantado em 1937 e a onda de liberalismo emergente no mundo, se agrupando sob a bandeira da União Democrática Nacional (UDN) que propugnava o liberalismo como opção ao modelo econômico vigente mas que tinha no combate à figura de Vargas, sua principal força de coesão. Essas duas características revelariam a fragilidade e a ambigüidade da UDN no período, seja quando do racha de centro-esquerda que deu origem ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), seja nos apelos ao rompimento da ordem propondo intervenções militares quando na oposição. Dá-se o mesmo quando assume o poder a nível nacional, com Jânio Quadros, que assumia posturas independentes refletindo suas feições populistas (ao incentivar os comitês JAN-JAN propondo aliança informal com João Goulart, candidato à vice-presidência pelo PTB) e a ausência de um projeto político de fato, por parte da UDN.

A ordem liberal implantada em 1946 se apresentava bastante frágil, pois se institucionalizava nacionalmente de forma bastante lenta. A cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947 ilustra de forma objetiva os limites da democracia liberal no período, embora o PCB tenha continuado em intensa atividade sindical em função da sua enorme popularidade neste período, e também político-partidária por meio da eleição de quadros comunistas dentro do PTB – era uma realidade vigiada.

Nas duas décadas que precedem o golpe de 1964, registraram-se diversas propostas no parlamento com objetivo de encaminhar às que dessem cabo a reforma agrária por meios “seguros”. Projetos enviados ao Congresso sobre os problemas do campo foram conquistando a atenção do Executivo e do Legislativo, com pronunciamentos, pareceres, projetos de lei. Em 1951 foi constituída a Comissão Nacional de Política Agrária; em 1954, criou-se o Instituto Nacional de Imigração e Colonização. Ainda em 1953 foi proposta a lei de desapropriação por interesse social, que não teve continuidade para renascer como uma das reformas de base posteriormente.

Os autores de projetos relativos à questão agrária apresentaram planos mais completos de reforma agrária, que incluíam justificativas e o estabelecimento de formas e mecanismos de executá-la. Embora houvesse certo consenso quanto à necessidade de modificação do sistema de uso e posse da terra, as definições do que seria essa reforma agrária eram mais

dísparas, influenciadas por interesses políticos e econômicos em jogo e, até mesmo, pelos inimigos da reforma. Mas definia-se a discussão da reforma agrária no Congresso, onde se poderiam articular de maneira vista como democrática, os interesses dos diversos setores da economia e da sociedade brasileira, para encontrar um projeto que satisfizesse a todo o país, dentro dos preceitos constitucionais de 1946 sobre a propriedade privada. Nesse jogo, é conveniente lembrar que as mudanças políticas levaram alguns grupos no poder a se aproximarem dos trabalhadores rurais para compor e recompor as suas bases partidárias.

A discussão sobre reforma agrária se intensificou no Congresso. Boa parte dos projetos se não propunha a reforma agrária de fato, apresentava mecanismos que pudessem viabilizá-la para evitar a solução mais radical, vinda dos próprios camponeses expropriados cada vez mais de suas terras, com o Congresso apontando formas de atenuar as demandas do campo.

Uma das vias para reforma agrária no Congresso visava alcançar consenso entre o que os vários grupos pensavam constituir a questão agrária no Brasil, quais as alternativas para a sua solução, qual o espaço da reforma agrária nessa solução e, uma vez aceita, que tipo de reforma agrária seria adequada ao país como um todo. Sublinhava-se a necessidade de que fossem leis livremente votadas pelos representantes no Congresso.

Na superestrutura enfatizava-se a condução da reforma de maneira ordeira e dentro da lei e de “padrões democráticos”. A reforma viria assim, como um grande acordo entre as elites ou nunca viria, como de fato hoje podemos observar, mas essa foi a via considerada democrática, excluindo a maioria da população rural. Desse modo, houve uma profusão de leis nesse sentido, com propostas que repetiam, incorporavam ou descartavam proposições de outros projetos apresentados no ano de 1963. Outra via era a intervenção mais concreta do Executivo, através de projetos, comissões, decretos, regulamentos e interpretações dos dispositivos constitucionais. O recurso mais radical utilizado no Congresso, eram as emendas constitucionais que consagrassem a reforma agrária na lei maior, ou mais especificamente, um tipo de reforma agrária que se relacionasse estreitamente com mudanças nas garantias de direito de propriedade. No caso em questão, essa via era tida como não democrática, posto que se associava com as reformas de base necessárias para a continuidade de um projeto político do governo de João Goulart. Por outro lado, havia a consciência de que sem as modificações constitucionais, as leis de reforma agrária não seriam eficazes.<sup>16</sup>

---

<sup>16</sup> SANTOS, Ana Maria. “Desenvolvimento, trabalho e reforma agrária no Brasil”, 1950-1964. *Revista Tempo*, v.4, n.7, p. 29-46, jul. 1999.

Por este lado, a distribuição das terras obtidas para reforma agrária obedecia às ideias de formar uma determinada classe no campo, evitando a proletarização do homem rural, e de aumentar o número de proprietários e o acesso à propriedade. Mas a insistência em que terras fossem vendidas e a um preço que permitisse financiar a reforma agrária, especialmente no campo das indenizações, demonstrava a preocupação em contemplar os que pudessem desde já dar viabilidade econômica a seus lotes.

No projeto 93-B ano de 1963, sobre o Estatuto da Terra, já com emendas, as terras públicas e as que fossem adquiridas para fins de reforma agrária, seriam subdivididas em lotes e vendidas nas zonas de exploração pioneira preferencialmente a posseiros, com pagamento em quinze anos. Quanto às terras desapropriadas, a venda seria a prazo, pelo preço da desapropriação mais juros de 6%. Os beneficiados deveriam ser não proprietários ou donos de terras insuficientes para sua manutenção e a de sua família.

Em geral, dentro dos projetos de distribuição de terras estava explícito o tipo de exploração agrícola que se queria privilegiar: a pequena e a média propriedade familiar, capazes de sustentar uma família e produzir um excedente para o mercado. Como complemento, procurava-se reunir essas unidades em projetos mais amplos de colonização e cooperativas, para assistência técnica e para promover atividades agropecuárias em áreas pioneiras. Em geral, dirigiam-se para aqueles que já tivessem experiência de agricultura familiar, como posseiros ou arrendatários de terras alheias, colocando por último, o trabalhador rural.

Seguindo os objetivos desenvolvimentistas maiores, a capacidade de produção para o mercado era elemento comum em todas as propostas de criar uma classe média rural. Daí se previa também ação do governo ou dos órgãos executores para que a distribuição de terras alcançasse os objetivos da reforma agrária. Algumas dessas medidas de política agrícola foram apresentadas como precedendo a distribuição de terras para preparar e qualificar a população do campo. Outras faziam parte do próprio projeto de reforma: a terra seria a pré condição para os trabalhadores melhorarem as suas condições de vida e se qualificarem como produtores adequados.

O Congresso, tornou inoperantes os numerosos projetos de reformulação da estrutura agrária, através dos artifícios legais ou da recusa frontal. Em casos excepcionais, como o da aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural em 1963, obriga seu defensor a uma insistência,

que, sob a pressão crescente de um campesinato já mobilizado forçará após um longo período a sua aprovação.<sup>17</sup>

### 1.3 Jango, crise no poder e reforma agrária

Sete meses depois de assumir a presidência da República, Jânio Quadros apresenta sua renúncia. Seus ministros militares criam um impasse em reconhecer a vice-presidência de João Goulart e viram no fato uma oportunidade de impedi-lo pelas razões da segurança nacional. Formou-se dentro e fora do parlamento, uma coalizão visando a preservação das instituições vigentes.<sup>18</sup>

Em meio a tentativa de golpe investida por amplos setores militares e de setores conservadores da sociedade em oposição a proposta de regime democrático, toma posse o presidente João Goulart, após forte mobilização popular e campanhas como a da Legalidade, impetradas por Leonel Brizola inicialmente no Rio Grande do Sul e ampliadas em todo o território Nacional.

Nas primeiras semanas de governo de João Goulart foram dedicadas à formulação de seu programa, que colocava como pontos centrais a defesa de reajustes salariais periódicos compatíveis com os índices inflacionários, da política externa independente, a nacionalização de algumas subsidiárias estrangeiras e as chamadas Reformas de Base (Agrária, Bancária, Administrativa, Fiscal, Eleitoral e Urbana). Essas diretrizes, inicialmente formuladas de forma genérica, foram delineadas mais claramente através da atuação de Jango e da pressão dos movimentos sociais por reformas na sociedade.

Dentre as propostas de Jango, ganhava destaque a questão agrária. Em seu discurso por ocasião do encerramento do I Congresso Camponês, realizado em Belo Horizonte em novembro de 1961, o então presidente afirmou que não só era premente a realização da reforma agrária, como também declarou a possibilidade de sua efetivação. Dispunha que sem mudança do princípio constitucional que exigia indenização prévia em dinheiro para terras desapropriadas, não haveria reforma agrária.

---

<sup>17</sup> FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964*, São Paulo: Paz e Terra, 1993. p.35-36.

<sup>18</sup> *Ibidem*. p. 39.

Entretanto a defesa deste ponto de vista não era partilhado pelos nomes mais significativos que compunham o seu ministério, o que demonstrava não só as contingências da política de alianças sobre a qual se baseava o governo, como também as dificuldades para chegar a um consenso que Jango buscava.

Nestas circunstâncias, a realização de uma reforma agrária colocava problemas de difícil solução, como definir que tipo de reforma agrária deveria ser implementada, isto é, a quem beneficiaria, e em que nível, em detrimento de que forças sociais e políticas e quais os instrumentos jurídicos disponíveis para executá-la através de alianças que tornassem os custos sociais politicamente viáveis.

Com o objetivo de melhor responder essas questões, o governo Jango encarregou o Ministro da Agricultura de organizar um grupo de trabalho destinado a elaborar um anteprojeto sobre o assunto. Durante essa fase inicial, o grupo de estudos atendeu a orientação conciliadora do gabinete, discutindo soluções alternativas a emenda constitucional que previa o pagamento em títulos da dívida pública. Outra iniciativa do governo em relação ao estudo para a implantação da reforma agrária foi a criação, em abril de 1962, do Conselho Nacional de Reforma Agrária integrado por dom Hélder Câmara, Pompeu Acióli Borges, Paulo Shilling e Edgar Teixeira Leite.

Essas iniciativas, no entanto, mostraram-se pouco frutíferas, em virtude das dificuldades existentes para a concretização das medidas. As discussões giravam em torno da alteração do artigo 141 da Constituição, que previa o pagamento de indenização justa e prévia em dinheiro para desapropriações por interesse público. As forças de esquerda defendiam a emenda constitucional estabelecendo o pagamento em títulos da dívida pública, mas os grupos conservadores não aceitavam esta alteração.<sup>19</sup> Era o processo de construção de uma modernização conservadora que se configurava.

Surgia, assim, claramente um significativo medo entre proprietários rurais. A possibilidade de um retorno da política varguista, ou de seus sucessores vinculados ao PTB, em destruir, definitivamente, o mundo do mandonismo rural; a velha tradição que regulava com exclusividade as relações sociais no campo. As relações de poder, as formas tradicionais de exploração, começavam a ser postas em questão e os proprietários entendiam perfeitamente que a CLT era instrumento de modernização operada pelo Estado. Na verdade, alteravam-se, desta forma, os próprios fundamentos da dominação tradicional no campo, com

---

<sup>19</sup> CPDOC. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: 1930-1983, Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária: FGV/CPDOC:FINEP, 1984, pp.2961-2970.

o esvaziamento dos mecanismos de exploração, e também de proteção que havia, por tanto tempo, mediado as práticas sociais rurais.

O Estado, dotado de uma ideologia modernizante, interpunha-se entre proprietário e trabalhador. Para manter as relações de dominação no campo tornava-se necessário, agora, ou a conquista do Estado, ou a anulação de sua atuação como na relação entre proprietários e trabalhadores rurais.

Desde 1961, com a agudização das crises de abastecimento, inflação galopante, parcelas das camadas médias urbanas pressionavam o governo para pôr em prática uma política de controle eficiente de preços e aluguéis, que estancasse a perda crescente de poder aquisitivo. Simultaneamente, o jovem proletariado industrial brasileiro exigia aumentos salariais que repusessem o valor real do salário.<sup>20</sup>

Esse Estatuto tornava a existência do trabalhador rural política, posto que estenderia até ele, agora com toda a proteção jurídica devida e não mais à mercê de interpretações, a cidadania oferecida aos grupos de trabalhadores urbanos pela CLT. Exercia-se, assim, uma dinâmica perfeita das lutas sociais em torno da amplitude dos direitos sociais e políticos: uma vez iniciado o processo de incorporação civil, este assume lógica e dinâmica próprias e crescentes, buscando a amplitude máxima.

O primeiro passo em direção as reformas de base foi o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em 1963. Era produto direto da criação em 1962 da SUPRA – Superintendência de Política Agrária, e estendia aos trabalhadores do campo uma série de garantias e direitos já usufruídos pelos trabalhadores urbanos, retomando medidas adotadas por Getúlio Vargas em 1944 e 1945. O teor básico do Estatuto do Trabalhador Rural consistia em assumir as teses referentes à generalização do assalariamento no campo, considerando a questão central do campo, não a distribuição de terras mas a extensão dos direitos trabalhistas.<sup>21</sup>

Desde 1954, a possibilidade de implementar reformas esbarrou sempre em sérias resistências no congresso, que impuseram limites políticos aos planos de governo, obrigando seus mandatários a avaliar seus riscos e definir prioridades sob pena de desestabilizar o poder.

Ora grande parte das forças políticas que lutavam contra uma maior intervenção do Estado na economia – os liberais da UDN, partido urbano, de feições modernas, defensor dos interesses empresariais, e uma parcela do PSD, agremiação mais conservadora, com bases

---

<sup>20</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. p.172–178.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p.177–178.

rurais profundas no nordeste e em Minas Gerais – temiam as iniciativas do governo reformista de Jango.

Particularmente, temia-se a extensão de direitos trabalhistas e sociais aos assalariados do campo, fazendo uma junção entre grupos urbanos e rurais que lutavam pelas chamadas *Reformas de Base*.

Os planos governamentais para o setor eram pífios e mal escondiam uma descarada política de indenização aos grandes proprietários. Assim, a CRC – Companhia de Revenda e Colonização de Terras do Estado de Pernambuco, tinha por meta assentar mil colonos por ano, o que lhe assegurava uma existência mínima de dois séculos de trabalho. Talvez esses duzentos anos fossem mesmo necessários, dado que a comissão encarregada de localizar engenhos para expropriação, mediante pagamento imediato, estava constituída de um representante do Estado, um da CRC e um dono da terra.

Em suma, mesmo anunciando um plano de reforma agrária conseguia-se, em verdade, indenizar os proprietários falidos por sua incúria. Um lote de terra avaliado, em moeda da época em no máximo Cr\$ 6.000.000,00 era comprado pela CRC por no mínimo Cr\$16.000.000,00.<sup>22</sup>

O governo tentava avançar em direção as reformas. Bloqueado o caminho inicial no Congresso Nacional, através dos projetos regionais de desenvolvimento, Celso Furtado elabora as bases do Plano Trienal, que, no tocante à agricultura, propunha:

A imunidade de pagamento de renda sobre a terra economicamente utilizada para o trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tivesse ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação; Garantia de terras para trabalhar, ou de trabalho para o trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário, por dois ou mais anos em uma propriedade; Imunidade de pagamento de renda sobre a terra para o trabalhador que nela auferisse rendimento igual ou inferior ao salário mínimo a ser fixado regionalmente; desapropriação para pagamento a longo prazo, de todas as terras consideradas necessárias à produção de alimentos que não estivessem sendo utilizadas ou que o estivessem sendo para outros fins.

No entanto, diante do impasse entre a direita e a esquerda com projetos claramente antagônicos, com demandas sociais a beira do abismo, a ampliação da cidadania só poderia ser vista como crise entre o Estado e os segmentos sociais que tradicionalmente controlavam a riqueza do país. A incorporação dos trabalhadores rurais, entendida pelo Estado e os setores reformistas com a extensão da legislação social ao campo constituiria a crise que eclodiria na década de 60.

<sup>22</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. p.174.

É no nordeste, e em especial na zona canavieira, que a questão agrária se tornava mais crítica. Aí, a tênue linha que separava o trabalhador rural do trabalhador fabril estava esgarçada. Ao mesmo tempo, as exigências técnicas da produção e da concorrência, numa economia cada vez mais competitiva, implicavam cortar gastos altos e de representação e investir na modernização dos processos produtivos. Os segmentos dominantes do mundo rural preferiram, contudo, aplicar a solução antiga: a reprodução extensiva, devorar de terras e submeter o trabalho.

É no nordeste que se concentra o mais baixo índice de incorporação de tecnologia à agricultura. Era mais fácil explorar mão-de-obra abundante do que investir capitais na modernização das suas usinas. Só quando são tomadas medidas drásticas contra superexploração, é que os usineiros procuram investir em máquinas e equipamentos.

Por isso, para completar as Reformas de Base, estas deveriam ser enviadas ao Congresso Nacional que incluiria um projeto de Reforma Agrária. Este vinha acompanhado da promessa do presidente da República no comício público na Estação ferroviária Central do Brasil, no Rio de Janeiro, onde se encontrava na ocasião: o presidente João Goulart, ao lado de Miguel Arraes e Leonel Brizola.

No seu discurso, Jango prometera erradicar do País a “estrutura economia superada, injusta e desumana existente”. A proposta de Jango constava que “não era lícito manter terra improdutiva por força do direito de propriedade”. O grande comício fazia parte de uma estratégia de Jango no apelo as massas urbanas para pressionar o Congresso em direção as reformas.

No entanto, o projeto de Reforma Agrária não chegou a ser votado. Na madrugada, entre 31 de março e 1º de abril de 1964, os tanques do exército estiveram nas estradas de Minas Gerais, Pernambuco, com a conspiração dos governadores Magalhães Pinto – MG, Carlos Lacerda – RJ, Ademar de Barros – SP, e amplo apoio dos Estados Unidos que em aliança, derrubaram o castelo de areia da democracia vigente, já que os principais conspiradores submetiam a Polícia Política em condição de desarmar qualquer proposta de reforma em prol da maioria da população, que por sua vez se encontravam deserdadas, porém em luta pela terra.<sup>23</sup>

---

<sup>23</sup> LINHARES, Maria Yedda e SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: Uma História da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1999. p.182.

#### 1.4 A Igreja e a questão agrária

A Igreja entrou na discussão sobre a questão agrária por uma porta reacionária. Teve objetivo de proletarizar o operário do campo, evitar o êxodo, o aliciamento dos comunistas, como assinalado em documentos produzidos por membros do episcopado que propugnavam ampliar o número de pequenos proprietários para salvar a propriedade privada.

Somente em 1963, a CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil, se torna menos ambígua, admitindo que a desapropriação de terras para a reforma agrária sem que isso significasse um atentado ao direito de propriedade, com um adendo de que houvesse indenização em dinheiro e títulos. Esta proposta estava de acordo com o artigo 141 da Constituição de 1946, que propunha a desapropriação mediante indenização, e por isso tornaria a reforma agrária inviável.

Em 1950, a Igreja inicia um movimento de reação ao *status quo* com as primeiras tentativas de recuperação de sua tradicional audiência rural. Em uma campanha em Minas Gerais, por iniciativa de D. Inocêncio Engelke, a Ação Brasileira realiza na diocese local, sua “Primeira Semana Ruralista”, contando com a participação de párocos rurais, fazendeiros, professores e religiosos. Para o Bispo Diocesano e de acordo com palavras de Pio XI, constatava que o maior escândalo do século XIX foi a Igreja ter perdido a massa operária e não deveriam cometer a loucura de perder também o operariado rural. Foi a primeira declaração importante de um Bispo brasileiro falando sobre a situação social e a necessidade de uma reforma agrária.

Junto com Engelke, três bispos nordestinos emitiram uma declaração sobre o problema da terra. Naquele mesmo ano, os bispos e arcebispos do Brasil reunidos publicaram uma declaração apoiando uma reforma agrária limitada. Em agosto de 1952, vários bispos do nordeste fizeram um apelo mais forte pela reforma agrária. No documento “A Igreja e o Vale do São Francisco” criticava os grandes proprietários rurais e denunciava a situação dos trabalhadores do campo.

Em 1954, a CNBB em seu primeiro documento sobre a Reforma Agrária, declarou que “as exigências da justiça social, como do próprio desenvolvimento do país, estão a chamar por uma reforma de base e de métodos no atual sistema de vida rural”.<sup>24</sup>

---

<sup>24</sup> MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.62–82.

Quanto à Reforma Agrária, foi reforçada tendência já definida dentro da Igreja e posta em prática pelo Bispo D. Eugênio Salles no Rio Grande do Norte, quando insistia na necessidade de, antes de tudo, trabalhar pela formação e seleção de líderes rurais, sobre cujos ombros repousasse a tarefa de recuperação desse imenso proletariado dos campos, e apoiados nos elementos oriundos de seu meio poderia ele defender-se contra as influências externas, que o induzissem à agitação ou a revolução.<sup>25</sup>

A declaração da campanha constitui um marco na história da questão agrária no Brasil, visto que, de revelava impulsos reformistas que se propagava dentro da Igreja, mas também delineava por outro lado uma classe média que não aceitava este compromisso da Igreja, situando o campesinato, como o grande excluído, cerne de um problema social explosivo e inadiável, vítima de flagrantes injustiças sociais.

Apesar do clamor pela mudança, até o final da década de 1950 as declarações episcopais mais progressistas expressavam a crença de que o desenvolvimento econômico iria resolver os problemas do campesinato. O problema era a modernização e não a posse da terra. A cooperação entre camponeses e proprietários resolveria os problemas do campesinato. Não se questionava de que forma os proprietários rurais iriam com a maior boa vontade implementar práticas trabalhistas mais justas; exigia-se a solidariedade econômica, técnica, profissional, intelectual, moral e religiosa entre as classes sociais.<sup>26</sup>

Entre os anos de 1961 e 1964, o envolvimento da Igreja na reforma agrária intensificou-se. A virada decisiva nesse assunto ocorreu no início da década de 1960, mas um documento de 1956, dos bispos nordestinos se antecipava. Mesmo dentro de uma perspectiva nacionalista – desenvolvimentista sustentavam que, sem a distribuição de terras, o crescimento econômico não resolveria as péssimas condições do indigente rural. Em 1963, a Comissão Central da CNBB emitiu uma declaração mais contundente. O documento era pessimista em relação a capacidade de crescimento econômico e da modernização do campo para resolver as péssimas condições de vida dos pobres da área rural. O documento dos bispos nordestinos de 1956 indicava uma preocupação com a expulsão dos camponeses no campo.

Embora as declarações do início da década de 1960 fossem mais progressistas que aquelas da década anterior, elas continham algumas das mesmas limitações. Os prelados continuavam acreditando que, com o tempo, o desenvolvimento econômico resolveria os problemas mais importantes dos camponeses.

---

<sup>25</sup> MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.62-82.

<sup>26</sup> *Ibidem*.

Daí em diante começa a ser delineado qual deveria ser nesse dramático processo, o papel da Igreja, tal como será definido anos mais tarde, pelo novo clero e pela CNBB, a quem caberia futuramente criar sindicatos rurais e formar lideranças, com o duplo empenho de organizar comunidades e associações, e, ao mesmo tempo, cristianizá-las. No entanto, no período que estudamos, a Igreja oficial se limitará a comissões oficiais, próximas as associações patronais e se posicionará nitidamente conservadora. É importante ressaltar que, principalmente neste período, este momento de reflexão da Instituição a cerca do problema social, levará a disputas com o Partido Comunista principalmente no campo, em função de arregimentar quadros e defender propostas.<sup>27</sup>

Os reformistas continuavam apostando na harmonia entre as classes sociais. Pensavam que a cooperação entre os proprietários rurais e os camponeses iria melhorar as condições de vida. Por essa razão, os reformistas entraram em choque com as Ligas Camponesas e com os sindicatos fundados pelo Partido Comunista, pois ambos consideravam a pressão popular como a melhor forma de promover a mudança social no campo. Foi somente nos anos 1960, após as Ligas Camponesas e o Partido Comunista terem organizado o campesinato durante muitos anos, que a igreja envolveu-se ativamente na organização popular; mesmo assim, os sindicatos criados pela Igreja eram mais conservadores.<sup>28</sup>

### 1.5 O acirramento dos conflitos agrários no nordeste

A política federal para a região, guiada em larga escala pela SUDENE, presidida por Celso Furtado, via na agroindústria açucareira um óbice à reforma agrária. Eram terras demais produzindo açúcar de menos. Assim, a SUDENE pensava poder obrigar os proprietários de terras a trocar apoio técnico por terras, restringindo a área plantada – o que incidiria sobre os preços internacionais – e utilizando as demais terras para a realização da reforma agrária, com a distribuição de lotes para a policultura de alimentos. Desta forma a reforma agrária deveria gerar mais recursos, em divisas vindas do açúcar revalorizado, e aumentar a produção de alimentos, combatendo assim a inflação e a crise de abastecimento. O plano diretor da

---

<sup>27</sup> CAMARGO, Aspásia de A. *A questão Agrária: Crise de poder e reformas de base (1930-1964)*. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira: O Brasil Republicano, Sociedade e Política*, t. 3, v. 3. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. p.145.

<sup>28</sup> MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil 1916-1985*. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.62–82.

SUDENE, previsto para cinco anos (a partir de 1961) foi, entretanto, bloqueado no Congresso Nacional. Aí, uma forte presença do PSD, aliado a UDN, já em firme oposição ao PTB de Jango, procurava impedir qualquer mudança no *status quo* fundiário do país. O PSD foi o partido que mais votos forneceu contra qualquer projeto de mudança agrária apresentado no Congresso Nacional. Os avanços sindicalistas e previdenciários do PTB no tocante ao trabalho fabril e urbano, ao lado de um insistente alinhamento atlantista (ou seja, ao lado dos Estados Unidos) em política externa, lançava a UDN – de poucos interesses agrários contrariados – nos braços da oposição, do PSD.

Os governadores nordestinos, tendo à frente Cid Sampaio, de Pernambuco, manifestavam-se claramente contra a atuação da SUDENE, vista não só como contrária aos interesses das classes dominantes na região, mas ainda como entidade que concorria com o poder político dos governadores. Estes desejavam uma SUDENE sob controle do poder local, capaz de executar políticas iguais à da CRC de Pernambuco, ou seja, de fazer valer instrumentos de dominação local. É nesse clima que as Ligas Camponesas surgiam como a própria face do comunismo, o mesmo que se apodera da ilha de Cuba<sup>29</sup>.

Na verdade, as atenções de Jango estavam voltadas, naquele momento, para a situação do campo no Nordeste. Em Pernambuco, desde 1955, surgiram as mais contundentes organizações camponesas no Brasil – as Ligas Camponesas – revitalizando um nome já conhecido e motivadas na luta pelo direito à terra.

Formara-se entre canavieiros – trabalhadores empregados no corte de cana-de-açúcar – um forte movimento de luta contra os desmandos e o arbítrio secular dos latifundiários locais. Sua liderança era o advogado e deputado pelo PSB – Partido Socialista Brasileiro, Francisco Julião, que projetou-se como presidente de honra do movimento camponês, e a partir dessa época passou a dedicar-se exclusivamente a causa camponesa<sup>30</sup>. Considerava-se, bem conforme um ponto de vista jurídico, a extensão dos direitos trabalhistas ao campo e a formação de cooperativas autônomas os elementos centrais da luta, acompanhada da desapropriação de terras.<sup>31</sup>

Em 1960, *The New York times*, influente jornal estadunidense, publica longas matérias sobre Ligas Camponesas organizadas por Francisco Julião, dando a entender que o Nordeste brasileiro estava pronto para se transformar numa nova Cuba. Neste momento, o movimento

<sup>29</sup> MORAIS, Clodomir Santos de. História das Ligas Camponesas no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.) *História e natureza das Ligas Camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002, p. 7.

<sup>30</sup> Ibidem. p. 26–27.

<sup>31</sup> Ibidem. p. 174.

dos trabalhadores rurais já reunia 250 mil associados e projetava-se em direção a Paraíba, Sergipe e Alagoas. O PSD, partido que em plano nacional apoiava Jango, minado em suas bases e seriamente preocupado com a expansão das Ligas no Nordeste, começa a se voltar para a oposição. Ao mesmo tempo, os integrantes das Ligas, consideram as propostas reformistas do governo federal tímidas e por demais moderadas. A situação agrária era particularmente explosiva no Nordeste brasileiro. Somavam-se a uma estrutura fundiária altamente concentradora a questões conjunturais como os preços de açúcar e o eterno problema das secas. Toda a região sofria com a ausência de interesse dos grandes proprietários em dinamizar a produção. Um hectare de terra de boa qualidade no nordeste produzia no início da década de 60, 38 toneladas de açúcar, enquanto este mesmo hectare em São Paulo chegava a 47 toneladas e em Porto Rico, no Caribe, a 68 toneladas. Especialmente em Pernambuco, dezenas de Engenhos, com suas amplas terras estavam abandonadas devido tanto a secas sucessivas quanto à baixa generalizada do preço do açúcar, o que levava a população sem-terra, mais de 200 mil localizados pelo próprio governo estadual, a olhar com mais ódio as extensões de terras incultas.

As forças mais conservadoras do país, por sua vez, percebiam a agudeza da crise e, conscientemente, a superavaliavam, do ponto de vista político, para tirar proveito imediato.

O general Costa e Silva, então comandante do IV Exército (Nordeste) e, mais tarde, líder da linha dura e responsável pelo enrijecimento da Ditadura Civil-Militar, insistia permanentemente junto ao ministro da guerra para aumentar o contingente militar na região. Para o general, havia dois exércitos postos: de um lado, o IV Exército, com um efetivo de quinze mil homens e, de outro lado, as Ligas, com mais de oitenta mil homens em condição de luta. Numa típica atitude de lutador da guerra fria, como nas lições do *War College*, Costa e Silva considerava (a fronteira sul com a Argentina) pacificada e sem riscos, enquanto a fronteira interna (luta contra-revolucionária) estava desguarnecida. Da mesma forma, imaginava um nordeste pronto, pela ação subversiva (a então versão dos quinta-coluna), para qualquer aventura de conquista externa vinda do Atlântico (numa clara referencia a ação cubana). Assim, o general do futuro AI-5 pretendia esvaziar a questão agrária através do alistamento em massa de jovens camponeses, que deveriam ser englobados em batalhões de engenharia. Sob o pretexto de que no exército ao menos teriam que comer (reconhecendo implicitamente a fome como causa do clima de revolta na região), tais jovens deveriam ser utilizados em trabalhos públicos como rodovias e açudes. Assim, jovens camponeses expropriados, alistados e envolvidos pelo poder público, deveriam prestar trabalho semiescravo para melhorar as condições de produção e circulação dos produtos da grande

propriedade. Ao mesmo tempo, dever-se-ia dar uma solução militar à questão agrária. A troca de informações entre o Exército e a Polícia Política era já uma atividade constante. O Serviço Secreto da Polícia Política estava constantemente em atividade, invadindo sedes das Ligas, confiscando mimeógrafos, folhetos, livros, máquinas fotográficas entre outros, sem nenhum mandato legal, somente sob presunção de risco à segurança nacional.

A Polícia Política, neste período, estruturada e cada vez mais centralizada, tem papel fundamental na repressão às Ligas, e deixando transparecer os limites da democracia diante dos aparatos de repressão cada vez mais organizado.

## **2 ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO NA POLÍCIA POLÍTICA ENTRE 1945 E 1964**

O fundamento da existência de uma Polícia Política tem sido uma constante em governos de perfil autoritário. Este fundamento se relaciona com ideia de que o Estado, de cima pra baixo, organiza uma Sociedade. O Estado visto aqui com poder de governo através da coerção e de eliminação seletiva e física do Ser Humano, que não atende aos interesses deste Estado.

Assim foi o Brasil do Estado Novo (1937–1945) e da Ditadura Civil-Militar (1964–1985). O que veremos aqui entre um contexto e outro, será como foi construído este Estado a partir dos arquivos da Polícia Política no período entre 1945 a 1964, período “democrático” que aqui colocamos em questão.

A pouca importância dada a estes dois períodos fundamentais para o estudo sobre a violência contra os movimentos sociais, evidencia o traço de continuidade deste autoritarismo no Brasil de hoje. Aqui estudamos justamente um braço armado do Estado, a Polícia Política. Esta cumpriu uma boa parte deste papel justamente nos períodos de exceção. Veremos, por conseguinte como o período entre 1945 e 1964, considerado um período “democrático” fizeram parte desta uma continuidade da violência contra as maiorias dos movimentos sociais.

De outro modo veremos que a cada mudança do perfil, aumento da organização, aumentos de efetivo, e mudanças na estrutura da Polícia Política estiveram vinculados a mobilização, a organização, e a ação dos movimentos sociais. Os movimentos sociais, partidos, organização ou lutas, são casos para a Polícia agir e transformar-se para ficar mais eficiente no trabalho da repressão política. Ou seja, analisaremos a ação de um aparelho de repressão do Estado não em momentos de ditaduras ou estados de exceção, em que a ação repressora pode ocorrer com maior desenvoltura e de forma explícita. Mas num momento de construção da democracia, em plena vigência de uma Constituição que previa a garantia das liberdades políticas e civis.

Trabalhamos, portanto com a hipótese de que a Polícia Política aumentava seu efetivo ou sua estrutura, mudava seu perfil em função da ascensão dos movimentos sociais. No período da guerra, ou melhor, para além da perseguição comunista, que foi a pauta mais importante para a perseguição política, os movimentos sociais como um todo eram considerados inimigos e deveriam ser criminalizados, como na formulação das leis, nas informações ou nas batidas e perseguições policiais.

## 2.1 A repressão policial e a criminalização racial antes da Primeira República

A antecipação da maioridade de Dom Pedro II, com quatorze anos em 1840, foi um marco na vitória das correntes políticas que pleiteavam a centralização do poder e das decisões em torno do governo central. Ele deveria garantir a “boa ordem” e pôr fim a um período de turbulências políticas prejudiciais aos negócios da “boa sociedade brasileira”. A reforma do Código de Processo Criminal em 1841 e as subsequentes mudanças na estrutura da polícia no Rio de Janeiro estavam em consonância com esse processo.

Por isso, em 1841 inicia uma primeira e grande reforma policial no período Imperial. Este período marcou a confirmação de uma força policial operando em tempo integral e dividida entre civil e militar. Euzébio de Queiroz foi quem organizou uma Secretaria de Polícia. Foi organizada, por exemplo, uma função de expediente que passou a ocupar uma seção chefiada por um funcionário. Os oficiais de expediente coordenavam os ataques a quilombolas, além de juntar provas relacionadas a crimes como roubo e homicídio, aliado a outras atividades. A reforma foi promovida, sobretudo em relação ao corpo funcional da Secretaria de Polícia, e marcaram o início de uma polícia civil da forma que se entende hoje.<sup>32</sup>

Foi neste período que ocorreu o auge do movimento de fugas de escravos – que atingiu o seu ápice tanto nas fugas, queimadas de lavouras quanto na construção de quilombos –, colocando as lavouras em crise, principalmente em São Paulo e no Rio de Janeiro.

As autoridades provinciais pediam reforço militar ao governo imperial. O Barão de Cotegipe enviou um navio de guerra e um batalhão de infantaria para São Paulo. Não foi à toa que em dois de junho de 1887 o governo Campos Salles iniciou o processo de emancipação "voluntária" dos escravos – com cláusulas de serviço por vários anos – entre os fazendeiros. Como a abolição da escravidão dos negros não foi acompanhada de uma reforma agrária e de leis protetoras do trabalhador emancipado, acabou mantendo a população negra liberta numa situação de miséria e longe de poder integrar-se à sociedade brasileira enquanto cidadãos.

Alguns abolicionistas, reformistas e radicais, compreenderam estes limites. Por isto apresentaram a proposta de uma reforma agrária, como complemento necessário da reforma servil. Assim pensaram os parlamentares Joaquim Nabuco, José do Patrocínio e André Rebouças. Mas, a reforma agrária seria uma das tarefas que não poderiam ser realizadas por

---

<sup>32</sup> BRANDÃO, Berenice Cavalcante; MATTOS, Ilmar Rohloff de; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981.

aquele Estado oligárquico e pelas classes dominantes brasileiras – quer na sua versão monárquica ou republicana.

O racismo como resultado de acontecimentos como este, encontra embasamento necessário para conhecer, classificar e reprimir o indivíduo que não se enquadrava socialmente, o chamado “mau cidadão”, que foi motivado pelos conceitos da Medicina, Psiquiatria, Biologia, Sociologia e principalmente da Antropologia criminal de Lombroso do final do século XIX. Nesta corrente de estudos científicos europeus, embasava-se o conceito de um criminoso nato “numa reversão de uma criatura primitiva, subumana, descrita como o remanescente atávico de um tipo ancestral”, que objetiva construir um determinado estereótipo de criminoso. Esta foi uma concepção policial, baseada nestes estereótipos, que contribuiu para reforçar o Código de Processo Criminal de 1841, com o racismo e a perseguição aos movimentos sociais.<sup>33</sup>

Em 1870, a população do Rio de Janeiro já alcançava 235 mil pessoas, mais que o dobro de cinquenta anos antes. O número de presos e de processos instalados na cidade aumentou e por isso foi implantado um sistema policial ágil e especializado. Em 1871, também atendendo as demandas liberais, é realizada uma reforma do Código de Processo Criminal que define a separação das funções policiais e judiciais. Novos cargos judiciais são criados e institui-se definitivamente o inquérito policial. Às autoridades policiais, desta vez, alijadas das funções de justiça, caberia enfrentar conflitos com grandes aglomerações de pessoas. Esta era a população que começava a atuar na esfera pública em comícios e protestos. Um deles foi a manifestação em torno da instrução do imposto do vintém, que acabou resultando em confrontos diretos entre a população e a polícia que embasada numa filosofia policial e numa organização policial violenta, foi constatado que não estava preparada para este tipo de conflito.<sup>34</sup>

Por isso, foram criados batalhões de choque e policiais secretos que passaram a se infiltrar em comícios, tendo participação inclusive na repressão às diversas manifestações abolicionistas que antecederam o 13 de maio de 1888.

---

<sup>33</sup> CARPI, Lucia; CAMPOS, Jessica. “Polícia ciência e higiene social” In: *DOPS: A Logica da Desconfiança*, Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993. p. 30.

<sup>34</sup> BRANDÃO, Berenice Cavalcante; MATTOS, Ilmar Rohloff de; CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *A polícia e a força policial no Rio de Janeiro*. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Divisão de Intercâmbio e Edições, 1981.

## 2.2 A repressão policial e os movimentos sociais na Primeira República

Mas a luta pela terra dimensiona um traço marcante de continuidade da violência do Estado através da polícia. Por isso faz parte da história da luta dos movimentos sociais no campo, tanto a forma que as autoridades se relacionam com estes movimentos gerando violência; no aumento de efetivo policial para combater trabalhadores expropriados de suas terras; e também na história dos movimentos sociais, que em sua maioria, se encontram nos arquivos da Polícia Política. Trata-se de arquivos dos quais identificamos documentados a eliminação física da pobreza, ou a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais.

Na década de 1890 a concentração fundiária gerou uma grande massa de trabalhadores rurais desempregados. Eram antigos, pequenos e médios proprietários, posseiros, agregados, rendeiros, vaqueiros sem perspectivas, ex-escravos. Muitos migravam para outras regiões do Brasil.

A seca que ocorria no nordeste tornava mais trágica a situação desses sertanejos considerados jagunços. Além disso, a luta sertaneja contra os poderosos identificados com as oligarquias estaduais e o governo federal que havia suprimido a monarquia, estabeleceram a separação entre a Igreja e o Estado. Desta forma, foi imposto o casamento civil e tributos, que aumentavam o descontentamento das maiorias e a miséria da população. Essas questões deram o tom dos conflitos de Contestado e Canudos.

O nordeste enfrentava a grande seca de 1877–1879 e a crescente substituição dos tradicionais engenhos pelas usinas, unidades industriais que aceleraram a monopolização da estrutura açucareira. Muitos sertanejos rumaram para Belo Monte. Antônio Conselheiro, líder dos sertanejos que peregrinaram, deixou grandes proprietários de terras e a Igreja desconfiados da popularidade de Conselheiro.

Com o advento da República, a pressão sobre os sertanejos aumentou. Desde 1896 o pretexto para a guerra contra Canudos fora forjado. E as autoridades militares foram convocadas. A primeira expedição com 100 praças foi um fracasso. Os praças fugiram em pânico. Em 1897, uma segunda expedição com 600 soldados, dois canhões, metralhadoras, também fracassou.

A terceira expedição foi cuidadosamente preparada para acabar com todos os 30 mil sertanejos: 1.200 soldados de infantaria, quatro canhões e uma companhia de cavalaria comandada por Moreira Cesar conhecido por comportamento violento de “treme terras e corta-cabeças”. Esta expedição também fracassou.

Prudente de Moraes aproveitou para recuperar popularidade, e em 1897, a quarta expedição foi integrada por tropas de onze estados da federação, cabendo o comando ao General Arthur Oscar. Esta expedição chegou a reunir quase 6 mil homens, divididos em duas colunas. Cerca de 400 jagunços foram contratados e agregados à expedição. A ordem era riscar Canudos do mapa. A violência contra Canudos custou a vida de 30 mil homens, mulheres e crianças.

Em 14 de abril de 1900 o Decreto n. 3.610 regulamenta o Serviço Policial do Distrito Federal que, de acordo com o Ministério da Justiça, competia ao chefe de polícia privativamente, as ordens e instruções.<sup>35</sup>

Mas em Contestado, a violência também obteve status de Guerra Civil. A explosão popular foi dirigida contra a presença do truste das empresas estadunidenses *Southern Brazil Lumber and colonization Co.* e *South Brazil* e *South Brazil Railway Co.*, do empresário Percival Farquar. Isto implicava a ocupação das terras e a expulsão de centenas de sertanejos. O empresário estadunidense Percival Farquar obteve do governo federal extensas concessões de terras para a construção de uma ferrovia ligando São Paulo ao Rio Grande do Sul. Esta concessão de grandes extensões de terras causou a expulsão de uma grande parte de trabalhadores do campo.

Contestado era uma região limítrofe entre Paraná e Santa Catarina cuja posse vinha sendo reivindicada por ambos os Estados. O movimento aí surgido em 1911 nasceu reunindo seguidores de um “coronel” tido como amigo dos pobres e pessoas de diversas origens atingidas pelas mudanças que vinham ocorrendo. Entre elas, trabalhadores rurais expulsos da terra pela construção de uma ferrovia e uma empresa madeireira e gente que tinha sido recrutada na construção da ferrovia e ficado desempregada no fim de seus contratos.

Esses trabalhadores e a população local se agruparam em torno de José Maria, uma liderança que morreu nos primeiros choques com a milícia estadual e foi santificada. Estabeleceram vários acampamentos, organizados na base da igualdade e fraternidade entre os membros. Reivindicaram a posse da terra enquanto esperavam a ressurreição de José Maria. Ameaçados por tropas estaduais e do Exército, os rebeldes foram liquidados em 1915.<sup>36</sup>

Nesse período temos o surgimento de uma polícia de investigação. Foi num decreto assinado pelo Presidente Arttur Bernardes. Nesse decreto, um oficial do exército poderia

<sup>35</sup> XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais: da Polícia Política. In: *A Logica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993, p.33–36.

<sup>36</sup> FAUSTO, Boris. História concisa do Brasil. São Paulo: EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 166–170.

ocupar o posto de chefe de polícia. Enquanto a polícia militar e a guarda civil se incumbiam do patrulhamento da cidade, o corpo de investigação passou a responsabilizar-se por questões como a polícia paisana exercendo função de detetive. A figura do detetive precede o período em questão, pois se originou em 1892, mas foi um dos aspectos que mais sofreu mudanças em 1907. Era financiada pela verba secreta da polícia por conta de restrições orçamentárias. Assim o chefe de polícia passou a assumir este papel.

O serviço de investigações foi reformado pela primeira vez em 1915, quando transformou-se em Inspetoria de Investigação e Capturas a partir da Conferência Judiciário-Policia de 1917. A limitação de pessoal, restrita a 80 agentes incluiu 92 adidos e trinta guardas civis servindo como agentes, de acordo com os Anais da Conferência Judiciária-Policia em 1918 convocada pelo Chefe de Polícia do Distrito federal, Aurelino Leal.

Uma estrutura mais oficial foi conferida pelo Decreto n. 14.079 de 25 de fevereiro de 1920, elevou o status da Inspetoria de Investigações e lhe atribuiu um quadro de 225 investigadores. Com este decreto, passou a ser permitido que um oficial do exército ocupasse o posto de chefe de polícia. A partir deste decreto que a Inspetoria se transforma em 4ª Delegacia Auxiliar, que inclusive fazia do inspetor, um chefe de polícia.

O Decreto de Artur Bernardes punha em prática o que já acontecia no interior das forças armadas, quando aqui evidenciamos de que forma a população de Contestado foi exterminada em 1915, quando o exército tomou á frente deste acontecimento enquanto mais uma Instituição legítima e representante do Estado armado.<sup>37</sup>

Mas o decreto que poderia dar agilidade ao chefe de polícia não seria suficiente para diminuir a violência na cidade: A Revolta da Vacina, irrompida no Rio de Janeiro, então capital federal, em novembro de 1904, também foi considerada pelas elites como caso de Polícia.

A Revolta da Vacina foi uma revolta popular ocorrida na cidade do Rio de Janeiro entre os dias 10 e 16 de novembro de 1904. Ocorreram vários conflitos urbanos violentos entre populares e forças do governo (policiais e militares). A principal causa foi a campanha de vacinação obrigatória contra a varíola, realizada pelo governo brasileiro e comandada pelo médico sanitaria Oswaldo Cruz. A grande maioria da população, formada por pessoas pobres e desinformadas, não conheciam o funcionamento de uma vacina e seus efeitos positivos. Logo, não queriam tomar a vacina.

O clima de descontentamento popular com outras medidas tomadas pelo governo

---

<sup>37</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907-1930*. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, p. 55-60.

afetaram principalmente as pessoas mais pobres. Entre estas medidas, podemos destacar a reforma urbana da cidade do Rio de Janeiro (então capital do Brasil), O “Bota Abaixo” que desalojou milhares de pessoas com cortiços e habitações populares destruídos para a construção de avenidas, jardins e edifícios mais modernos. Por isso, muitas pessoas se negavam a receber a visita dos agentes públicos que deviam aplicar a vacina, agindo, muitas vezes, com violência: Prédios públicos e lojas foram atacados e depredados, trilhos foram retirados, e bondes (principal sistema de transporte da época) foram virados.

Os higienistas eram sempre acompanhados por soldados da polícia. O trabalho começou em abril de 1903. Além de soldados, as brigadas sanitárias eram compostas de um chefe, cinco guardas mata-mosquitos e operários da limpeza pública, que percorriam ruas visitando casas, desinfetando, limpando, interditando prédios e removendo doentes. Os alvos preferidos eram as áreas mais pobres e de maior densidade demográfica. Casas de cômodos e cortiços e casinhas com muitas pessoas constituíam objeto de ação policial. A resistência tomou às ruas e diversas delegacias foram destruídas. Antes da população ser expulsa do centro da cidade, se amotinou em barricadas. Era o limite da violência.<sup>38</sup>

Um delegado relatava em 1904 sua atuação no distrito da Saúde:

Em todas as ruas foram feitas rigorosas visitas, exigindo-se toda a sorte de melhoramentos necessários. Nas habitações coletivas, então, procurei sempre, por meio de rigorosas intimações, extinguir muitas que funcionavam irregularmente, quer por falta de condições higiênicas, quer por não possuírem licença da prefeitura. Todas as brigadas faziam-se acompanhar de soldados de polícia.<sup>39</sup>

A ação da polícia foi um desastre. As transformações iniciadas sob a presidência de Rodrigues Alves (1902–1906) na Justiça do Distrito Federal necessitavam ser acompanhadas por uma melhoria na função policial. Foi com tal pensamento que Afonso Pena, que havia sido vice de Rodrigues Alves, pretendeu a sucessão na presidência da República (1906–1909) Era necessário a modernização dos órgãos da segurança pública.

Neste sentido, medidas foram tomadas. A partir de Decreto n. 6.440 de 30 de março de 1907 foi definido um organograma da Polícia Civil encarregado pelo Corpo de Investigações e Segurança Pública. Entre as atribuições da Polícia Política, esta passou a competir privativamente ao chefe de polícia, de acordo com a ordem pública e instruções do Ministério

<sup>38</sup> Disponível em: <[cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA DA VACINA.pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/REVOLTA DA VACINA.pdf)>. Acesso em: 14 maio 2014.

<sup>39</sup> CARVALHO, José Murilo. “*Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*”. São Paulo: Companhia das Letras, 1987. p. 94.

da Justiça. Reforçando esta ideia, os termos privativo e secreto além de “especial” passaram a ser utilizados nos textos legislativos para definir a incumbência dos agentes de segurança pública que compunham os quadros extranumerários da Polícia Civil. Conforme o referido decreto no artigo 56: “Os agentes de segurança pública são incumbidos de pesquisas científicas, comissões secretas e vigilâncias especiais. O seu número será fixado pelo chefe de polícia de acordo com as necessidades do serviço e os recursos do orçamento. Ficava sob as ordens do Chefe de Polícia como a mais alta autoridade, 1) o Serviço Médico–Legal; 2) o Gabinete de Identificação e Estatística; 3) A Polícia Marítima; 4) A Inspetoria de veículos; 5) o Corpo de Investigação e Segurança Pública; 6) a Guarda Civil; 7) a Colônia Correccional de Dois Rios e a Escola Correccional 15 de novembro; 8) a Casa de Detenção; 9) o Asilo de crianças abandonadas; 10) a Polícia Militar.<sup>40</sup>

O crescimento das cidades e a diversificação de suas atividades foram os requisitos mínimos na constituição de um movimento da classe trabalhadora. As cidades concentraram fabricas e serviços, reunindo centenas de trabalhadores que participavam de uma condição comum. Sob este aspecto, não havia muita diferença em relação ao campo. Mas nos centros urbanos a liberdade de circulação era muito maior, como a circulação de ideias, por significativas que fossem as diferenças de instrução e ausência de veículos de ampla divulgação. A classe trabalhadora começa a se organizar.

Tivemos ainda no período das primeiras décadas do século XX o aumento das exportações e o impacto da Revolução Russa. Primeiramente, em decorrência da Primeira Grande Guerra Mundial, o país passou a exportar grande parte dos alimentos produzidos para os países da Tríplice Entente. A partir de 1915 a ocorrência dessas exportações afetou o abastecimento interno de alimentos, causando elevação dos preços da pequena quantidade de produtos disponíveis no mercado. Embora o salário subisse, o custo de vida aumentava de forma desproporcional, deixando os trabalhadores em más condições para sustentar suas famílias e fazendo com que as crianças precisassem trabalhar para complementar as rendas domésticas. Em 1906 os trabalhadores já haviam se organizado para fundar a **Confederação Operária Brasileira** por iniciativa dos sindicatos do Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco e Bahia.

Era então um dos marcos mais importantes da luta dos trabalhadores. Mas a conjuntura vivida em 1917 geraria um movimento muito mais amplo. O primeiro grande movimento grevista da história sindical brasileira teve início na cidade de São Paulo nas

---

<sup>40</sup> BRETAS, Marcos Luiz. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro, 1907–1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997. p.46–51.

fábricas têxteis. Iniciado no mês de junho nos bairros da Moca e Ipiranga, a greve estourou nas fábricas têxteis do Cotonifício Rodolfo Crespi. Rapidamente a adesão foi aumentando passando pelos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, pelos servidores públicos e diversos órgãos que congregavam os trabalhadores. Devido a grande presença de imigrantes, sobretudo os italianos, a ideologia anarquista marcou o tom inicial das reivindicações, que de modo geral exigiam melhores salários e condições de trabalho.

No entanto, os governos oligárquicos da Primeira República, já lidavam com as questões sociais como casos de polícia, tomando medidas arbitrárias que envolviam prisões, torturas e expulsão dos estrangeiros do Brasil. Foi o que aconteceu. Em meio a uma manifestação no dia 9 de julho a repressão da polícia acabou causando a morte de um jovem anarquista espanhol chamado **José Martínez**. A indignação de sua morte fez com que o velório do jovem assassinado fosse acompanhado por uma multidão e ampliasse o movimento dos trabalhadores. Os trabalhadores entraram em greve, mais de 70 mil pessoas aderiram ao movimento transformando São Paulo em um campo de batalha, com armazéns saqueados, veículos e bondes incendiados e até barricadas nas ruas.

Foi organizado o **Comitê de Defesa Proletária** para defender a greve, tendo **Edgard Leuenroth** como um de seus principais líderes. O Comitê, juntamente com ligas e corporações operárias apresentou no dia 11 de julho suas reivindicações: liberdade aos presos em decorrência da greve; direito de associação para os trabalhadores; que os trabalhadores não fossem demitidos por envolvimento com a greve; abolição do trabalho para menores de 14 anos; sem trabalho noturno para os menores de 18 anos; abolição do trabalho noturno feminino; aumento entre 25% e 35% nos salários; pagamento dos salários a cada 15 dias; garantia de trabalho permanente; jornada de oito horas e semana inglesa e aumento de 50% em todo trabalho extraordinário.

Desesperados, os patrões concederam o aumento imediato aos seus funcionários e se comprometeram a estudar as demais exigências. Os patrões passaram a ter que levar em consideração a decisão dos empregados, o que consagrou a grande vitória do movimento grevista. Mesmo assim, alguns movimentos permaneceram espalhados pelo Brasil até 1919.

Até a greve de 1917 a ideologia anarquista dominava o pensamento dos trabalhadores no Brasil, mas o movimento foi importante também para causar a migração da ideologia anarquista para a socialista, além de amadurecer o movimento sindical. Logo após a greve, em 1921, foi criado o **Centro Comunista do Rio de Janeiro** que deu as bases para a

fundação do **Partido Comunista Brasileiro** em 1922.<sup>41</sup>

Nesse contexto, como principal aparelho de repressão do Estado, a Polícia Política dificultou qualquer possibilidade de negociação, ou diálogo. Sua estrutura foi modificada para atender a necessidade de repressão que um Estado policial exige. Foi assim que em 25 de fevereiro de 1920, quando o movimento sindical já havia despontado, o decreto 14.079 criou a Inspeção de Investigação e segurança Pública como instituição autônoma. Este ficou subordinado ao chefe de polícia, competindo-lhe entre outras atribuições “a manutenção da ordem pública”. Contava com oito seções, entre elas a de “ordem social e segurança pública”, única que não se submetia a subinspetores, estando a responsabilidade imediata e direção exclusiva da inspeção. Entre as atribuições estavam: zelar pela existência política e segurança interna da República (...), desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidade de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos.<sup>42</sup>

No começo dos anos vinte agravou-se a crise do anarquismo. Apesar das conquistas com as greves, as divisões internas enfraqueceram o movimento, além da repressão policial que fora violenta. O Estado acenava, depois da repressão policial com um projeto de Código de Trabalho. Mas o Congresso Nacional, profundamente conservador vetaria a maioria das conquistas dos trabalhadores.

Em meio a esse contexto interno, uma nova aurora nascia com a Revolução Russa de 1917. A maioria comunista do Brasil vinha do anarquismo. Nasceu assim, em março de 1922, o Partido Comunista do Brasil, o PCB. Internamente as divisões dificultavam novas mobilizações, além do Estado ir ao centro da desorganização do movimento dos anarquistas, o conhecimento sobre a Revolução Russa levou o movimento social para as concepções socialistas e comunistas.

Por outro lado, com a vitoriosa candidatura de Artur Bernardes a presidência da República, a indisposição entre o presidente e os militares esteve no centro de rumores da política nacional. O descontentamento acumulado pelas camadas médias urbanas com a corrupção e com o controle político oligárquico, tinha em jovens oficiais militares seu porta-voz que culminou no fechamento do Clube Militar. Este fato precipitou a eclosão do movimento tenentista.

---

<sup>41</sup> Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/greve-geral-de-1917>>. Acesso em: 22 jun. 2014.

<sup>42</sup> XAVIER, Marília. Antecedentes Institucionais: da Polícia Política. In *A Logica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993. p. 33.

Em 5 de julho de 1922 se deu no Forte de Copacabana um bombardeio logo cercado pelo governo. Dezesete militares e um civil decidiram sair pela praia de Copacabana, indo de encontro as forças governamentais. Na troca de tiros morreram dezesseis e ficaram feridos os tenentes Siqueira Campos e Eduardo Gomes. Os “Dezoito do Forte” criaram a legenda de “Tenentismo”. Dois anos depois, o acontecimento se deu em São Paulo para homenagear o primeiro movimento. A oligarquia dominante desta vez teve mais trabalho.

A tomada de alguns quartéis foi até 27 de julho. Daí em diante, abandonaram a capital deslocando-se para o Paraná ao encontro da Coluna proveniente do Rio Grande do Sul. Foi no Rio Grande do Sul que estourara uma revolta tenentista em outubro de 1924, na qual se destacaram João Alberto e Luís Carlos Prestes. Ao juntar as colunas vindas de São Paulo e do Rio Grande do Sul, contra os governos oligárquicos, marcharam juntos percorrendo o Brasil para propagar a ideia de Revolução. Assim nasceu a coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes que acabou ficando conhecida como Coluna Prestes. A Coluna que realizou uma marcha pelo interior do país percorrendo vinte e quatro quilômetros até fevereiro-março de 1927, ganhou apoio da população urbana e dos insatisfeitos com o governo oligárquico.<sup>43</sup>

Mas o governo lançou mão da Polícia Política. E retomando a reorganização da polícia diante de um outro movimento social que se levantava, desta vez, com a Coluna Prestes, foi decretado sob o número 15.848 de 20 de novembro de 1922 a criação do órgão encarregado da Polícia Política, a 4ª Delegacia Auxiliar. Essa delegacia manteve as seções da inspetoria, mas a seção responsável pela Ordem Social e Segurança Pública passou a se chamar Seção de Ordem Política e Social.<sup>44</sup>

### 2.3 A LSN e a ação da Polícia Política sob Vargas

Em meio ao crescimento dos movimentos sociais, foi no primeiro governo de Getúlio Vargas que em 4 de abril de 1935, o Congresso Nacional votou e aprovou a primeira Lei de Segurança Nacional – a LSN – primeiramente relacionada à defesa, especialmente vigilância e organização das atividades econômicas e da população nas fronteiras brasileiras.

---

<sup>43</sup> FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. EDUSP, Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 170–173.

<sup>44</sup> MATTOS, Marcelo B. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca: 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. p.79.

O título Segurança Nacional já havia sido inscrito na constituição de 1934 como uma seção destinada a legislar sobre a organização, as atribuições e as competências das Forças Armadas. O artigo 159 criou o Conselho Superior de Segurança Nacional, composto pelo presidente, pelos ministros de Estado e os chefes do Estado Maior do Exército e da Armada (Marinha), com atribuições que se relacionavam com a defesa, especialmente vigilância, e organização das atividades econômicas e da população nas fronteiras brasileiras.<sup>45</sup>

No entanto, temos neste contexto a construção da ANL – Ação Nacional Libertadora. A ANL foi um movimento que aglutinou simpatizantes dos movimentos sociais e do PCB, mas enfrentaria a Lei de Segurança Nacional que foi decretada justamente após o Levante Comunista, ocorrido em novembro, com o aumento das penas para aqueles que nela fossem enquadrados. A Lei de Segurança Nacional de 4 de abril de 1935 foi a primeira, com inúmeras reedições, que estava diretamente relacionada a criminalizar os movimentos sociais, num período marcado por reivindicações operárias e pela fermentação política em áreas de classe média.

Uma série de greves explodiram no Rio de Janeiro, em São Paulo, em Belém e no Rio Grande do Norte a partir de 1934, destacando-se as paralisações no setor de serviços: transportes, comunicações, bancos. Junto às reivindicações das categorias, as campanhas contra o fascismo ganharam ímpeto, culminando com um violento choque entre antifascistas e integralistas em São Paulo, em outubro de 1934. Mas os conflitos se adiantavam não somente entre integralistas e antifascistas.

Os comunistas e os “tenentes” de esquerda e muito próximos a eles, preparavam o lançamento da Aliança Nacional Libertadora – ANL fundada no Rio de Janeiro em 30 de março de 1935. O programa básico da ANL se referia a suspensão definitiva do pagamento da dívida externa ; a nacionalização das empresas estrangeiras; a reforma agrária; a garantia das liberdades populares; a constituição de um governo popular.

A ação da ANL foi facilitada pelo ingresso de Luís Carlos Prestes com a transformação interna do PCB a partir de uma reorganização internacional e principalmente a partir da Guerra Fria. O Comintern orientava seus dirigentes e principalmente a partir de 1934 a organização deixou de ser um pequeno agrupamento dirigido essencialmente à classe operária para se tornar mais forte do ponto de vista numérico e de composição social mais variada com a classe média e na discussão sobre a temática nacional.

Foi neste mesmo contexto que em 4 de abril de 1935, o governo respondeu aos

---

<sup>45</sup> REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: A Polícia Política no Pós Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

movimentos sociais e as reivindicações da ANL com a Lei de Segurança Nacional, aprovada pelo Congresso em maioria liberal. A lei definiu os crimes contra a ordem política e social, incluindo entre eles: a greve de funcionários públicos; a provocação de animosidade nas classes armadas; a incitação de ódio entre as classes sociais; a propaganda subversiva; a organização de associações ou partidos com objetivos de subverter a ordem política ou social por meios não permitidos por lei. A criação da LSN marca claramente um momento de inflexão autoritária e, na prática, o abandono da Constituição de 1934, em seus aspectos de liberdade política.

Verificamos que a LSN é promulgada menos de um mês após a fundação da Aliança Nacional Libertadora, em dezembro de 1935. Neste caso, um dos objetivos principais foi o de reprimir os esforços organizatórios da classe trabalhadora fora do controle do Estado.

Foi inclusive a partir de 1935 que encontramos no acervo da Polícia Política as fichas e grande maioria dos dossiês, prontuários, fotos e demais itens componentes do acervo que apresenta data-limite, 04-04-1935, refletindo do outro lado, o fortalecimento de movimentos de massas nitidamente ideológicos, como organizados pela AIB – Aliança Integralista Brasileira e pela ANL.

Por conseguinte, foi a LSN que definiu os crimes de ordem política e os crimes de ordem social. São as investigações sobre integralistas, mas principalmente sobre comunistas que terão ênfase a partir deste período. São as Seções de Segurança Social e de Segurança Política que irão, na prática, dar início a organização da DESPS, tal como na própria letra da lei:<sup>46</sup>

§ 1º A ordem política, a que se refere este artigo, é a que resulta da independência, soberania e integridade territorial da União, bem como da organização e actividade dos poderes políticos, estabelecidas na Constituição da Republica, nas leis dos Estados e nas leis organicas respectivas.

§ 2º A ordem social é a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuaes e sua protecção civil e penal; ao regimen jurídico da propriedade, da família e do trabalho; á organização e funcionamento dos serviços publicos e de utilidade geral; aos direitos e deveres das pessoas de direito publico para com os individuos e reciprocamente.

Após o fechamento da ANL e do Levante Comunista de 1935, o arquivo e a ação da Polícia Política serão potencializados. Infringindo a Constituição e incorrendo em quase todos os crimes contra a ordem política e social previstos na Lei de Segurança Nacional, o Movimento de 1935 desencadeia, por parte do governo, acirrada repressão àqueles que deles

<sup>46</sup> REZNIK, Luís. *Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004. p.107-109.

participaram, bem como a todos que possuíam vínculos – reais ou possível ligação com o PCB e o Comunismo Internacional.

Na instauração do Estado Novo, o putsch integralista e a eclosão da II Guerra Mundial reforçam as demandas do Estado em relação a espionagem política. A ruptura de relação e, em seguida, a declaração de guerra ao Eixo criam um novo foco de investigação. O pensamento nazi fascista, e mais detidamente o comunismo passam a ser questões centrais para a Polícia, com vistas à ameaça estrangeira que passam a ser vistos como disseminadores do perigo comunista e de invasão ao país. A LSN foi então reeditada em 16 de maio de 1938, sob decreto–lei 428. Neste caso o processo e julgamento dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935, passam a ser julgados, pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Por isso, de um lado estão instituições como escolas, empresas e simpatizantes do eixo presentes na esfera pública, nas forças armadas e no interior da Própria Polícia Política. Mas para os aliados, o comunismo deveria ser combatido no interior do solo brasileiro: Com a rede de espionagem montada pelo serviço secreto do alto comando alemão.

Por outro lado, a conjuntura específica da guerra e o fato da ação repressiva pós 1935 ter desencadeado duro golpe no movimento comunista organizado, o PCB e a ação comunista internacional eram a mira preferencial da Polícia Política. Os exemplos mais encontrados para esta afirmação, estão na análise quantitativa da documentação e, são justamente os que se referem a luta antifascista como na conjuntura da Guerra Civil Espanhola, que a Polícia Política acompanhava mais detidamente os comunistas em preferência. Alguns documentos se referem a proibição e desembarque em solo brasileiro, de refugiados de guerra supostamente ligados ao comunismo, ou a vigilância, a infiltração e prisão constante às organizações de refugiados que faziam campanhas contra o Eixo, as campanhas pela Paz, entre alguns dos movimentos sociais mais atuantes neste período.

Foi neste período que houve uma ampliação da Polícia Política nos estados e uma incursão do PCB nos movimentos sociais no campo.

Observamos aqui como a LSN inclui o campo também na possibilidade de repressão limitando o uso de armas do morador rural ainda em 1935:

Paragrapho unico. Não depende de licença da autoridade policial, mas se lhe deve comunicar, sob pena de apreensão, a posse de arma necessaria á defesa do domicilio do morador rural, bem como a de explosivos necessarios ao exercicio de profissão, ou á exploração da propriedade.<sup>47</sup>

<sup>47</sup> Disponível em: <[www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-norma-pl.html](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-norma-pl.html)>. Acesso em: 01 jul. 2014.

Em 18 de maio de 1938, além do julgamento específico pelo Tribunal de Segurança Nacional, a LSN sofre uma terceira alteração. O Decreto-lei n. 431, que define crimes contra a personalidade internacional do Estado, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social foi decretado logo após o golpe integralista e a tentativa de assassinato do Presidente da República. Mas a inserção dos crimes contra a ordem social continuam a ganhar relevo na organização e na estrutura da Polícia Política com vistas a definir os movimentos sociais como principais alvos de criminalização.

Em 1953 a alteração da LSN define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social numa só seção, com a Lei n. 1802 de janeiro de 1953 e em sua complementação em dezembro do mesmo ano, assim como nas agências subsequentes, que serão autonomizadas e centralizadas.

#### 2.4 A DESPS

Com todas essas transformações e ações dos movimentos sociais, a DESPS – Delegacia Especial de Segurança Política e Social fora criada como uma nova agência da Polícia Política para coibir principalmente a ação dos movimentos sociais. A DESPS aumentou em número de investigadores e tornou mais complexa a estrutura da Polícia Política. Criada em 1933 e regulamentada no ano seguinte, se estruturou inicialmente em três seções: Segurança Política (S-1), Segurança Social (S-2) e Fiscalização de Explosivos, Armas e Munições (S-3) sob o Decreto n. 22.232 de 10 de janeiro de 1933 e o Decreto n. 24.531 de 2 de junho de 1934.

A definição dos crimes contra a ordem política e social não se inaugurou com a primeira lei específica, haja vista que tanto a DESPS como as DOP's estaduais já vinham trabalhando com essas noções. Mas as seções tais como se estruturou na DESPS identificavam, principalmente a partir de 1935, as prescrições desta lei.

A documentação abundante instou a criação de uma seção autônoma para abrigar o pessoal especializado em elaboração de fichas e organizações de prontuários e dossiês: a Seção de Arquivo (S-4). A seção de arquivo foi criada em 1938 com a Portaria n. 4030, de 10 de abril de 1938 da chefia de Polícia. No ano seguinte, a DESPS passou a contar com mais três serviços rotineiros: o Serviço Reservado (SR), a quem o delegado encaminhava serviços diversos, pois destinava-se a reforçar o trabalho das seções; o serviço de ronda, que durante a

noite patrulhava o Distrito Federal em zonas “por onde, dada a sua situação topográfica, forçosamente em caso de subversão da ordem pública, devem se reunir ou transitar grupos de rebeldes”; e o Serviço Secreto, composto por agentes infiltrados com a função de colher informação sobre cada militante, manifestações, reuniões, “para entrar na intimidade de certos grupos conspiradores”. Em 1942 organizou-se ainda, o Serviço de Investigações e Pesquisas, cujo objetivo era realizar investigações secretas e proceder a pesquisas através da censura postal e telegráfica e do acompanhamento do noticiário dos jornais. Tendo funcionado apenas neste ano.

Ao dimensionar a criação da DESPS aliada a Intentona, foi possível observar o quanto o Estado se preocupava com o nascimento de qualquer oposição, e neste caso o perigo da perda de poder estava sempre em pauta. São, portanto, os arquivos da Polícia Política que dimensionam para nós que a História das maiorias dos movimentos sociais estão presentes nos registros policiais, daí um enfoque privilegiado em nossa pesquisa, e que o motivo para a existência de uma Polícia Política se insere em qualquer possibilidade de perda de espaço de poder na disputa intra-governos.

Esta afirmação pode dar ainda, sentido a toda organização da Polícia Política, guardando em sua especificidade sua atuação contra os movimentos sociais, bem como toda a atuação da Polícia Política, que tem caminhado no sentido de agir prioritariamente na criminalização dos mesmos.

Neste sentido, a DESPS teve papel primordial para assegurar um governo Vargas cada vez mais centralizado e que mantinha uma série de oposições, pois governava de acordo com um certo pragmatismo político, tanto de interesse quanto de afinidades, mas que mudava conforme a necessidade de uma política de guerra, dentro de seus preceitos. Neste sentido, a DESPS fez o papel de uma agência estatal num Estado coercitivo em plena guerra que deveria antes, se tornar o guardião de um governo singular com possíveis mudanças estratégicas em seu posicionamento, mas tendo com inimigo principal, os comunistas.

## **2.5 1945 e a busca da democracia**

Um golpe iniciou a ditadura do Estado Novo e um novo golpe a findou. Não é um início auspicioso para um período democrático. Essa fase foi acompanhada por referências mais sistemáticas na imprensa, a conflitos no campo e a uma certa organização dos

trabalhadores rurais. O fato é que em meados dos anos 1940, já surgiram algumas entidades de representação no campo, em Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Dos conflitos relacionados aos movimentos sociais no campo que ganharam maior evidência no período, se davam contra os colonos de café no estado de São Paulo. Eram constantes as denúncias sobre os baixos salários, proibição do plantio de cereais nas ruas dos cafezais, tirando assim, ao colono, meios de obter por conta própria, gêneros alimentícios de subsistência, além das jornadas de trabalho extensas, ausência de direitos trabalhistas, falta de assistência previdenciária, entre outras reivindicações. Semelhantes eram as condições dos trabalhadores da cana, tanto em São Paulo como em Pernambuco, e do cacau no sul da Bahia.

Apontavam-se ainda, o desconto a título de aluguel de casa, os sistemas de vale e de barracão. As reivindicações do campo que chegavam à cidade eram eminentemente trabalhistas. Assim, as greves se tornaram, desde logo, as principais armas de luta. Ao lado delas apareciam ações na justiça cobrando direitos garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho aos operários urbanos, tais como salário mínimo e férias, cuja aplicação não era estendida aos rurais.<sup>48</sup>

Mas não somente as reivindicações grevistas estavam em pauta. Às reivindicações já se somavam as ações no campo como foi o caso das Ligas Camponesas. A partir de 1945 os camponeses começam a ensaiar sua própria ação, ainda que de maneira pouco isolada, isto é, sem as profundas e necessárias ligações com os organismos operários urbanos que lhes ajudaram a criar suas primeiras organizações. O PCB passa a se interiorizar no campo com lideranças que colaboram na fundação destas Ligas e ainda, em lugares onde predominava a cultura de subsistência emergiam de áreas já politizadas nas fronteiras agrícolas socialmente dinamizadas por grupos de imigrantes desgarrados da ideologia tradicional de suas antigas comunidades. Nestes lugares destacaram-se os grupos de posseiros.<sup>49</sup>

No âmbito do Rio de Janeiro, havia a tentativa de resgatar a “vocação agrícola” da Baixada Fluminense concomitante com a promo o industrial de outras regiões do estado do Rio de Janeiro, só que com pesos muito distintos: enquanto a produ o de alimentos diminuiu 35%, entre 1940 e 1950, a popula o urbana subiu de 37,5% para 47,5% do total da popula o do estado, no mesmo período. Esse processo de esvaziamento da produ o agrícola foi – não coincidentemente – foi concomitante com o início do enorme afluxo populacional

---

<sup>48</sup> MEDEIROS, Leonilde Servulo de. *História dos Movimentos sociais no campo*. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 18–24.

<sup>49</sup> STEDILE, João Pedro. *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

para a cidade do Rio. População migrante e basicamente rural que, expropriada, e espremida pela baixa renda e pelo aumento do valor dos lotes e dos aluguéis no centro, se via forçada a morar nas periferias da cidade e nos municípios vizinhos.<sup>50</sup>

## 2.6 A DPS e a DFSP

A Fundação da DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública se deu com a transformação da Polícia Civil do Distrito Federal de Segurança Pública, por meio do Decreto-lei n. 6.378 de 28 de março de 1944. Foi parte de uma reforma mais geral no poder judiciário durante o Estado Novo, com a reformulação do Código Penal, do Código do Processo Penal e da Lei de Contravenções, buscando adaptá-los à Constituição de 1937.

Nesta conjuntura e na reorganização de diversos movimentos sociais, que em 1944 foi criada a Divisão de Polícia Política e Social – a DPS. A Polícia Civil do antigo Distrito federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança pública (DFSP), com atribuições nacionais e locais. Algumas subdivisões foram incluídas, entre elas, as divisões de Polícia Técnica, Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras e a de Polícia Política e Social. Localmente possuía 6 delegacias especializadas e 30 distritos policiais. Quanto às atribuições e subdivisões da DPS, ficou organizada em Delegacia de Segurança Política (DSeP); a Delegacia de Segurança Social (DSeS). A organização da DPS cabia agora algumas seções: a Seção de Fiscalização de armas e explosivos, munições, o Arquivo e a Seção de administração. Já incorporada a delegacia de estrangeiros, localmente previa seis delegacias especializadas: defraudações, falsificações, roubos e furtos, costumes, tóxicos e mistificações, jogos e diversões, vigilância e de menores e ainda três distritos policiais.<sup>51</sup>

A especialização do quadro de funcionários com metodologia e diretrizes para controle político e social, a Polícia Política do pós-Guerra e do fim da ditadura estadonovista se reorganizou com a finalidade de conter a participação e mobilização da sociedade no período que se abria como “democrático”.

Foi pelo Decreto n. 17.905 de 27 de fevereiro de 1945, que foi aprovado o regimento

<sup>50</sup> GRYNZSPAN, Mario. *Mobilização camponesa e competição política no Estado do Rio de Janeiro (1950-64)*. 1987. Dissertação (Mestrado) – PPGAS – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987. p.42.

<sup>51</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão ao sindicalismo carioca 1945-1964*. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. p.168-169.

da DFSP, estabelecido que seria considerado o crime contra a “segurança política” e “segurança social”. Os crimes contra a segurança política seriam os praticados contra a estrutura e segurança do Estado, e os crimes contra a segurança social eram relativos aos direitos e as garantias individuais no aspecto civil e penal da legislação. Além disso, estavam previstos crimes de proteção ao trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos e reciprocamente.

Estes os órgãos de Segurança Pública, decretados para a segurança social desde a Primeira República, passam por modificações principalmente no tocante a ampliação, especialização e novas denominações estruturadas e organizadas, mas adaptadas e aumentadas conforme a própria organização dos movimentos sociais. Era a necessidade do controle político-policial da sociedade, que fosse cada vez mais intenso e legalizado. Aqui, observa-se assim, a tentativa de um controle político e social sofisticado.

Por isso de agosto a novembro de 1945 a DPS foi transformada em DOP's regionais. Foi neste mesmo período que o Tribunal de Segurança Nacional transferiu suas atribuições da justiça ordinária, mantendo o conceito de segurança nacional. Com a intenção de ampliar e organizar a estrutura da Polícia Política cada vez mais centralizada, ampliava-se a sua ação contra os movimentos sociais que nasciam no campo e contra qualquer organização da sociedade fora dos padrões do estado restrito, pois estavam sob vigilância cada vez mais organizada da Polícia Política.<sup>52</sup> Cabia aqui qual formato se daria para organização da Polícia Política em âmbito nacional e que caberia neste momento a DFSP.

Aliado ao contexto do crescimento dos movimentos sociais junto com a segunda Guerra, a Polícia Política ampliou o raio de ação. A ideologia anticomunista que caracterizou as atividades da DPS elegeu outro alvo de vigilância e repressão além do PCB: os movimentos sociais. Esses movimentos representavam os interesses de vários setores da sociedade civil e a Polícia sempre entendia a atuação da maioria deles como uma estratégia do Partido Comunista para burlar a ilegalidade do partido em 1947.

Foi com o Decreto-lei n. 7.887 de 21 de agosto de 1945 que a DPS foi brevemente extinta e criada esta Delegacia de Ordem Política e social, que previa em seu início, a criação de um Setor de Fiscalização trabalhista.

As delegacias de Ordem Política e Social – os DOPs estaduais, ou seja, dos diversos

---

<sup>52</sup> SOMBRA, Luiz Henrique. Departamento Federal de Segurança Pública: Ruptura ou Permanência. In *DOPS: A Lógica da Desconfiança*. Niterói: Secretaria do Estado de Justiça – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

estados da federação, sob a direção de autoridades policiais do Rio, identifica aqui como a Polícia Política passou a descentralizar ação, centralizar a informação, e aumentar a investigação com o propósito de desarticular quaisquer movimentos sociais em formação. Isto se dá especificamente a partir da década de 1940 quando são frequentes os pedidos de cooperação e orientação enviadas pelos DOPs estaduais e em relação a reorganização do PCB com os movimentos sociais no campo. Isto se deu no governo Dutra, principalmente.

Esta rápida aparição dos DOPs pode ser visto como ensaio para ampliação da ação da Polícia Política em nível nacional, bem como sua centralização na extinta Capital.

A conturbada democracia dos anos 1940 não deixou de mostrar seus limites. A transformação da estrutura da Polícia Política estava ancorada na ideia de desfazer os movimentos sociais na sua formação principalmente no tocante a este período. Neste contexto que houve aumento no efetivo de infiltrados nos movimentos sociais com a ampliação do quadro da DPS.

Em 9 de novembro de 1945, o Decreto-lei n. 8.168 leva a extinção do DOP e recria a DPS em 1946. Sob o Decreto-lei 20.532 de 1946 o regimento da DPS é aprovado a partir dos seguintes parâmetros: manter a “atualização do fichário de pessoas que interessem ao DFSP; o fichário e a galeria fotográfica de indivíduos expulsos do território nacional e dos reconhecidos como nocivos à ordem pública e aos interesses do país”.<sup>53</sup>

É neste contexto que o crescimento do PCB, mesmo na clandestinidade, era considerado um temor entre as elites. Por isso a Portaria n. 4.333 de 25 de janeiro de 1946 regulamenta o Serviço de Investigações (SIv) da DPS, nele incluem-se: 1) Setor de fiscalização trabalhista (St.1); Setor de Ordem Pública; 3) Setor de Investigações; 4) Setor de Serviços Secretos; 5) Setor de Vigilância; 6) Setor de Controle. Competia ao serviço de investigações “organizar e manter o serviço permanente de vigilância especializada do ponto de vista Político-social, cumprindo-lhe, outrossim, fazer realizar as investigações determinadas pelas D.SeP e D.S.S”.<sup>54</sup>

Aqui também inclui-se o serviço de informações. Este serviço foi responsável pelas atividades internas da Polícia Política, nas quais baseamos nossa pesquisa. O processamento de informações, elaboração de códigos, controle de correspondência, arquivamento da documentação dão suporte ao delegado. O cartório realiza processos penais e mantém os diversos registros necessários às delegacias – e o xadrez especial – destinado ao recolhimento

---

<sup>53</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. Greves e repressão ao sindicalismo carioca 1945-1964. Rio de Janeiro: APERJ/FAPERJ, 2003. p. 169.

<sup>54</sup> *Ibidem*.

das pessoas presas ou detidas – completam o quadro de apoio às atividades policiais da Divisão.<sup>55</sup>

A Portaria reservada do diretor da DPS, acrescentou em 26-01-1946 regulamentando o Setor de Fiscalização trabalhista (St.1), cuja competência era proceder investigações atinentes a massa trabalhista em geral.”<sup>56</sup>

O Decreto-lei 9.353 de 13 de junho de 1946 ampliou as competências nacionais do DFSP que ficava encarregado da “apuração das infrações penais e da sua autoria que atentarem contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do estado, a ordem social e a organização do trabalho”. Esta atuação mais abrangente visava “aparelhar o Estado na defesa das instituições e da ordem pública em cooperação com os órgãos policiais dos Estados e Territórios”.

As duas maiores fontes de preocupação para a DPS passaram a ser as publicações de cunho comunista e as atividades do setor feminino do Partido. A imprensa, sob a mira da DPS, por ser considerada de orientação comunista, era representada especialmente pelos jornais “A Classe Operária”, “Folha do Povo”, “Imprensa Popular” e “Tribuna Popular”. A cassação do registro do Partido em 1947 e, no ano seguinte, do mandato dos parlamentares comunistas desencadeou a busca e apreensão de muitos exemplares daqueles jornais, tanto nas bancas, quanto nas respectivas redações. Esses periódicos tiveram suas edições suspensas por até 180 dias, a partir da publicação de Portarias expedidas pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.<sup>57</sup>

Em 1948, a Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça realizou estudo visando criar uma estratégia de âmbito nacional de combate às atividades comunistas, por meio da coordenação de esforços entre órgãos públicos e entidades privadas. O papel da DPS seria o de prevenir o surgimento de tais atividades por meio de um rígido controle de diversas associações civis, suspeitas de ser a “face legal” do partido. Esse controle realizou-se a partir de intensa coleta de informações. Eram associações de bairro, movimentos contra a carestia, organizações de defesa dos direitos civis, para citarmos apenas alguns exemplos, os que

---

<sup>55</sup> DUARTE, Leila Meneses; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto.(Orgs.) *A contradita: Polícia Política e Comunismo no Brasil(1945-1964)* –Entrevistas com Cecil Borer, Hercules Correa Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p. 44-45. Esta referência encontra-se também em *DOPS:A Lógica da Desconfiança*, APERJ, p.43-45.

<sup>56</sup> Ibidem.

<sup>57</sup> APERJ: Relatório anual de 1948 do Delegado de Segurança Social da Divisão de Polícia Política e Social. Fundo *Polícias Políticas no Rio de Janeiro*. Setor Administração. Pasta 1-E, p 2-3.

foram investigados, resultando disso grande quantidade de dossiês.<sup>58</sup>

Em 1949, com Dutra, tivemos a criação da ESG, fórum produtor da Doutrina de Segurança Nacional e também com a Portaria n. 1163 de 24 de outubro de 1950, onde os detetives do DFSP deveriam apresentar “a autoridade competente, os menores extraviados, os vagabundos, os ébrios, vadios e desordeiros, os perturbadores do sossego público ou os que ofenderem a moral e os bons costumes.”<sup>59</sup>

Nessa mesma época, o Comitê Nacional do PCB ampliou sua atuação política no campo e foi engrossar o descontentamento dos camponeses. Os militantes do PCB eram avidamente procurados. O campo foi uma saída, mas estava sob vigília. A criação de organizações em função do descontentamento das massas urbanas, aumentadas por conta da inflação, aumentou a popularidade do Partido no campo. Nesse sentido, o contra-ataque da Polícia Política para essa estratégia dos comunistas baseava-se no argumento de que, se o PCB possuía uma célula em cada segmento da sociedade, a Polícia Política teria de responder à altura, ou seja, colocar o maior número possível de informantes e investigadores infiltrados nessas associações. O partido arregimentava militantes iniciantes sem terem sido registrados na polícia. A propagação do comunismo na cidade e no campo ganhava simpatia, com propaganda e arrecadação de fundos. Isso facilitava a infiltração de informantes da DPS, como se pode atestar nos relatórios desses agentes incluídos na documentação produzida pelo órgão.<sup>60</sup>

Numa conjuntura em que os relatórios da Polícia Política se percebe a emergência da I Conferência Nacional de Polícia, realizada em 1951, ficou acertado um esforço coordenado entre a DPS e os demais órgãos estaduais de Polícia Política para a criação de um sistema de troca de informações e medidas preventivas contra a formação de associações. O objetivo era neutralizar a influência do PCB no setor operário e impedir que suas atividades se instalassem também no meio rural: dirigentes do Partido, quando perseguidos pela DPS, deslocavam-se para o interior dos estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, o que gerava intensa comunicação entre a DPS e os órgãos de Polícia Política estaduais.<sup>61</sup>

<sup>58</sup> DUARTE, Leila Menezes; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de. *História Administrativa do Departamento de Polícia Política e Social- DPS*. Rio de Janeiro: APERJ, [s.d].

<sup>59</sup> COSTA, Milton Lopes da. *A polícia*. Rio de Janeiro: ed. do Autor, 1954, p. 440–445.

<sup>60</sup> APERJ Relatório reservado do Secretário da Seção de Segurança Nacional do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. *Fundo Polícias Políticas no Rio de Janeiro*. Setor Administração, Pasta 3.

<sup>61</sup> DUARTE, Leila Menezes; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto.(Orgs.) *A contradita: Polícia Política e Comunismo no Brasil(1945–1964)* –Entrevistas com Cecil Borer, Hercules Correa Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p. 32–33.

O movimento feminino se expressava especialmente através das Uniões Femininas contra a carestia. A Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que desde o início da década de 1930 reunia-se anualmente para discutir assuntos relativos ao estatuto político da mulher e à defesa do trabalho feminino, entre outros, promoveu, em 1947, uma mesa redonda em que centenas de mulheres cariocas de todos os bairros, morros e subúrbios representaram as mais de 35 Uniões Femininas do Distrito Federal. A maior reivindicação do grupo era “mais pão e mais escolas” para os filhos, dentro da temática geral do encontro “mais justiça real e igualdade de direito para a mulher.” O movimento feminino promovia passeatas, debates, comícios e envio de cartas às autoridades para reclamar, entre outras coisas, do preço e abastecimento dos gêneros alimentícios, e da habitação. As uniões prestavam assistência a seus associados através de venda de banha, tecidos populares, feijão preto, de organização de cooperativas, de cursos de alfabetização e de corte e costura, tendo grande aceitação por parte da população mais pobre, sendo por isso um alvo de muito interesse para a Polícia Política.<sup>62</sup>

Além disso, foi neste período, a incidência maior das mulheres que se reuniam em manifestações nas portas das delegacias locais para soltar seus maridos.<sup>63</sup>

## 2.7 O PCB e os Movimentos sociais a partir da década de 1950

Enquanto no contexto internacional a vitória da Revolução Chinesa foi o ápice de um longo processo revolucionário que sacudiu a China desde 1911, culminando com a vitória do Exército de Libertação Popular em 1949, dois grandes acontecimentos mundiais – a primeira guerra mundial de 1914 a 1918 e a Revolução Russa de 1917 – passaria no processo chinês e mudaria o rumo de diversas correntes comunistas no mundo. A primeira guerra teve como causa a disputa pelas colônias entre as potências imperialistas, devido às pretensões expansionistas da Alemanha e Japão, e uma nova divisão mundial do trabalho; a Revolução Russa, busca no terreno internacional uma disputa que passa a caracterizá-la como Capitalismo de Estado, e impôs a ditadura stalinista no país capitalista mais atrasado da Europa, dando dali em diante um marco de derrotas e negociações de lideranças para os

<sup>62</sup> DUARTE, Leila Meneses; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto.(Orgs.) *A contradita: Polícia Política e Comunismo no Brasil(1945-1964)* –Entrevistas com Cecil Borer, Hercules Correa Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: APERJ: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

<sup>63</sup>CARNEIRO, Ana; CIOCCARI, Marta. *Retrato da repressão política no campo: camponeses torturados, mortos e desaparecidos: 1962-1985*. Brasília: MDA, 2011, p.187–189.

movimentos de libertação nacional e lutas anticoloniais.<sup>64</sup>

Entre um passado reformista e a luta armada como resultado das diversas discussões no interior do Partido Comunista e sua atuação no amplo território brasileiro e internacional, a dinâmica das lutas ultrapassavam estas necessárias discussões e resoluções congressuais. Esse foi o caso do resultado do “manifesto de agosto de 1950”, quando diversas posições entravam em debate em função da necessidade de mudança de atuação do partido por parte da concepção de algumas lideranças. No entanto, a dificuldade maior era externa, e residia no próprio fato da Polícia Política dificultar a organização destes congressos como veremos na análise da documentação no Capítulo III. Eram ações de repressão ou desorganização dos encontros, em proveito da ilegalidade do Partido ou de forma mais contundente, na criminalização do comunismo pelo Estado Liberal como um todo. Como resultado, temos um segmento que enaltece da Revolta Comunista de 1935 e outro segmento que defende um PCB como Frente democrática de Libertação Nacional, e ainda outro que defende a aliança operário–camponesa junto de uma burguesia nacional contra o Imperialismo, o latifúndio e os restos feudais. Estes são exemplos de como nascia e crescia movimentos às expensas das diversas tendências. Por isso, trabalhamos com a hipótese de uma conjuntura onde a Polícia Política dava o tom dos conflitos e das cisões dos movimentos de esquerda, com o distanciamento dos diversos movimentos sociais.

Como exemplo, tomamos aqui um acontecimento que fazia parte do cotidiano dos camponeses. De acordo com MORAIS<sup>65</sup>,

quando a Guerrilha de Porecatu esteve em seu ápice em 1950 com dois meses de atuação, dissolveu-se por ingerência do Comitê Regional do Partido Comunista, que constatou não haver condições históricas para a sobrevivência do movimento armado, após o manifesto de 1950. Numa outra situação em 1954, após outro manifesto com resoluçãocongressual fortalecendo o grupo que rompe com Prestes, o primeiro Congresso Nordeste de Trabalhadores Agrícolas realiza-se em agosto, sob orientação do Partido Comunista de Pernambuco, na cidade de Limoeiro e sob a liderança do operário Pedro Renaux Leite. O congresso constituiu-se no último esforço das organizações extralegais de trabalhadores agrícolas (ligas camponesas e sindicatos rurais de Pernambuco), no sentido de se legalizar. Apesar da considerável quantidade de participantes, a polícia encerra violentamente o mencionado congresso. Em contrapartida, o sindicato rural (sem personalidade jurídica) de Goiana, um tanto fora da linha do Congresso, invade a cidade com milhares de trabalhadores agrícolas armados de foices, facões e enxades, expulsando de lá as autoridades policiais. Esta ação tem a liderança do camponês João Tomás e do bancário José Raimundo da Silva, ambos militantes do Partido Comunista.

<sup>64</sup> TOLEDO, C.; MARGARIDO, M. China 1949: uma Revolução no país mais populoso da Terra. *Marxismo Vivo*, n. 22, 2009.

<sup>65</sup> STEDILE, João Pedro.(org.) História e natureza das ligas camponesas: São Paulo: Expressão Popular, 2002, p.16–20.

Neste sentido, eram inclusive, estas as condições adversas pelas quais, o IV Congresso do PCB vinha sendo sistematicamente adiado. O III Congresso havia ocorrido ainda no final de 1929 e início de 1930. A caça as lideranças no interior dos quadros do Partido da então URSS, refletia no Brasil diante das conferências nacionais convocadas na impossibilidade de realização de congressos, e quanto à regularidade prevista pelos estatutos. A última conferência nacional datava de 1946. Na maior clandestinidade e sem a participação de Prestes, no IV Congresso, fortaleceu-se o grupo que no início da década de 1960 iria romper com Prestes, fundando o que veio a se tornar o PC do B.

Para tanto, foi no contexto da crise de direção da URSS, na diversificação da luta dos trabalhadores, muitos dissidentes repensaram ou autonomizaram suas lutas e muitos ainda, adentraram o campo ou ainda buscavam a sua legalização na cidade, faziam campanhas, buscavam alianças, e ainda, com figuras públicas fizeram campanhas do PCB. No contexto de um PCB que discutia sua atuação, entre 1949 e 1954 o registro de greves cresce entre os camponeses.

Quanto aos movimentos sociais que conseguiam conquistas, Medeiros conseguiu registrar cinquenta e cinco ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente nos cafezais paulistas. Essas greves sempre se davam por fazenda e a maior parte delas era por aumento salarial, havendo também algumas que demandavam pagamentos de salários atrasados ou férias remuneradas. Quanto às ações na justiça, também se intensificaram principalmente nos anos 1950 e acabaram por criar uma jurisprudência que garantia a “colonos e demais assalariados agrícolas o direito de férias remuneradas”. Para os trabalhadores da cana isso também era comum. Não por acaso, desde cedo se esboçou toda uma luta no sentido de considerar os trabalhadores industriais e, assim, gozarem dos direitos a que estes já tinham acesso.

Havia inclusive dois tipos de reivindicações características neste período que iniciava um processo “molecular de organização”, segundo Medeiros. O destaque se dá neste período, aos arrendatários e meeiros. Estes dois tipos de reivindicação se apresentavam, ora de caráter combinado; ora não: De um lado colocava-se a luta pela redução das taxas de arrendamento. De outro, a luta pela permanência na terra, visto que, em muitas regiões, o arrendamento era a forma utilizada para a formação de pastos: o proprietário entregava as terras e o arrendatário deveria devolvê-las, normalmente após três anos de uso com pasto formado.<sup>66</sup>

Na década de 1940 os movimentos sociais ligados a terra que se reorganizam, em 1950 ganham corpo nas lutas e reivindicações de forma mais organizada. Mesmo a Polícia

<sup>66</sup> MEDEIROS, Leonilde S. História dos Movimentos Sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989. p. 23–24.

Política do governo Dutra que investiu na infiltração e desorganização de diversos movimentos sociais, não conseguiu frear a reorganização das lutas pela terra que tomaram corpo na década de 1950 com as diversas formas de luta, como na inserção de campanhas nacionais e internacionais.

Por outro lado, neste mesmo contexto, vimos o crescimento de Lacerda na arena política. Em 1954 na madrugada do dia 5 de agosto, ao voltar de um comício no Colégio São José, Lacerda foi alvejado na porta de sua casa, à rua Tonelero, em Copacabana. O atentado que se tornou conhecido como Atentado da Tonelero, resultou na morte do major-aviador Rubens Florentino Vaz, integrante de um grupo de oficiais da Aeronáutica que dava proteção a Lacerda, que escapou com um ferimento no pé.

No dia 12 Lacerda lançou um editorial na *Tribuna da Imprensa* exortando as forças armadas a exigirem a renúncia de Vargas. Com a confirmação do envolvimento da guarda pessoal do presidente no atentado, a oposição intensificou sua campanha. No dia 22 a exigência da renúncia de Vargas começou a generalizar-se nos meios militares. Isolado politicamente e na iminência de ser deposto, Vargas suicidou-se no dia 24.

Em artigo publicado em 4 de janeiro de 1955 na *Tribuna da Imprensa*, Lacerda reconheceu as divergências existentes no interior das forças armadas e defendeu a interferência dos militares na vida política do país. No dia 10 de fevereiro deste mesmo ano, apesar da oposição dos udenistas e dos setores militares a eles vinculados, o governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek teve sua candidatura homologada pelo PSD, vencendo as eleições presidenciais.

Firme em sua proposta, Lacerda continuou a publicar na *Tribuna da Imprensa* violentos artigos defendendo a interdição da posse dos eleitos e pedindo insistentemente a intervenção dos militares na política nacional. No dia 8 de novembro deste mesmo ano, o então presidente Café Filho, que encontrava-se internado para tratamento de saúde, transmitiu o governo a Carlos Luz. No dia seguinte Lacerda assinou mais um violento artigo intitulado "Não podem tomar posse", no qual afirmava que Carlos Luz não assumiria o governo para preparar a posse de Juscelino e Goulart.

Após a volta do asilo político que provocou no meio político militar, no dia 11 de novembro de 1956 Lacerda retornou ao Brasil, sendo recebido na cidade do Rio de Janeiro por grande manifestação popular. Logo em seguida reassumiu o mandato de deputado federal e a direção da *Tribuna da Imprensa*, dando início, de imediato, aos ataques ao governo Kubitschek.

Em seus artigos publicados na *Tribuna da Imprensa*, desenvolveu intensa campanha em favor de seu candidato tendo como eixo o combate ao governo Kubitschek, acusado de corrupto e responsável pela inflação e a alta do custo de vida em virtude dos gastos com a construção da nova capital em Brasília. Lacerda participou de forma assistemática da campanha eleitoral de Jânio, já que estava preocupado em articular sua própria candidatura ao governo do estado da Guanabara.

Carlos Lacerda troca informações com Cecil Borer, que desde sua participação no golpe contra a posse de JK foi afastado da DPS, assumindo o Gabinete do chefe de polícia como comissário. A Polícia Política se reestrutura. A reestruturação do Departamento Federal de Segurança Pública, em 1955, confere à Divisão de Polícia Política (DPS) atribuições já consolidadas quanto ao exercício do controle de todas as atividades que visem a perturbação da Ordem Política e Social e o de velar pela estabilidade das instituições nacionais.<sup>67</sup>

A questão da especialização dos agentes se relaciona com a ampliação dos órgãos que neste contexto, infiltrando, fichando, ou reprimindo os diversos movimentos sociais que se ascendem neste período. Tendo como eixo o aumento das seções e sua especialização, a DPS toma partido de como, quando e contra quem atuar: seja na esfera governamental, seja na caça ao comunismo, dando sustentação e tomando posição por qual partido ou governo optava por atuar.

Este foi o caso do governo General Dutra que estimulou e investiu no crescimento da Polícia Política com a DPS e, mais tarde, no do então governador da Guanabara, Carlos Lacerda com o aumento de verba para o crescimento do serviço da Polícia Política contra seu principal adversário, João Goulart.

Por isso a mudança do Distrito Federal para Brasília se baseou neste critério e foi determinante para a formação do DOPS e para o golpe civil–militar:

A DPS, seus agentes, delegados, investigadores, funcionários em geral e o acervo documental passam para a custódia do governo do Estado que passa a serem abrigo e meta de muitos políticos de direita, que se servem das informações da Polícia Política e chegam ao poder, com foi o caso de Carlos Lacerda em 1960: A atuação de Carlos Lacerda como governador deu a base de sustentação para uma luta política que veremos no capítulo seguinte: Foi o dia a dia de enfrentamento com os aliados de João Goulart e –ou dos movimentos sociais que Carlos Lacerda centrou sua atuação em favor de um setor das forças

---

<sup>67</sup> PEREIRA Marcia G.; REZNIK, Luís. De Polícia Federal a Departamento Estadual: O DOPS. Evolução Administrativa. In: *DOPS: a Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria do Estado de Justiça, Arquivo Público do Estado do RJ, 1993. p. 42–45.

armadas no poder com aliado principal do governador.

As funções da Polícia Política neste período, por sua vez, ao invés de alteradas são aumentadas. Logo, o Estado da Guanabara continua centralizando as informações de ordem política e social vindas de outros estados. Esta medida, antes de caráter provisório, acaba por deixar subordinadas diretamente ao governador, o corpo de bombeiros e a polícia militar com o Departamento Estadual de Segurança Pública – DESP sob o Decreto n. 14 de 27 de maio de 1960.

Mas vale notar a preocupação do Presidente João Goulart também em relação ao Polícia Política: o Departamento Federal, agora localizado em Brasília, sofre um série de alterações. Com mais de três decretos, João Goulart tenta fazer a articulação entre os serviços policiais federal e estadual. Em maio de 1960 é criado o Serviço de Polícia Interestadual, assim como o DFSP fica autorizado a assinar com os estados, convênios destinados a promover o intercâmbio de informações no setor de identificação.

Em 5 de dezembro de 1960 foi empossado como primeiro governador do recém-criado estado da Guanabara, iniciando de imediato a execução de uma ampla reforma administrativa.

Enquanto a reestruturação desde 1955 do Departamento Federal de Segurança Pública confere à Divisão de Polícia Política e Social (ainda DPS) atribuições consolidadas quanto a “ordem política e social”. Foram as delegacias de segurança política e de segurança social que obtiveram auxílio dos serviços mais especializados: O Serviço de Investigação para fora e o Serviço de Informação, a quem compete as atividades internas. O primeiro cabia a vigilância permanente dos locais, pessoas e instituições suspeitas. O segundo cabia as atividades internas; administração do órgão, o processamento de informações, elaboração de códigos, controle de correspondência, arquivamento da documentação. Estas eram atividades especializadas que dão suporte aos delegados. O cartório que realiza os processos penais e mantém os diversos registros necessários às delegacias – e o Xadrez especial – destinado ao recolhimento das pessoas presas ou detidas completam o quadro de apoio às atividades da Divisão. Até este momento, ao DFSP competia quer a execução das tarefas de polícia na cidade do Rio de Janeiro, quer o papel de órgão federal de inteligência, traçando diretrizes e centralizando procedimentos e informações de outros estados.

Em 1960 com o Decreto n. 14 de 27 de maio de 1960 fica subordinado diretamente ao governador, o Corpo de Bombeiros, a Polícia Militar e o Departamento Federal de Segurança Pública, este com denominação de Departamento Estadual de Segurança Pública (DESP). Mesmo sofrendo alterações com a DFSP transferida para Brasília, de fato, a DFSP e a DPS

presta serviços ao então Governador Carlos Lacerda.

Dando prosseguimento ao aumento do efetivo da Polícia Política, o DOPS é criado em 1962 para substituir a DPS. Com a Lei n. 263, de 24 de dezembro de 1962, é regulamentado no ano seguinte, segundo o Decreto “N” n. 28 de 15 de junho de 1963. Este órgão se subordina à Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, vinculado ao então governador da Guanabara, Carlos Lacerda. Em 1963 o DOPS passa a ser regulamentado e a compreender quatro serviços: técnico; de investigações; de operações; e fiscalização de armas e explosivos, cada qual com várias seções. Com o Decreto “N” que o DOPS se estrutura, deixando de existir a Seção Trabalhista.

O papel do DOPS no golpe de 1964 estava completo. Preconizada pela Doutrina de Segurança Nacional e municiado de informação, deu suporte ao SNI – Serviço Nacional de Informações, e aos órgãos de inteligência militares (CIEX, CISA e CENIMAR).

A Polícia Política estruturada, e organizada politicamente, desestabiliza junto com o governador, as instituições militares e civis, e se vale da derrubada de seu principal oponente, o então presidente João Goulart.

### 3 A POLÍCIA POLÍTICA E OS MOVIMENTOS SOCIAIS NO CAMPO

Neste capítulo identificamos como os movimentos sociais no campo procedem. A organização em Ligas a partir de 1945 que fora um marco na política do PCB, associações, campanhas, quando estes movimentos sociais passam por transformações em suas especificidades e o quanto a ação da Polícia Política configura-se como um elemento central da ação do Estado. Entre governos e desgovernos, era a Polícia Política que exercia o seu ofício: mandava recado, informava, investigava, reprimia e executava.

Neste contexto que a Polícia Política intervém no sentido de impedir que o movimento camponês se organize, avance em seus encontros e em contato direto com alguns governantes. Assim tanto as Ligas quanto os demais movimentos sociais no campo passaram por transformações principalmente a partir da década de 1950 aumentando e diversificando suas respectivas lutas como foi o caso das Ligas Camponesas. Por isso, observamos o primeiro momento das ligas e de alguns movimentos sociais, do PCB no Distrito Federal e o “Sertão Carioca” desde 1945. Aqui os contextos diferenciados destes movimentos sociais em nível nacional, no Rio de Janeiro e em relação a questão agrária, as alianças, a solidariedade e as transformações pelas quais os mesmos passaram diante de mudanças mais amplas da sociedade brasileira, e que foram aceleradas na vida política do país neste período passam pela Polícia Política em suas diversas fases desta agencia governamental.<sup>68</sup>

Identificamos portanto, de que forma este Estado se vale da sua organização, remonta a estrutura e se beneficia de seu funcionamento de forma autoritária ao agir no sentido de frear os movimentos sociais, seja infiltrando, informando e no limite reprimindo e executando diversas ações contra os movimentos sociais que trazem em suas fileiras sujeitos sociais que foram agentes transformadores da Sociedade brasileira, e que ao fazerem parte dos arquivos da Polícia Política, alienamos durante muito tempo boa parte da História das maiorias em nossa Sociedade.

Por isso neste capítulo, analisamos também os procedimentos, as ações a organização, a estrutura e o funcionamento da Polícia Política em seus próprios documentos, que nos remete as ações, a opinião, quem agia, como e contra quem agiam, contribuindo para refazermos a também a História pouco conhecida destas agencias governamentais em ação no período democrático de 1945–1964.

---

<sup>68</sup> KOSELLECK, R. “*Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*”. Rio e Janeiro: Contraponto, Editora da PUC– Rio, 2006. p. 69.

É neste sentido que nos propomos trabalhar com a documentação da Polícia Política em relação aos movimentos sociais. Ao trabalharmos com a documentação referente a alguns movimentos sociais no campo, num plano mais amplo, tomamos o caso de Goiás e em seguida analisamos o Distrito Federal e suas transformações que levam a mudança na ação de alguns governantes inclusive e especificamente no Rio de Janeiro entre 1945–1964. Consideramos que dessa forma será possível explicar e compreender ainda, alguns limites da democracia em tempos de Guerra Fria<sup>69</sup>.

### 3.1 A Revolta de Trombas e Formoso e a Revolta Porecatu

Trataremos primeiramente da Revolta de Trombas e Formoso, pois corresponde a uma parte significativa do período estudado e trouxe também uma experiência clássica de conquista do movimento social organizado no campo, e de forma diversificada, identificamos como teve duração desde 1948, com desdobramentos pós 1964 e analisaremos como a Polícia Política conduziu sua ação e seu relato.

Partindo deste importante evento da Revolta de Trombas e Formoso incluindo a Revolta de Porecatu, é que observamos o quanto a Polícia Política agiu com procedimentos que se assemelhavam em todo o país neste período com as diversas mudanças em sua estrutura em curto espaço de tempo. Por isso, ao tomarmos o conflito de Trombas e Formoso, justificamos esta escolha por se tratar de um conflito que perpassa quase todo o período que estudamos. A ação da Polícia Política ganha relevo enquanto a condição do movimento social em questão passa pela ação policial e perpassa o nosso recorte cronológico, para nós de 1945–1964 e neste caso, de 1948–1973, neste conflito que se localizou em Goiás, com continuidade da ação de repressão.

Sobre este importante acontecimento do movimento social do campo, foi possível verificar primeiramente em âmbito nacional um importante acontecimento da luta camponesa e de que forma a Polícia Política obtinha informação e como agia em relação a repressão, centralizada em boa parte do território nacional. Por isso, verificamos aqui como este acontecimento foi acompanhado pela Polícia Política e como se deu esta versão e sua ação deste acontecimento em Trombas e Formoso e confrontar com a bibliografia atualizada sobre

---

<sup>69</sup> REZNIK, Luís. *Democracia e Segurança Nacional: A polícia política no pós-guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

o assunto<sup>70</sup>.

No conflito entre fazendeiros e camponeses em Goiás, desde 1948 se delineou a Revolta de Trombas e Formoso. O governo propunha a marcha para o Oeste. A proposta era de levar mão de obra para a futura Capital do país com a promessa de distribuição de terras. Com a construção da Estrada Transbrasiliana, as terras do então município de Uruaçu se valorizam. Esta estrada fazia parte da rodovia Belém–Brasília, iniciada com a construção da capital em 1956.

Neste território, José Porfírio, posseiro de terra, lidera o confronto com os fazendeiros. Jagunços foram lançados sobre os camponeses. Vencida a primeira batalha, os fazendeiros começam a grilagem em 1952. Foram feitas tentativas de transformar posseiros em parceiros como ocorria em Minas Gerais na mesma ocasião, empobrecendo ainda mais a condição social dos camponeses. Diante da resistência camponesa, em 1954, mulher e filho recém nascido de José Porfírio foram arrancados de casa e a mulher foi assassinada. Neste mesmo ano foram enviados para a região 4 militantes do PCB. Os camponeses se organizaram, se armaram contra os jagunços e fundaram a Associação dos Lavradores de Trombas e Formoso. Em 1957, o governo do Estado enviou agentes para combatê-los.<sup>71</sup>

Nos arquivos da Polícia Política, um telegrama datado de 25/03/57 do Secretário do Estado de Segurança Pública de Goiás, endereçado ao General Augusto Magessi, o remetente tenta acalmar os ânimos do General diante do conflito instalado na cidade divulgado na então capital do país, contando todo o episódio a partir de um determinado ponto de vista:

Cumpre-se levar conhecimento vossência, tendo em vista as alarmantes notícias veiculadas pela imprensa carioca, sobre ocorrências policiais registradas nas proximidades dos povoados denominados Trombas e Formoso, município de Amaro Leite, neste Estado, cujas notícias tendenciosas foram dadas por adversários do governo com intuito exclusivo de exploração política, esclareço a Vossa Excelência, abém [sic] da verdade, que nada há de grave a respeito naquela região. Atendendo a solicitação do delegado de polícia do município de Amaro Leite, terminei o envio para aquela localidade um reforço policial sob comando do segundo tenente Joseh Pinto sobrinho, afim de apurar em inquérito policial, os responsáveis pelos homicídios praticados pelos comunistas José Porfírio, Joseh Firmino e Joaquim Limaro, os quais chefiam o bando armado de comunistas, inocentes lavradores, estes posseiros de terras naquela região.<sup>72</sup>

O Secretário de polícia descreve então o feito policial, fazendo mais uma vez a sua

<sup>70</sup> MARTINS, José de Souza. *Camponeses e a Política no Brasil: As Lutas Sociais no Campo e seu Lugar no Processo Político*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.72.

<sup>71</sup> *Ibidem*. p. 72–73.

<sup>72</sup> APERJ, Fundo das polícias políticas, Setor Estados–8.

versão fria e unilateral sobre o conflito:

A caminho esta tropa foi atacada, de tocaia, cerca de seis quilômetros do povoado de Trombas por uma grupo de homens, armados de fuzil, mosquetão e carabinas, havendo troca de tiros...<sup>73</sup>

De acordo com Angelo Priori, os camponeses conheciam bem a região, diferente da polícia que fora pega em região onde ainda não havia atuação da Polícia Política. Observamos aqui que as armas utilizadas pelos camponeses eram comuns para caça de alimentos.<sup>74</sup>

E quanto ao procedimento da polícia, verificamos ainda, a versão unilateral, inclusive mesmo se configurando um conflito, com a “troca de tiros”, o Secretário tentava minimizar o problema naquela região já alarmada pela imprensa como o próprio agente observou:

(...) resultou a perda de um policial, ignorando-se o número de vítimas dos atacantes comunistas, que conseguiram evadir levando os prováveis feridos para o interior de uma vasta floresta ali existente. Diante disto, e atendendo ao pedido do Juiz de Direito da Comarca de Porangatu, município vizinho daqueles povoados, que teriam novos assaltos, outros reforços foram enviados por via terrestre e em aviões do Estado. As últimas notícias trazidas ao meu conhecimento hoje, pelo Delegado Juvenal Campos Amaral, da Ordem Política e Social que havia seguido para as referidas localidades por minha determinação, informava que em toda a região foi restabelecida a ordem e a tranquilidade públicas (...).<sup>75</sup>

E após longo relato, o secretário supõe tratar de conflito entre grileiros e posseiros, cabendo tal conflito ser arbitrado pelo Estado, tratando-se, no caso, de terras devolutas e pertencentes ao Estado.

Nesta luta entre o Estado organizado enquanto Sociedade Política e a luta de resistência, de combate à dominação e a exploração dos camponeses em Trombas e Formoso, observamos aqui o silenciamento da polícia ao ignorar quantos feridos ou mortos haviam entre os camponeses. Tratando-os como comunistas, tinham como missão criminalizá-los. Por isso, remetem-se a “ordem e tranquilidade públicas”, mencionado pelos agentes ao se referir ao restabelecimento da pacificação da região, com a autoridade do Estado e a serviço da classe dominante (os grileiros).

Identificamos aqui também que a partir do ponto de vista de Mario Grynszpan<sup>76</sup> as

<sup>73</sup> APERJ, Fundo das polícias políticas, Setor Estados-8.

<sup>74</sup> PRIORI, Angelo. “A Revolta camponesa de Porecatu”. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). In: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 118-142.

<sup>75</sup> Ibidem.

<sup>76</sup> GRYSZPAN, Mario. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada

organizações políticas são frutos da necessidade da ação política. A partir do conflito de Trombas e Formoso e diante do relato do agente na documentação pesquisada, percebe-se que este se tornou um exemplo dos conflitos da luta pela terra e despertou a solidariedade das Ligas, e o engajamento do PCB a partir da década de 1950, que no bojo da luta política em conflito no campo, o autor destaca:

os grupos sociais como dados, as análises, em geral, perdem a perspectiva de que eles podem ser formados na e para a ação política, ou ainda de que essa ação pode conferir novos contornos a grupos preexistentes. Deixam, assim, de atentar para o fato de que a forma objetivada como os grupos se apresentam, com nomes próprios, organizações, porta-vozes e reivindicações, é fruto de um conjunto de ações e de lutas, de todo um trabalho de definição, de agrupamento, de representação e de mobilização.<sup>77</sup>

Identificamos que por um lado os comunistas e os movimentos sociais no campo assumiam seu papel pedagógico e identitário de interesse de classe que se formava a partir da expulsão de camponeses de suas terras, por outro lado, a violência e a opressão do sistema capitalista em crise, com a propaganda anticomunista que se formava, com o investimento do governo Dutra que hasteava a bandeira do horror ao comunismo que se impregnou nos meios da classe média, nas propagandas governistas e no medo das elites e em alguns setores da sociedade como um todo, o comunismo passou a ser visto inclusive com certo pudor.

Para referendar esta análise nos propomos assumir uma característica fundamental ao lançar um olhar para o interior dos conflitos, em destaque, como Thompson<sup>78</sup> verifica classe social, observando os valores que se relacionam com a posição que ocupam os trabalhadores em suas tradições culturais e valores cotidianos com a vivência destes atores históricos em primeiro plano.

Por isso, quanto ao acontecimento em Trombas e Formoso, destacamos de que modo a contribuição das diversas formas de organização fazem parte da luta camponesa.

Quanto ao ponto a ser destacado nos referimos a solidariedade entre os movimentos sociais no campo; e, como este importante movimento com início em 1946 foi acompanhado de uma solidariedade em nível nacional. A solidariedade neste caso, dava força política para a

---

Fluminense”. In: FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo de; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

<sup>77</sup> Ibidem. p. 36.

<sup>78</sup> THOMPSON, E. P. “Costumes e cultura” In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 16

ação dos movimentos sociais no campo e as formas de solidariedade que variavam, fazendo a luta camponesa, além de mais forte, mais diversa. De outra forma, verificamos como a Polícia Política acompanhava cada passo dessa organização. Por isso destacamos, neste caso, o procedimento da Polícia Política.

Destacamos este movimento camponês por se tratar de um importante movimento em defesa da terra na região norte do Paraná, portanto num outro território de alcance de difícil acesso da Polícia Política no final da década de 1940 e início da década de 1950. Por isso a rede de solidariedade dos camponeses em torno da defesa da posse da terra e o padrão de ação da Polícia Política (que já se encontrava federalizada no conflito local), constitui importante foco de análise para nós.

Mais precisamente em 1946, 1500 famílias de posseiros habitam terras devolutas em Jaguapitã e passam a sofrer o problema do despejo porque o governo cedera terras já ocupadas por grandes proprietários. Despejos violentos levaram a formação de grupos armados que resistem ou atacam fazendas. Havia confronto com a polícia. A situação se agrava quando o governo envolvido com negociatas de terras procurou os camponeses de Jaguapitã e ofereceu outras terras no rio Paranauí com casa e transporte, sem que esta promessa fosse cumprida. A isto se soma a Revolta dos Lavradores em Porecatu, outra importante manifestação camponesa localizada na margem esquerda do curso médio do Rio Paranapanema, que divide São Paulo e Paraná, próximo a Jaguapitã, onde a situação era idêntica. Desta vez o governo pretendia desenvolver um projeto de colonização de terras. Muitos camponeses para lá se deslocaram abrindo posses. Mas o governo traficou terras, vendendo-as para outras pessoas.

Nos últimos meses de 1950, devido a ação do PCB e seus comitês regionais em Londrina do Paraná, Presidente Prudente e Assis em São Paulo, explodiu a Guerrilha de Porecatu com a liderança de José Billar. Esta guerrilha durou até 1951. Os camponeses foram desarmados pela Polícia.<sup>79</sup>

Além da forte repressão, a investigação policial segue esses mesmos passos. É possível verificar a ressonância destes conflitos nos fichários microfilmados da Polícia Política num Boletim Reservado sobre a Liga Camponesa Estrela de Centenário, no Paraná:

---

<sup>79</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p. 73–74.

Anotações: Comunista

Em 09/04/51 Boletim reservado número 62 – Com intuito de hipotecar solidariedade aos trabalhadores rurais de Porecatu, na luta que eles empreenderam para se manter nas terras que exploram, a liga acima acaba de divulgar um manifesto em sua defesa.<sup>80</sup>

Para Martins, a partir de 1951 há disposição de um novo governo no Paraná em resolver a situação em Porecatu, e, pela primeira vez no país é declarado que as terras seriam de utilidade pública para desapropriação por interesse social. No entanto, isto foi feito com mais de 300 camponeses armados, que foram desarmados por 250 homens da polícia.<sup>81</sup>

Aqui reafirmamos o quanto a solidariedade camponesa está presente para o sucesso na conquista da terra. A solidariedade aqui, se relaciona inclusive com o reconhecimento público da condição dos camponeses para a conquista da terra e o quanto esta solidariedade era importante ser registrada pela Polícia Política atenta para a forma como a repressão passava pela informação e preocupação com a forma da repressão policial.

Outra questão fundamental sobre este acontecimento quanto à ação da Polícia Política, é que em 1951 as ligas acima não dispunham de armamento especialmente para se defenderem da ação policial. Tal como constata Priori:

A maioria estava armada de espingarda ou então carabina de 12 tiros. Essas armas eram comuns na região e utilizadas para caça. Mas eram essas as armas de que os camponeses, inicialmente, dispunham. No entanto, essas armas eram muito frágeis. E o resultado prático dessas ações com armas deficitárias eram quase que insignificantes.<sup>82</sup>

O objetivo de Angelo Priori é destacar a solidariedade camponesa de uma outra forma. Para o autor, esta solidariedade se dava a partir da resistência armada a partir de uma dissidência do PCB após os manifestos de 1948 e 1950 que vieram a fazer a ruptura com o PCB, que nos anos de 1960 delinearão a formação do PC do B.

A importância da obra de Priori para o nosso trabalho reside na descrição da guerrilha de Porecatu e o uso do arquivo do DOPs do Paraná, similar ao que nós utilizamos, e ainda, a possibilidade de observar a luta pela legalidade com a solidariedade na publicização do acontecimento da guerrilha para outros estados com intuito de chamar atenção da opinião

<sup>80</sup> Relatório de Assuntos Indexados em Microfilme – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – Fundo-DPS – série “fichas verdes” Microfilme 34.

<sup>81</sup> MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990. p.74

<sup>82</sup> PRIORI, Angelo. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p. 7.

pública para a ação policial. Dessa forma os camponeses criam uma forma de aparecer ao público.

No entanto temos aqui uma visão da solidariedade em destaque neste contexto, que foi observada por Leonardo dos Santos Soares ao exemplificar o movimento sindical carioca nas décadas de 1950 e 1960, que Marcelo B. Mattos observa como muito comuns: as “greves por solidariedade” entre categorias profissionais de diferentes regiões no espaço urbano como foi o caso da greve dos petroleiros do Rio, em novembro de 1963, em apoio à greve dos petroleiros de Guarapuava, por exemplo (MATTOS, 2003, p. 58–59). Neste caso, destacamos que o movimento social urbano agia em solidariedade e ganhava dimensão política mais ampla, no sentido da divulgação e atenção para a conscientização do acontecimento da greve na sociedade como um todo.

### 3.2 A solidariedade camponesa e a centralização da Polícia Política

Identificando a solidariedade camponesa entre os camponeses de Porecatu, verificamos que é possível observar a dificuldade da ação da Polícia Política neste sentido. A solidariedade dos movimentos sociais era via mais rápida que o caminho lento da informação até o comando da ação pela qual precisava passar a burocracia da Polícia Política, um órgão estatal. Por isso trataremos aqui sobre as formas diversas das ações de solidariedade a partir da própria documentação da Polícia Política.

Soares destaca que no próprio movimento rural havia outras ações de solidariedade realizadas por representantes de comunidades de diferentes localidades. Como fizeram os lavradores de Barro Branco (localidade da Baixada Fluminense), que em solidariedade aos lavradores despejados de Xerém, doaram 23 dúzias de cana, 23 caixas de banana e 220 quilos de aipim.<sup>83</sup>

Neste sentido é que a luta camponesa ganha relevo, e suas ações precisavam de legitimidade na sociedade, já que o reconhecimento da luta dos camponeses os colocavam em situação semelhante, de luta comum. Por isso a ação da Polícia Política alcançava dimensão nacional.

---

<sup>83</sup> SOARES, Leonardo dos S. Disponível em:  
<[http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14496\\_Cached.pdf](http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/14496_Cached.pdf)>

Em relação à defesa dos movimentos sociais, diante de uma ação policial é preciso que a Polícia Política faça uma longa caminhada antes da detenção destes movimentos sociais em solidariedade. Se não for a condições “flagrantes” (com uso de armas e similares), a Polícia Política precisa se dirigir a autoridade (neste caso ao setor de investigação e informação) para que retornasse a sua atividade informada inclusive a cerca de alguma ligação com a legalização de tais movimentos e a ação fosse efetivada. Era o longo caminho das relações intra-Estado ou a chamada burocracia.

No entanto, o procedimento e a ação da Polícia Política quanto a Guerrilha de Porecatu evidencia a forma centralizada da Polícia Política com um efetivo policial de 250 homens para desarmar 300 camponeses. Esta afirmativa do autor José de Souza Martins, pode ser verificada ainda na entrevista com Cecil Macedo Borer,

Em determinados momentos, dependendo, havia prioridades de ação. Então intensifica-se para tal lugar, e quase todos os setores voltavam suas atividades, suas atenções para aquele ponto. Mas as atividades dos demais setores não cessavam, evidentemente. Apenas dava-se prioridade a algumas ações, algumas alterações, mas todos eles tinham uma dinâmica própria.<sup>84</sup>

Apesar dos serviços de ordem política contar com orientação diferenciada em relação a cada “seção”, no momento de ação, a polícia centralizava esta ação destacando outras “seções” para atuar em conjunto contra os movimentos sociais, com objetivo inclusive, de agir e se fazer presente enquanto agente do Estado, quando o efetivo policial para desarmar 250 camponeses era de 300 policiais, além de procurar se organizar em território mais amplo obtendo legitimidade e poder de ação por parte do Estado. Assim Cecil Borer, na mesma entrevista, pauta como a centralização da Polícia Política esteve em prática no referido período:

Em cada estado do Brasil tinha um DOPS, uma miniatura do DOPS. Você vê que o nosso arquivo recebia informações de todos os estados, porque éramos nós que centralizávamos tudo com referência a esses fatos. O Tribunal de Segurança Nacional tinha ação em todo Brasil.

**ENTREVISTADOR:** A DPS tinha uma ação no Rio de Janeiro, o Distrito Federal, e também em nível nacional?

**CECIL BORER:** Ela era subordinada ao Departamento Federal de Segurança Pública - DFSP.

**ENTREVISTADOR:** Quando vocês precisavam atuar, por exemplo no estado do Rio ou em outro estado, a DPS recrutava agentes dos órgãos locais?

<sup>84</sup> DUARTE, Leila Menezes; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de (Orgs.). *A Contradita: Polícia Política e comunismo no Brasil (1945–1964)*. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

**CECIL BORER:** O intercâmbio era total. A troca de informações e a receptividade daqueles mais atuantes então eram intensas.<sup>85</sup>

Apesar das brechas e do silenciamento quanto aos procedimentos mais demorados e detalhados da ação da Polícia Política nesta entrevista, além da regulamentação dos DOPs regionais passar por um período curto: entre agosto e novembro de 1945. Aqui nos referimos a uma entrevista dada em 1998 ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, onde se localiza a documentação que estamos analisando. Mas identificamos ainda de que forma acontece a centralização da Polícia Política em nível nacional a partir de 1946 principalmente. Em que pese a não identificação do período, Cecil Borer fez parte da organização da Polícia Política desde 1930 e iniciou o trabalho nos fichários após a entrada de José de Moraes, enquanto o próprio Borer articulava a organização dos fichários, também fazia contato político, infiltrando agentes em partidos ou movimentos, pagando informação ou mesmo articulando-se dentro dos governos. Esta poderia ser uma forma de garantir alguma agilidade quanto a ação da Polícia Política.

No entanto, observamos mais detidamente que a partir da documentação da Polícia Política é contraditoriamente possível refazer a história dos movimentos sociais, como é o caso das Ligas Camponesas. Além disso, as Ligas eram a forma mais simples de organização. Assim se expandiram rapidamente neste período. Além de não estar desarticulada, a solidariedade entre as Ligas foi também um dos pontos altos desta organização.

Quanto a solidariedade dos camponeses indicada pela polícia neste boletim reservado temos que desde o ano de 1946 as ligas já se reconheciam e solidarizavam. Assim como afirma Priori:

(...) houve uma grande manifestação organizada pelas Ligas de Ribeirão do Tenente, Centenário, Guaraci, Água das Pelotas, cabeceira do Centenário, Água Tupi e Ribeirão do Capim. Mais ou menos 1500 pessoas, oriundas das mais diversas ligas de toda a região, se reuniram no patrimônio de Guaraci e resolveram fechar a estrada que ligava Presidente Prudente (SP) a Londrina (PR). O objetivo era sensibilizar o governo e os políticos para a situação de instabilidade que vivia pela região e pela legalização imediata das terras.<sup>86</sup>

Destacando uma outra forma de solidariedade, Priori aponta como as Ligas se organizam e constroem suas organizações e criam identidade.

<sup>85</sup> DUARTE, Leila Menezes; ARAÚJO, Paulo Roberto Pinto de (Orgs.). *A Contradita: Polícia Política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p.37-85.

<sup>86</sup> PRIORI, Angelo. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p. 3

Já Clodomir de Moraes assegura que a organização dos trabalhadores rurais entre 1945–47 não somente abarcava os assalariados agrícolas de áreas de agricultura comercial mas também penetrava em setores camponeses, especialmente os pequenos arrendatários, parceiros e posseiros localizados em quase todo território brasileiro formando as Ligas camponesas. É com o governo Dutra que prosseguiu o fechamento das Ligas e do Partido Comunista até sua dissolução, com assassinatos e perseguições. (STEDILE, 2002, p.13)

### 3.3 A Polícia Política e a relação com alguns governos entre 1945 e 1964

Mas algumas tentativas de desorganização dos movimentos sociais principalmente no governo do General Dutra não só passavam pela Polícia Política sem que a própria Polícia Política opinasse ou deixasse de ser o braço armado do Estado. Pelo contrário: A informação trabalhava no sentido da interação política entre Polícia Política e governo.

Na entrevista com Cecil Macedo Borer, fica evidente nas palavras do próprio:

**Entrevistador:** O senhor poderia citar, dentro desse período de 1945-64, alguns governos em que houve essa dificuldade, uma restrição da verba destinada a DPS?

**Cecil Borer:** Olha, ela foi muito sentida no governo Jango. O Dutra tinha alta consciência do valor do Serviço de Inteligência. Ele foi Ministro durante muito tempo; foi quem enfrentou os comunistas na Praia Vermelha em 1935. Então ele precisava disso, por isso habitualmente atendia nossos pedidos.<sup>87</sup>

Aqui destacamos o final do primeiro governo de Getúlio Vargas, na passagem para o governo General Dutra, justamente esta aproximação que identificamos nos arquivos da Polícia Política e consideramos relevante por haver uma instrumentalização de ambos, quanto a ação mais direta da Polícia Política e a influência recíproca entre governo e Polícia Política, enquanto braço armado do Estado servia aos que se aproximavam ideologicamente.

Sobre as relações intra-estado, analisamos aqui de que forma os governos cindiam suas ações e como alguns tomavam posição em relação aos movimentos sociais, ou ainda investiam na Polícia Política. Neste caso, vimos o exemplo diferenciado da relação entre o Presidente General Dutra, de João Goulart e de Carlos Lacerda. Estes governos apontam motivos de ampliação da Polícia Política, especialmente quando passou a ter um vínculo direto com o então governador da Guanabara, quando a Polícia Política esteve no meio do

<sup>87</sup> Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p. 54.

conflito entre o governador da Guanabara e do então presidente da República. Foram cisões intra-governos que nos permitem identificar o crescimento, a estrutura e a organização da Polícia Política neste período.

Aqui observamos como a Polícia Política serve a estes governos (com especial afinidade ideológica) ao mesmo tempo em que se torna opinativa ao transmitir informação ao governo, influenciando-os através de fichas onde registram os principais acontecimentos que se relacionam e influenciam o governo no dia a dia. Verificamos o caso anterior ao do Governo do General Eurico Gaspar Dutra e que, junto a ele conspirava contra Vargas:

Em 02-12-1944 Boletim Reservado 151 da D.SeP. – Embora aplaudindo as anunciadas intenções do Brasil para com o capital estrangeiro depois da guerra, o jornal americano “Financial News” diz que, mesmo assim, os títulos brasileiros ainda deverão ser encarados como incluídos entre os “títulos especulativos.”  
Em Boletim reservado 22-02-1946 Boletim S. S. Em rodas que se dizem ligadas à alta Administração Pública, falava-se, ontem, que de uma reunião havida no Guanabara entre os Srs. General Eurico Dutra, Goes Monteiro e Dodsworth Martins, ventilou-se a possibilidade do Governo decretar Estado de Sítio, medida essa que vinha sanar, em parte, essa questão das greves. Entretanto parece que isto não passa de “boato”, pois, ao que se sabe, essa questão de “estado de sítio”, “partiu de São Paulo, numa proposta da Federação das Indústrias, proposta essa que, na verdade, foi levada ao Sr. Presidente da República”.

O ano de 1946 foi marcado por greves. No estudo de Marcelo Badaró Mattos, quanto à dimensão destas greves, foram apenas sete vezes de greves em 1946. Mas ao contar pelos dias parados e o número de trabalhadores parados foi superior, por exemplo, as greves de 1962. Foram 24 greves por empresa e apenas 2 por categoria. Ressaltamos que a greve do período relacionado no boletim reservado da DPS foi contextualizada com a bibliografia especializada, e abrange a greve de metalúrgicos da OTIS em fevereiro de 1946. Esta greve, mais especificamente, foi uma greve capitaneada por uma comissão de salários, que foi demitida e depois readmitida em função da própria greve. Outro elemento para análise, se refere a uma onda de greves no ano de 1945 com fechamento deste ano com a greve dos tecelões adentrando o ano de 1946, organizada por locais de trabalho, as OLT's. Além disso, cabe ressaltar, que entre 1945 e 1964 foram 47 greves por solidariedade.<sup>88</sup>

Quanto à documentação, a FIESP, desde 1930 estava adaptada a estrutura corporativa do Estado nos interesses instituídos pela legislação sindical varguista. Além disso, em setembro de 1946, o estado de sítio foi incorporado a Constituição Federal, o mesmo discutido nos arredores do palácio no ano de 1944.

<sup>88</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ-FAPERJ, 2003. p. 54.

Destacamos aqui um ponto central levantado por Eli Diniz<sup>89</sup>, quanto aos interesses dos setores militares, atores fundamentais na implantação do Estado Novo, e aos interesses industriais, que se reforçam mutuamente a partir do momento em que a cúpula militar passa a colocar o desenvolvimento industrial como condição básica da capacidade militar.

É neste sentido que a intervenção do exército exerceria, nas fases subsequentes, influência significativa quanto à forma e às condições para viabilizar a industrialização do país, sobretudo por sua visualização através da formula Desenvolvimento – Segurança Nacional.<sup>90</sup>

O interesse deste setor do Exército pelo país não estaria propriamente na fronteira, mas no centro do poder. Não nas relações econômicas, mas utilizando-a como subsídio para ampliação do poder no interior do Estado, levando a ideologia autoritária e com base numa aliança com a Polícia Política, reforçando a sua condição. Este ponto pode ser visto como um prenúncio de golpe.

Neste sentido, é que a Polícia Política, ao aventar boatos nos arredores do poder, reforça a ideia central do exército como aliado, que além da investigação passar pela inter-relação entre ambas instituições, carrega a ideia central do Estado Novo ao reforçar o continuísmo no poder, tal como a medida do “estado de sítio” fazendo parte da constituição federal no ano de 1946, em consonância com a burguesia internacional, e uma certa aceitação do sindicalismo corporativo ora implantado por Vargas para reforçar apoio e continuísmo do governo por Dutra.

Desta vez observamos uma ocupação de terras de uma famosa indústria, a Companhia América Fabril:

Departamento de Ordem Política e Social  
 Seção de Serviço Secreto  
 Do: Chefe da Seção do Serviço Secreto  
 Ao Senhor Doutor do DOPS  
 Assunto: Reservado, em torno da denúncia de suspeita de invasão de terras, do domínio da Companhia América Fabril, no município de Magé  
 Datas das sindicâncias: 30-11-1963 e 01-12-1963.  
 Torna-se para nós imperioso o destaque deste documento a partir de seu título:  
 A Polícia neste período já havia passado por uma reforma e se constituiu como DOPS desde 1962. E ainda: Este Dops já ter sido motivo de ampliação da Polícia Política em todo o território nacional com os Dop's regionais. Neste período esteve à frente da Polícia Política como DOPS tomando toda a experiência da Polícia Política da sua antecessora DPS, com envio de agentes para diversos estados do

<sup>89</sup> DINIZ, Eli. O Estado Novo: Estrutura de poder, relação de classes. In: GOMES, Angela de Castro et al. *Brasil Republicano*, tomo III: sociedade e política (1930-1964): Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p.96–109.

<sup>90</sup> Ibidem.

Brasil, gerando o DOPS como uma agência fortemente estruturada, abrangendo todo o território nacional.

A Seção de Serviço Secreto em carimbo Reservado, só cabia às autoridades que, para além do executivo, um setor de autoridade do poder judiciário aqui também se posiciona ao lado da Polícia Política. Desta vez a uma autoridade presente no judiciário que teria interesse neste tipo de investigação.

Que o grande número de lavradores e oriundos da vizinhança e de outros municípios fazia a parte de um enorme quantitativo de trabalhadores sem terra que só trabalhavam na terra em algum município quando havia colheita ou plantio, migrando, a multidão de trabalhadores sem terra em busca de trabalho e já expropriados da sua relação com o processo produtivo de um camponês em sua acepção clássica. Além disso tratava-se de camponeses sem terra numa ampla discussão sobre a Reforma Agrária: Aqui nos referimos a luta que se travava também no parlamento para indenização ou não dos donos da terra; da implementação das reformas de base que a autoridade judiciária se coloca abertamente contra, e em firme oposição e des-serviço ao então presidente João Goulart.

Quanto a Companhia America Fabril, se encontrava em crise e também Fazia parte de uma História de um consórcio que se negava a discutir aumentos de salário, mas que teve o seu consórcio empresarial falido no Brasil na década de 1960 e mesmo assim requeria dinheiro em troca da terra onde já não havia produção industrial<sup>91</sup>

Sr. Diretor:

Dado cumprimento imediato a determinação verbal de Vossa Senhoria, dirigi-me sábado p. passado (...) para o município de Magé...” Que a Fazenda da Cachoeira Grande, com matas e vertente d’água e também servida em parte pelo Rio do Ouro, foi, há 14 meses atrás invadida por grande número de lavradores, oriundo da vizinhança e de outros municípios, e de cujo acontecimento a imprensa, na época, deu amplo e sensacional noticiário e porque não dizer, cobertura.

<sup>91</sup> PIMENTA, Ricardo Medeiros. RETALHOS DE MEMÓRIAS: RELATOS DE TRABALHADORES TÊXTEIS CARIOCAS. A mais antiga companhia têxtil do Rio de Janeiro, a Companhia América Fabril, teve sua fundação em Pau Grande localizada na região rural do Rio de Janeiro, hoje em Magé, em 1878 ainda como uma fábrica-fazenda. A partir daí, a pequena fábrica de tecidos, parte de uma Sociedade Solidária – ainda com o nome de Santos, Peixoto & Lobo –, não pararia de crescer. Em 1895, já com a mudança de sua razão social para Sociedade Anônima Companhia América Fabril, a mesma inaugurava a Fábrica Cruzeiro na região do Andaraí, Município do Rio de Janeiro. Seguida da aquisição e construção de outras fábricas no decorrer dos anos seguintes, a Companhia América Fabril, composta pelas fábricas Pau Grande e Cruzeiro inicialmente, tornou-se, na década de vinte, uma das cinco principais empresas têxteis do Brasil. Foram as fábricas que a compuseram posteriormente: fábrica Bonfim, na região do Caju, em 1903; a fábrica Mavilis, vizinha a Bonfim, em 1911; e a fábrica Carioca, na região do horto florestal – hoje Jardim Botânico –, em 1920. Fundadora da Companhia Nova América compunha uma Diretoria demissionária da América Fabril. Sua fundação – sendo dada grande importância à época, como foi no Jornal do Comércio, por exemplo – exercida pelo mesmo grupo dissidente da então Companhia América Fabril era composta pelos industriais Mark Sutton e Affonso Alves Bebianno. A América Fabril e a Nova América rapidamente compôs o quadro das principais empresas têxteis do Brasil ainda na década de 20. Aos anos que se seguiram, estas duas Companhias estiveram disputando – juntamente com demais indústrias de grande porte na capital – o mercado no Rio de Janeiro. Embora houvesse maiores indícios de assistências ao operariado na Companhia América Fabril devido à sua infraestrutura já consolidada: vilas operárias, farmácias, escolas, além de sua associação de operários fundada em 1919; a Companhia Nova América pareceu passar em suas duas primeiras décadas de existência sem uma política assistencial bem consolidada. Apenas na década de 40 uma série de ações daquela empresa possibilitaram uma finalização das vilas operárias, conhecidas como Cidade Jardim – em Inhaúma – além da melhor estruturação da associação esportiva, da cooperativa e escolas. A partir da 2ª guerra mundial, se seguiram momentos de crise vividos pelas companhias fabris e momentos de ânimo os quais se refletiam em salários, e tempo de trabalho – nitidamente taylorista. Durante a década de 1960, o suporte tecnológico das fábricas da Companhia América Fabril já era considerado em maioria obsoleto. Além de uma crise de nível nacional, na produção têxtil, e de um crescimento urbano significativo, começava nesta década o processo degenerativo de uma das maiores companhias têxteis do Brasil. Suas unidades foram sistematicamente desativadas durante os anos que se seguiram.

(...) A referida fazenda da cachoeira Grande Hoje, já expropriada, já totalmente colonizada abrigando 284 famílias em sítios irregularmente marcados e em áreas das mais diversas medidas, sem a devida e necessária assistência técnica, médica e social, sendo que a vida religiosa é ministrada pela Igreja evangélica Assembléia de Deus através de um pastor, Sargento da Marinha(...).

A crítica ao assentamento fica evidente. Portanto o presidente era João Goulart e a Reforma agrária fazia parte de seu programa de Reforma de base. Ainda que incompleta, e com diversas idas e vindas quanto a consecução firme do projeto que as maiorias estavam prontas para assumir, encontrava este relatório como exemplo mais concreto da ação coercitiva do Estado através do judiciário junto à Polícia Política:

Cem remanescentes foram despejados por ordem judicial... Há meses passados achase acampadas na referida fazenda e nas vizinhanças preparadas por um grupo do PC, por Adalberto Marques, Sebastião Lessa, Noemia, Ernetino e outros que formam a base do PC na Fazenda Cachoeira Grande.

(Ocupação organizada por Dr. Oay Fonseca, advogado) diz que (segundo relatório) “Tão logo chegue de Brasília” para saber sobre a possibilidade de deposio relativamente porque ao pretendido pelo proprietário, o dono pretendeu uma quantia exorbitante “ que Oay, está sendo aguardado, de Brasília, nessas 72 horas e, como já disse, tão pronto chegue, será determinado o dia da invasão... e não leva assim em conta o destacamento da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que lá se encontra guarnecida a propriedade(sic), pois se não conseguirem ludibriar os militares, o azar será dos mesmos, será nosso na marra!

(...)

Si realmente se trata de uma horda comunista, como tudo faz crer, tenho a repulsa a invasão, um problema que merece apreciado e resolvido pela polícia da Ordem Pública e Social.

Assina (ilegível)

Juíz de Direito

A Excelência Sr. Desembargador Alfredo Cumplido de Santana  
Digníssimo Corregedor Geral da Justiça – Niterói.

Observamos neste documento que ao assentar as bases da autoridade estatal que se organizava, a atuação da Polícia Política passava pela superestrutura e pela base da ação de governo, verificamos aqui de que forma a ação da Polícia Política passa sobretudo pelo objetivo estatal e neste caso, judiciário de minar as ações dos movimentos sociais principalmente ligados a terra. Aqui verificamos como se beneficiam das alianças econômicas, reforçando a atuação militarista no centro do poder. É nesta base, que se encontram os movimentos sociais no campo, resistindo a entrada do capital internacional que teve reforçada principalmente no período dos governos Vargas e Juscelino Kubitschek.

Quanto ao governo JK, houve a tentativa de golpe. Este golpe esteve diretamente ligado a ação da Polícia Política contra JK. A ação se dava também no Congresso, quando Cecil Borer se identifica com a UDN, defendendo os interesses das elites agrárias: “quando o Juscelino foi eleito, já havia a UDN, altamente dominante dentro do país. A UDN era um

partido que aglomerava as maiores expressões da intelectualidade no Brasil e se constituiu em oposição ao que havia na época.<sup>92</sup>

### **3.4 A ação da Polícia Política, as agências estatais, os partidos e os movimentos sociais no Rio de Janeiro**

Continuando a análise sobre os movimentos sociais no campo, e da atuação estatal, iremos nos deter a partir desta proposta, quanto aos movimentos sociais no campo no interior do Estado do Rio de Janeiro e na ação da DFSP e na DPS. Esta necessidade se coloca, pois, além das organizações em Ligas e dos movimentos sociais com relação a terra em todo o território nacional, verificamos que a Polícia Política acompanhava os mesmos passos com a organização e centralização dos órgãos de informação. Esta mesma Polícia Política tentava desorganizar cada passo da organização camponesa que se formava desde o período do governo Dutra, enquanto aumentava efetivo, estrutura, e organização em alguns governos, tomava partido; e enfraquecia; como nos governos João Goulart e no próprio governo JK, quando não crescia com o governo, mas buscava alianças com outros setores da elite governante, quando em 1960 permanece na Guanabara, quando a capital federal vai para Brasília com JK. Para a Guanabara vai caber, a partir de então, o vínculo com a Secretaria de Segurança Pública da Guanabara, sob o governo de Carlos Lacerda.

Enquanto a industrialização forçada no nordeste expulsava camponeses de suas terras que se mobilizavam neste mesmo contexto, a luta pela terra no Rio de Janeiro passava por um processo de habitação vinculado a crise econômica e a especulação imobiliária.

Neste período, havia uma demanda industrial e comercial de bens agrícolas. Ao mesmo tempo em que não havia autonomia dos interesses de classe mediatizadas da democracia burguesa nos últimos anos de 1940. A demanda de alimentos e matérias-primas exigiu produções agrícolas crescentes que a estrutura agrária de corte primitivo atendeu inicialmente com o alargamento de fronteiras e no seu modo e produzir. Com isso, a divisão do trabalho rural emergia no campo numa esfera produtiva de bens de alimentícios como fruto da extinção das formas de trabalho semi assalariadas e de pressão da demanda urbana. Esta demanda urbana convertia unidades agrícolas em pequenas empresas produtoras de alimentos.

---

<sup>92</sup> Entrevistas com Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes, Nilson Venâncio. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2013. p. 55.

A demanda industrial e comercial de bens agrícolas acoplar-se-ia à expansão dos ramos industriais de bens de capital, que teriam no campo o seu mercado, e concorreria para elevação da oferta agrícola.<sup>93</sup>

Foi neste contexto mais amplo da política econômica com expansão para o campo das pequenas empresas produtoras que as grandes empresas do capitalismo internacional já concorriam com estas pequenas empresas resultando em conflito de terras que ganhavam corpo. No Rio de Janeiro, as posições políticas se acirravam, pois enquanto capital federal, vivia-se o dia a dia das lutas, com ressonância em todo território nacional.

Neste sentido que tomamos o conflito da Baixada Fluminense como fundamental para compreender e explicar a diversidade dos movimentos sociais como também identificar o padrão de ação da Polícia Política, assim como verificar a ação dos camponeses na região no período proposto.

Por isso identificamos na bibliografia especializada de que forma o denominado “sertão carioca” no contexto pós 1930, fazia História com a luta pela terra, que corresponde a conhecida Zona Oeste do Rio de Janeiro.

Dando continuidade ao estudo da ação da Polícia Política e as lutas camponesas na Baixada Fluminense, sobretudo o estudo do nosso objeto, quanto a informação e a ação da Polícia Política e dos movimentos sociais na Baixada Fluminense, identifico na pesquisa de Grynszpan a definição mais propícia para Baixada Fluminense que nos permitiu melhor compreensão histórico-geográfica por abranger boa parte do período proposto em nosso objeto:

A expressão *Baixada* era bastante utilizada pelos jornais, nos anos 50 e 60, para designar um conjunto de municípios fluminenses localizados nas cercanias da cidade do Rio de Janeiro e que foi palco não apenas de despejos, mas também de reações por parte dos lavradores. Ela abarcava áreas como Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Magé, Itaguaí, Itaboraí e Cachoeiras de Macacu, diferindo, portanto, do termo Baixada Fluminense, tanto em sua acepção usual quanto naquela dos geógrafos de então.<sup>94</sup>

A partir de 1940 a chamada Baixada passou por obras de abastecimento do então

<sup>93</sup> ALMEIDA, Gelsom Rozentino de. *História de uma década quase perdida: PT, CUT: crise e democracia no Brasil: 1979-1989*. Rio de Janeiro: Garamond, 2011. p 339-340.

<sup>94</sup> GRYSZPAN, Mario. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense” In :FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980- São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 37.

Distrito Federal. A ideia de um “cinturão verde” aliava ao fato da zona rural se expandir também com a agricultura para a Baixada. A Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense – a DSBF abria para a expansão da Baixada aos negócios imobiliários e também a produção de lotes urbanos em larga escala assim como foi com a produção de laranja.<sup>95</sup>

De acordo com Santos<sup>96</sup>, a partir de meados da década de 1940 houve a possibilidade dos lotes de terra ter como uso, o ativo financeiro. Com a onda inflacionária que passou a tomar conta do país, os rendimentos que se podiam ter com a especulação de terras eram bem maiores do que com a produção agrícola. A expansão das vias de comunicação e a melhoria das condições de salubridade passaram a encorajar os empreendedores imobiliários a retalhar terrenos não mais para arrendar ou vender a pequenos lavradores.<sup>97</sup>

Foi neste contexto que o conflito de terras no Rio de Janeiro foi alvo de investigação policial. Os camponeses da região já organizados em Ligas enfrentavam conflitos com grileiros e especuladores protegidos pelo governo.

Por isso que, Mario Grynszpan<sup>98</sup> observa que a luta política nasce do confronto diante da necessidade política que se impõe, quando os camponeses eram vistos apenas como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do Estado sem ocuparem a cena política como protagonistas, incorporando-se a uma ação política imaginária. Neste caso, para nossa hipótese, a solidariedade aqui nasce da necessidade da luta conjunta.

É possível observar a ação dos camponeses neste contexto a partir dos fichários da DPS, mais especificamente quanto a investigação da Polícia Política em relação a organização dos camponeses.

Dos arquivos da DPS, fichados em ordem alfabética, foram microfilmadas as organizações que esta agência policial investigava e repreendia. Vejamos aqui um relatório de investigação, da Seção do Serviço Secreto da DPS em Jacarepaguá:

<sup>95</sup> FERNANDES, L. J. *O remédio amargo: as obras de saneamento na Baixada Fluminense*. 1998. Dissertação (Mestrado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 1998.

<sup>96</sup> SANTOS, Leonardo S. O sertão como um direito: o movimento de luta pela terra na zona rural da cidade do Rio de Janeiro (1945–1964). In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). *Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história*, vol. 2: concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930–1960). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

<sup>97</sup> *Ibidem*. p. 181.

<sup>98</sup> GRYSZPAN, Mario. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense” In :FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

Liga dos Camponeses do Distrito Federal

Em 24 de Junho de 1946 Boletim da S.S. – Realizou-se ontem na Estrada do Gabinal, Número 54 Jacarepaguá, a segunda reunião da liga acima. Estiveram presentes, além de seus organizadores, que são em número de 54 lavradores, e pequenos sitiantes do local, os senhores Gregório Bezerra e Pedro Coutinho Filho, que usaram da palavra. A reunião teve por finalidade principal um debate entre os camponeses e seus orientadores com o objetivo de troca de impressões sobre a situação efetiva de despejo por parte de pessoas que se dizem proprietárias de terras em que as mesmas estão localizadas há vários anos.<sup>99</sup>

A partir deste documento, foi possível verificar a preocupação da Polícia Política em assinalar todas as informações que fossem úteis ao aprofundamento da investigação, como o nome das lideranças, o lugar de reunião, o número de pessoas, o objetivo da reunião. Sobre “*as pessoas que se dizem proprietárias*” para a Polícia Política era preciso considerar a referência preconceituosa em relação aos camponeses que já habitavam em terras de Jacarepaguá, considerados criminosos em potencial; e como supostos “orientadores”, os “comunistas” para justificar a repressão; característica muito repetida pela Polícia Política do período estudado.

Foi possível verificar esta característica nos documentos da Polícia Política em âmbito federal:

Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP

Os dirigentes vermelhos incumbidos de orientar o desencadeamento das lutas no campo entregam-se às mais intensas atividades e estão subordinando seu plano de ação a uma propaganda orientada no sentido de convencer aos trabalhadores da gleba [sic], da excelente oportunidade que se lhe enseja com a época das colheitas para imporem suas pretensões. Os asseclas de Prestes infiltrados nos meios mais densos e, ao mesmo tempo, nos mais estratégicos núcleos camponeses espalhados pelo território nacional, conclamam à ação os elementos já politizados, catequizam, dentro dos postulados bolchevistas, os campônios ignaros; arregimentam, acenando-lhes com promessas falazes, os descontentes para, finalmente induzi-los a paralisar os trabalhos, sabotar e si necessário destruir as safras (...) 14/06/51.<sup>100</sup>

Observamos como esta característica do pensamento da Polícia Política foi absorvida por parte da sociedade, e dialeticamente setores da classe média viam respaldo para estas reações, como foi no desencadeamento da marcha organizada pela TFP – Tradição, família e Propriedade – quando apoiou o golpe de 1964, que ao direcionar ódio aos militantes dos movimentos sociais, discriminando-os, considerando camponeses ignorantes, e se organizados, comunistas e inimigos de toda a sociedade, despertando desconfiança das elites e

<sup>99</sup> Relatório de assuntos Indexados em microfilme. *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo DPS. Série “Fichas verdes”.

<sup>100</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ. Fundo DPS, Movimento Camponês, 1585.

construindo um anticomunismo a partir da relação da Polícia Política como parte da “Sociedade Política”<sup>101</sup> e diretamente relacionada ao Estado. Observamos aqui a anterioridade da propaganda anticomunista mesmo antes de 1961 datada, pelo menos a partir da bipolarização do mundo e não somente do capitalismo triunfante de então.

Outro aspecto importante se refere a nossa memória, e está no sentido de observar a organização dos camponeses em “Ligas” antes de 1955, no período que segue a interrupção da Ditadura Vargas,

(...) pelo fato de não se poder superar esses rígidos limites institucionais, a única possibilidade residia em atuar dentro do âmbito do código civil, o mesmo que admite a organização de associações de caráter não especificamente trabalhista. Neste caminho operaram os ativistas do Partido Comunista, realizando entre 1945 e 1947, uma grande e organizada mobilização de trabalhadores agrícolas em quase todos os estados brasileiros. Fundaram-se, então, centenas de Ligas Camponesas, que reuniam milhares e milhares de pessoas.<sup>102</sup>

O nome “ligas” passa a ser denominada também como organização não só de camponeses, mas de outras organizações da sociedade civil, devido a proibição da livre organização, principalmente nas cidades. Daí diversas organizações em “Ligas” foram encontradas, incluindo os militantes do Partido Comunista até “ligas” de comércio.

No entanto, retomamos Grynszpan ao observar que a luta política nasce do conflito direto que a necessidade política impõe. Daí que defendemos aqui que a organização e a ação em Ligas vivia certa autonomia ao nascer nos locais de conflito com lideranças próprias, ou com intelectuais orgânicos, na expressão gramsciana, e solidarizarem-se entre si. Assim formavam-se como Partido Político do âmbito mais amplo no que propôs Antonio Gramsci. As Ligas não deixavam de identificar-se dessa forma frente aos partidos, congressos e governos, como foi com o PCB, ainda que fossem ou não comunistas ligados diretamente a linha mestra do Partido Comunista. Para este fim, o PCB não havia assumido a luta direta no campo em sua maioria, apesar de, nas suas fileiras, contar com alguns setores que defendiam esta luta e irem para o campo. Mas o clima de guerra fria deixavam todos em igual condição: comunista e inimigo da pátria, nos pressupostos do Estado coercitivo de então.

Mattos, em relação às organizações dos trabalhadores, ao estudar outras formas de organização, como os sindicatos atrelados ao Estado, nos assegura que nem todas as

<sup>101</sup> Aqui, refiro-me a Sociedade Política como parte do aparelho do Estado enquanto construtor de consenso, mais especificamente a coerção. Neste caso a Polícia Política de acordo com os pressupostos teóricos de Antonio Gramsci.

<sup>102</sup> MORAIS, Clodomir dos Santos. “A História das ligas camponesas do Brasil.” In. STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesa*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p. 12.

organizações de trabalhadores estavam submetidas as oscilações do PCB, assim como a defesa das organizações nos locais de trabalho como defendeu em sua pesquisa em relação aos trabalhadores da cidade.<sup>103</sup>

Para nossa hipótese e para a relevância deste trabalho, asseguramos que mesmo depois de 1956, com as configurações que Partidos Comunistas assumiram depois que Nikita Krushev assumiu o governo na URSS algumas questões se mantinham.

Mesmo a partir das “teses de março” que polemizaram as ações do PCB em 1958, quando passou a apoiar uma etapa burguesa para superar o “atraso feudal” do campo no Brasil, as lutas políticas ganhavam diversidade em suas formas.

Em relação ao campo e as ligas, se solidarizavam com os “rachas” do PCB e diversificavam suas lutas diante da própria dinâmica das lutas ficarem mais intensas e da independência destas lutas sociais, principalmente em relação a luta pela terra no Brasil neste período. Seguindo a análise da documentação identificaremos esta hipótese mais adiante.

Continuando a análise sobre a autonomia e solidariedade das ligas e dos movimentos sociais ganhando outras formas de luta, identificamos também, como a autora Mara Yedda Linhares, como os camponeses encontraram meio de militância política, na tentativa de driblar as dificuldades que a ditadura havia deixado, quando os mesmos eram vistos apenas como agentes políticos passivos, que deveriam sofrer a ação benfeitora do estado sem ocuparem a cena política como protagonistas, incorporando-se numa ação política imaginária<sup>104</sup>.

Dáí organizaram-se de forma diferenciada das organizações trabalhistas vinculadas ao poder estatal, constituindo ainda, parte de um período bem mais amplo da memória do movimento social, com diferença no contexto de organização em ligas, mas mantendo a identidade que tivemos a oportunidade de verificar nos arquivos das Polícia Política.

Vimos, entretanto que as ligas da década de 1940 seguiam a linha do PCB e que justamente no período que ora analisamos, sofreram mudanças. A partir da década de 1950 ganham força, quando a ação de Julião se solidariza com o movimento das Ligas no Rio de Janeiro:

Dossiê 1585-Departamento Estadual de Segurança Pública  
Assunto: Francisco Julião Planeja e prega a revolução armada no Brasil

<sup>103</sup> MATTOS, Marcelo Badaró. “*Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*”. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

<sup>104</sup> LINHARES, Maria Yedda Leite; TEIXEIRA, Francisco Carlos. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 111.

- 1–Invasão de Tinguá no estado do Rio, por 800 trabalhadores rurais, armados de foices e enxadas invadiram as terras da reserva florestal da união ocupando 220 alqueires de matas virgens, mais tarde foram desalojadas;
- 2– Lavradores expulsos da fazenda Capivari por tropas da polícia militar, os (i) eram associados dos lavradores de Duque de Caxias. Sua expulsão foi decretada pelo juiz Nelson Martins de Duque de Caxias;
- 3– A invasão de Tinguá foi comandada pelo líder camponês Simplício Rosa;
- 4– O movimento camponês em Jales no Estado de S. P. foi comandada pelo líder camponês Jose Patrício de Souza, membro da Associação dos dos Trab. Rurais de Populina.

Dando prosseguimento a esta afirmativa, encontramos na documentação pesquisada, a quantidade de “Ligas” Camponesas neste período, e que organizavam-se em ligas diversos movimentos que viam uma via cartorial mais ágil e de fácil acesso, tais como as Liga de Emancipação Nacional, Liga em defesa das Liberdades democráticas, Liga pela oficialização do jogo, entre outras. Organizavam-se ligas de formas diversificadas e por objetivos diversos. Assim os camponeses vislumbraram no período que estudamos uma brecha de mobilização. O número de camponeses organizados nas Ligas aumentou principalmente a partir de 1945, com o aumento da repressão da Polícia Política do governo Dutra, chegando a milhares de camponeses, que sem acesso a terra, foram expulsos na maioria dos casos; a isto se somou uma forte repressão policial, que a mando do Estado, arbitrava os conflitos no campo, que por sua vez sofria uma forte influência dos partidos aliados com forte base eleitoral dos grandes latifundiários como o PSD e a UDN <sup>105</sup>.

Mas desta vez a Polícia Política, investigando os passos de Julião deu-se conta de uma ascensão do movimento camponês na extensa Baixada Fluminense, seguindo até São Paulo, com a “cola” da Polícia Política.

Neste momento a Polícia Política já havia perdido o controle quantitativo dos movimentos sociais no campo: A grilagem aumentava com a entrada do Capital especulativo, mas a luta camponesa ganhava folego, pois neste momento a Polícia Política já não tinha tanta influência e incentivos do governo, como de Juscelino Kubischek para ampliação da coerção com a infiltração e investigação quantitativa.

Por isso analisamos que desde 1998 considerada uma URG – Unidade Regional de Governo, Tinguá hoje faz parte da cidade de Nova Iguaçu. Entre as décadas de 1930 e 1940 a cidade de Nova Iguaçu foi marcada pela monocultura de cítricos.<sup>106</sup> Neste sentido, a Baixada Fluminense caracteriza-se neste período com um movimento camponês com um grande

<sup>105</sup> MORAIS, Clodomir dos Santos. “A História das ligas camponesas do Brasil.” In. STEDILE, João Pedro (org.). *História e natureza das ligas camponesa*. São Paulo: Expressão Popular, 2002. p.12.

<sup>106</sup> VICENTE, Edson Borges. Do nascimento de iguassú à gestação de Iguaçu nova em uma abordagem geográfica. Disponível em: <[www.geoeducador.xpg.com.br](http://www.geoeducador.xpg.com.br)>

contingente de fugas de municípios vizinhos e de outras localizações da própria Baixada, tal como destacamos em Grynszpan:

Era, assim, em particular contra os despejos que se dava a mobilização dos lavradores fluminenses. Os despejos parecem ter se constituído, então, num dos mais sérios problemas sociais existentes na área rural do estado.<sup>107</sup>

A gravidade com que a massa de camponeses, sobretudo lavradores foi atingida, ficou evidente na documentação da Polícia Política. Referimo-nos, desta vez, ao DFSP – Departamento Federal de Segurança Pública – relacionando a ação na Baixada ao nível Nacional, com o subtítulo “*Movimentos camponeses espontâneos ou dirigidos*”. Nesse dossiê, o agente fez um histórico da atuação de Francisco Julião a partir de uma investigação sobre esta liderança das Ligas camponesas com o seguinte destaque “*Francisco Julião planeja e prega a revolução armada*”. Tratamos aqui de um documento datado de setembro de 1963. Neste dossiê o relato era:

Invasão de Tinguá no Estado do Rio, por 800 trabalhadores rurais armados de foices e enxadas invadiram terras da reserva Florestal da União ocupando 220 alqueires de matas virgens. Mais tarde foram desalojadas.<sup>108</sup>

Embora o documento aqui selecionado se refira a um trecho, destacamos duas questões que para nós sobressai: Uma, quanto ao subtítulo “...espontâneos ou dirigidos” em primeiro plano. Este nos aponta haver duas formas de organização em ligas: uma ligada ao PCB diretamente, e outra designada na documentação da Polícia Política como “espontânea”. Uma questão que deve ser levada em conta: A Polícia sabia das dissidências, rachas... E não intervinha agindo para desorganizar movimentos, organizações e partidos...do contrário, pra que saber?

Além da análise sobre a solidariedade das ligas e a autonomia das organizações políticas em relação ao PCB e ao próprio sindicalismo relacionado ao Estado, observemos aqui o contexto de 1963. A pauta do presidente da República, João Goulart aponta para a necessidade de reformas, entre elas, a Reforma Agrária. De outra forma, o PCB já assume a

<sup>107</sup> GRYSZPAN, Mario. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense” In :FERNANDES, Bernardo Mançano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 36.

<sup>108</sup> Dossiê 1585 – Departamento Federal de Segurança Pública; APERJ.

luta camponesa espalhando sua experiência nacionalmente.

A diversificação da organização camponesa alcançava uma aceleração da história da própria luta camponesa no período em destaque. Mesmo assim, a expulsão e o conflito parecem ganhar contorno de conflitos revolucionários. O número de camponeses aumenta. Já não são posseiros, ou meeiros, mais no limite, já chegam a lavradores que ocupam situação favorável em relação a ocupação da terra. Como escreveu o autor Mario Grynszpan: será que se reconheciam pela identificação como sem terra, quando eram costumeiramente expulso de um ponto da Baixada à outra? Quando o não-vínculo com a terra já se refere a uma realidade.

Daí Martins afirmar que a luta pela terra empreendida no período em questão, se refere, no limite, a todos que trabalham na terra e que foram expulsos. Para Martins, esse limite identifica todos como camponeses. E para completar, Grynszpan<sup>109</sup> reitera:

Era a própria luta, a resistência, a denúncia, que transformava uma tentativa de retirar um grupo de lavradores de uma área num despejo. Através da luta, portanto, conformava-se o despejo como categoria política. É somente a partir da ligação entre luta e despejo que o aumento concomitante das tentativas de expulsão e da presença dos lavradores na *Baixada*, principalmente como posseiros, pode ganhar sentido. No processo de luta contra os despejos, lavradores estabelecidos como parceiros, moradores ou arrendatários, além dos próprios ocupantes de áreas aparentemente abandonadas, mas que passaram, posteriormente, a ser reivindicadas, começaram a reconhecer-se como posseiros, negando a autoridade daquele que se dizia proprietário e que, por seu turno, passou a ser alcunhado de grileiro. Além disso, as áreas onde as resistências contra os despejos foram bem-sucedidas, ainda que temporariamente, acabaram por se transformar em pólos de atração para outros lavradores que para lá rumaram em busca de terras. E mais, novas áreas passaram a ser ocupadas por posseiros, num movimento organizado, em larga medida, por entidades camponesas.

Por isso, primeiramente o dossiê indica que os 800 trabalhadores foram desalojados e, neste sentido a ação que silencia neste documento era de quem desalojou, e como foi o desalojamento, só não deixando dúvida quanto a quem teria desalojado já que de acordo com a padronização da Polícia Política, era a investigação seguida de ação. Mas reiterando a análise de Gelsom R. Almeida e Eli Diniz, a necessidade de produção agrícola em larga escala, fez com que a expulsão dos camponeses da terra levasse muitos à ausência da terra; e sem posse; com destino apenas de colheita e plantio para os grandes capitalistas que fazem a grilagem e a expulsão camponesa.

Para nós, a segunda questão neste documento se refere aos mesmos pressupostos do

---

<sup>109</sup> GRYSZPAN, Mario. “Ação política e atores sociais: posseiros, grileiros e a luta pela terra na Baixada Fluminense” In :FERNANDES, Bernardo Maçano; MEDEIROS, Leonilde Servolo; PAULILO, Maria Ignez (Orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, v.1: o campesinato como sujeito político nas décadas de 1950 a 1980. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009. p. 38.

governo Dutra: Os 800 trabalhadores supostamente armados “*de foices e enxadas*” que invadiam a Reserva Florestal da União. A Reserva Florestal da União, caberia hierarquicamente a União, como era de praxe que uma ação do governo João Goulart fosse o caminho de arbitragem governamental. No entanto, o conflito que chegara a nível nacional, fora tratado não somente como uma questão local de Tinguá especificamente, mas coube no dossiê do DFSP, um Departamento Federal com sede no Estado da Guanabara depois que a sede do governo federal passou a se localizar em Brasília a partir de 1961.

Portanto aqui tratamos no limite, da hipótese de que há uma luta política entre o então presidente João Goulart e o governador Carlos Lacerda e que o então governador herda, além da DPS, o “Serviço da Guarda Florestal”.

Partimos aqui do pressuposto de uma cisão entre os governos em crise, que dentro dos pressupostos de Karl Marx ao estudar a “Guerra Civil em França” abria a possibilidade de conflito e transformação social.

Observamos que contorno estes conflitos ganham a partir de 1961, justamente por se tratar da disputa entre o Governador da Guanabara e o presidente da República ao disputar agências governamentais da antiga Capital, como a Polícia Política, a Guarda Florestal, o Exército e a arbitragem dos conflitos no campo que estavam no centro da disputa política.

Ao trabalhar com a hipótese de afinidade entre o governo Lacerda e a Polícia Política, vimos a relação entre as autoridades governantes e os agentes sociais que os servem ideologicamente, podemos observar que, esta aliança está em consonância com a polarização mais ampla no âmbito da sociedade, onde a questão da Reforma Agrária transforma-se numa das principais bandeiras de luta tanto à esquerda quanto à direita. Fato que fica evidente no jogo de poder diante das crises institucionais.

Tal conflito está no centro da ação do então governador do Estado da Guanabara, de trajetória política de direita. O documento a seguir, deixa evidente a ação a serviço de Lacerda:

Acontece Excelência, que as autoridades militares incumbidas pelo Exmo. Sr. Presidente da República, se limitaram a expulsar apenas os invasores das reservas florestais pertencentes ao patrimônio da União, sem prendê-los como manda o código florestal, para serem ‘autuadas’ em flagrante e consequentemente responsabilizados...<sup>110</sup>

Fica evidente a conjuntura de conflito, devido à ação, segundo o inspetor, “limitada”

<sup>110</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Geral

da União. Sabendo que o presidente da República, João Goulart tenta estabelecer as ‘Reformas de Base’, defendendo a reforma agrária e tentando, no limite das alianças institucionais implementá-la; enquanto os camponeses organizados e prontos para assumir esta tarefa, se confrontam no cotidiano com as ações dos que servem a esta agencia governamental ligada ao então governador Lacerda.

Vale constatar até aqui, outros elementos importantes desta conjuntura: A existência de um serviço florestal. Este serviço florestal ter uma legislação própria, e o tratamento de lavradores como “invasores”, ao invés de “posseiros” e—ou “arrendatários”, (como os camponeses se auto intitulavam), portanto revestindo—se de uma determinada ideologia. No exemplo de como os Lavradores se auto reconheciam aparece num panfleto da Associação Rural de Jacarepaguá em 01/08/62:

Os posseiros e arrendatários da Guanabara estão convidados para a grande Assembleia na qual será fundado o Sindicato do respectivo grupo, órgão de classe que gozará das vantagens e direitos que a nova legislação proporciona ao Homem do campo.<sup>111</sup>

É possível observar ainda, na correlação de forças entre Carlos Lacerda e João Goulart, este relatório enviado pela Inspetoria Regional Florestal no Estado do Rio de Janeiro” à DPS, solicitando a abertura de inquérito policial. Destacamos os seguintes fatos:

(...) em Tinguá foi constatada a invasão das reservas florestais protetoras de mananciais que abastecem o Estado da Guanabara e várias cidades do Rio de Janeiro. Tendo já tomado as medidas cabíveis junto das autoridades policiais daquele município.<sup>112</sup>

O contexto que se insere a ação acima merece destaque, pois este documento pertence ao arquivo da Polícia Política, e em poder deste órgão serviria não aos ‘limites da União’ mas aos interesses políticos do Governador do Estado Carlos Lacerda que mantinha relações diretas também com a Guarda Florestal, pois à ele está vinculado. Podemos perceber este vínculo quando o inspetor florestal defende a expulsão de lavradores com o argumento da defesa da Reserva Florestal. Ao atentar para a opinião do agente criticando a ação da União, que só teria expulsado os lavradores “sem prendê—los” não nos deixa dúvidas de que este órgão é utilizado como instrumento ideológico por Lacerda.

<sup>111</sup> Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Geral.

<sup>112</sup> “Relatório enviado pela Inspetoria Regional Florestal no Estado do Rio de Janeiro à DPS”, 25/07/62. *Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro*. Fundo das Polícias Políticas do Rio de Janeiro. Setor Comunismo 73.

Para que possamos verificar melhor esta hipótese da Polícia Política servir ao governador Carlos Lacerda e a abertura do conflito com João Goulart, cindiu as agências da Sociedade Política no sentido gramsciano que aqui me refiro ao Exército que também se posicionou. Verificamos aqui de que forma esta hipótese pode ser verificada.

Passamos desta vez para um documento reservado da DPS assinado por Cecil Macedo Borer e que trata de uma das greves mais importantes deste período. Uma greve considerada pela sua natureza política, inclusive. Foi a greve Geral de setembro de 1962 com o objetivo imediato de obter a realização do plebiscito a fim de decidir sobre a continuidade ou rejeição do parlamentarismo, que diminui os poderes do então presidente João Goulart.

Esta greve foi organizada numa reunião por dirigentes no momento de estouro pela Delegacia Especial de Segurança Pública – a DESP. A polícia de Lacerda é humilhantemente afastada pelo I Exército que impede a prisão destes dirigentes. Enfim, esta greve é considerada vitoriosa parando grande parte do Estado, sendo referenciada em diversas leituras clássicas sobre o período.<sup>113</sup>

Num contexto de crise política, O presidente João Goulart participou ativamente desta arena política como ator principal no enfrentamento da crise.

Aqui, observamos de que forma esta abordagem se refere à bibliografia especializada sobre o assunto. Além de ser referenciada em diversas obras, escolhemos duas que demonstram a abordagem que aqui se apresenta: O autor de “Carlos Lacerda: A vida de um lutador” escrito em três volumes por John Foster Dulles, que fora secretário de governo de Eisenhower e Leôncio Martins Rodrigues que escreve num dos volumes da coleção do HGCB.

Neste documento selecionado da Polícia Política, identificamos para nossa hipótese, faces ainda não desveladas. Desde a forma como os autores citados trataram o tema: De um lado Foster Dulles e do outro, Leôncio Martins. Quando Foster Dulles traz referência no seu livro sobre a greve, pautando seu argumento ao se referendar na documentação jornalística, mas precisamente do Jornal do Brasil; e de Leôncio Martins como historiador em seu respectivo contexto sincrônico com a literatura especializada.

Aqui destacamos como a análise desta documentação alcança um contexto mais amplo ao aprofundarmos o estudo do documento em questão.

Observamos aqui, a cena da própria natureza da ação da polícia política, que em seu

---

<sup>113</sup> RODRIGUES, Leôncio M. “Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: GOMES, Angela de Castro et al. *O Brasil Republicano*, Tomo III: sociedade e política (1930-1964). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 544.

discurso, relata o confronto aberto entre a Polícia Política e o I Exército:

...a greve geral de natureza política que a partir de 12 horas do dia 14 corrente, perturbou a vida em vários estados da federação, com graves repercussões sobretudo na Guanabara, poderia ter sido grandemente atenuada nas suas consequências não fosse a intervenção ilegal, violenta, de tropas do I Exército, que deram cobertura aos grevistas e impediram a ação da Polícia Política. (Setor Guanabara, APERJ)

Assinado por Cecil Macedo Borer, diretor do DOPs/GB, este confronto exemplifica que, desde a aliança entre udenistas e os civis–militares golpistas, Lacerda é um dos agentes desta aliança e que por outro lado, a greve geral se refere a ascensão do trabalhismo. Aqui fica evidente a tentativa de medir forças com o governo federal.

Os conflitos políticos existentes aumentam conforme as contradições de projetos de ambos os lados, com a instrumentalização da Polícia Política pelo lado de Lacerda, em ações de repressão cada vez maiores no Estado da Guanabara, quanto as manifestações de cunho oposicionista e (pró–janguista), que por sua vez se instrumentaliza com os movimentos sociais, mas que inclui aqui, as tropas legalistas do I Exército e dos fuzileiros navais.

Assim os ânimos da Polícia Política, ligada ao governador esquentam, tendo em vista do relato sobre o I Exército legalista, apoiador de João Goulart.

Observamos aqui a forma como a Polícia Política se refere:

A interferência ilegal do I Exército se processou em três casos...na Radio Mayrink Veiga, quando uma patrulha do Exército e outra do corpo de fuzileiros navais impediram que o comissário José Lúcio e policiais que com ele estavam a serviço do DESP, cumprissem sua missão...aconselhando-os que fossem à presença do tenente coronel Donato Machado, do I Exército, o que foi feito, sendo os policiais instados a afastarem do local. (Setor Guanabara, APERJ)

Neste discurso, a autoridade da polícia fica abalada por força das tropas militares, além de afetá–las moralmente, desqualificando a ação da Polícia Política. Por outro lado vimos aqui, a acusação aos militares em deixar livre a ação dos grevistas, na tentativa de medir força com a polícia lacerdista que se opunha ao governo federal.

O terceiro momento da ação do I Exército evidencia esta relação, reforçada na fala do diretor do DOPS, Cecil de Macedo Borer:

(...) o terceiro caso de maior gravidade revelou o conluio, entre esses elementos do I Exército e as autoridades do Ministério do Trabalho. Foi a diligência realizada no CNTI. A DPS sabia de antemão da reunião de emergência da entidade com líderes comunistas, o detetive Simas para lá se deslocou, (todos com antecedentes nesta divisão em face de suas atividades em prol do credo vermelho) (...) conseguiu deter

os cabeças com exceção do Deputado Hércules Correia dos Reis (imune) (Setor Guanabara, APERJ)

É possível verificar a tentativa de narrar a eficiência da Polícia Política, apesar de, no documento mesmo evidenciar o fracasso, relacionando-o ao “conluio” escrito pelo próprio Diretor da DPS, Cecil Macedo Borer, “entre as tropas do I Exército e a União”, que por sua vez, dá o tom de irritação de Borer e do conflito com dimensões políticas nas disputas entre o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda e o Presidente da República, João Goulart, em que a polícia sabia informar e também agir, pondo em relevo a práxis em questão, tentando deter qualquer movimento de oposição ao governo Lacerda, que por sua vez saem em defesa, o I Exército e os Fuzileiros Navais e o movimento grevista. Após discurso de todos os integrantes do comando de greve, o documento registra a desmoralização que sofreu a Polícia Política naquela ação, e o tom emocional anti-janguista nos ajuda a confirmação da hipótese da instrumentalização da Polícia Política pelo governo Carlos Lacerda e de João Goulart com o I Exército, os Fuzileiros Navais e o movimentos grevista em favor do presidencialismo:

Já estavam todos recolhidos às viaturas da polícia para serem trazidos à DPS, quando surgiu o capitão Hermes da Fonseca da polícia do I Exército(...), impedindo seu deslocamento e exigindo a libertação dos detidos(...) Autoridades do Exército chegaram: grevistas soltos sob aclamação dos mesmos (Setor Guanabara, APERJ)

Em função da leitura acerca da divisão no interior do exército como uma das causas da crise política que se agrava com o golpe, esta divisão e a possibilidade de instrumentalização da polícia por um lado, é que resolvemos percorrer esta documentação, quando nos deparamos com carimbo “reservado” a solicitação de informações sobre possíveis “subversivos” dentro da corporação. Esta solicitação é direcionada ao diretor do DOPs.

A relação entre a Polícia Política e uma fração do exército nos inclinou observar o contexto em que se insere a luta política dos respectivos governantes de então a cerca das possibilidades de governabilidade diante de uma crise política que acaba por respaldar o golpe civil–militar de 1964. Desta feita, para além de diversos estudos realizados sobre as alianças que levaram ao golpe civil–militar de 1964, aqui amplia-se a possibilidade de pensar o alcance destas alianças que passam por aqui, num boletim reservado sobre os militares que apoiaram os grevistas e por isso deveriam ser identificados.

Os limites da democracia em tempos de Guerra Fria nos remetem ao questionamento das fontes das polícias políticas, que de forma contraditória, contribuem para a história dos

movimentos sociais no campo. Observamos de que forma as Ligas se organizavam, criando uma rede de solidariedade e uma forma de luta que é possível verificar nos arquivos da polícia política. Observamos ainda, de que forma o Estado construiu parte de sua ação a partir da sociedade política, prioritariamente quanto a polícia política, criando mecanismos de investigação e repressão. Neste caso, identificamos de que forma a polícia política, ao construir procedimentos de ação, criminalizava o movimento camponês ao associá-los ao comunismo, ignorantes, trabalhadores da gleba ou terroristas facilmente manipulados e por isso criminosos que deveriam sofrer a ação do estado destruindo-as.

É preciso ainda observar as questões propostas neste trabalho e verificar se as hipóteses foram validadas. Ao me referir ao discurso das polícias políticas, identificamos como a cisão entre as classes dominantes se tornou fator de conflito abrindo possibilidade de transformação social tal como foi possível verificar nos estudos de Karl Marx em sua obra clássica “Guerra Civil na França”, ao abrir possibilidade para a ação dos movimentos sociais, em cada documento, referindo-se a cada contexto aqui destacado e dessa forma, verificar se a metodologia utilizada contemplou a análise da documentação. Neste sentido, ao verificar a diversidade da documentação das polícias políticas, ganharam maior envergadura por apresentar possibilidades de enriquecer a discussão historiográfica ao compreender e explicar que os contextos sugeridos possuem alcances maiores quanto a profundidade da práxis nos discursos dos boletins, relatórios, entrevistas e nas mudanças da estrutura da Polícia Política. Daí verificar se alguns atores sociais já conhecidos ou não, “estavam tramando” como foi o caso da correspondência entre o discurso, de cada agente em relatórios e boletins e a correspondência com seus respectivos “aliados”: Nesta arena, diga-se Carlos Lacerda, João Goulart ou mesmo o PCB, camponeses, Polícia Política e militares. Por isso a relação entre estes agentes sociais e a cisão intra-elites tomam o método de Marx como pano de fundo de nossa reflexão metodológica. Daí verificamos o quanto a cisão das classes dirigentes amplia a possibilidade de ascensão dos movimentos sociais, e, dialeticamente observamos, o quanto a ação entre os diversos agentes dos movimentos sociais pode ou não favorecer a uma transformação social em nosso país. Por isso, ao verificar a ação do que foi dito, pudemos perceber que estes sujeitos sociais, também tomavam posições políticas. E ainda, ao nos remeter a documentação da Polícia Política num período considerado democrático validou ainda, o quanto precisamos conhecer a história do Brasil. Se o nosso país possui uma história, os sujeitos dessa História estão ainda, nos arquivos da Polícia Política e contraditoriamente pudemos observar aqui, a partir do ineditismo de alguns documentos em questão. E ainda, há uma continuidade na ação da Polícia Política, com relação aos movimentos sociais no campo,

ao longo de tão diferentes governos?

## CONCLUSÃO

Ao analisar as questões expostas nesta dissertação, é possível conferir se os objetivos e hipóteses que embasam este estudo são válidas ou não, além de verificar se os objetivos originalmente planejados que constam na introdução foram alcançados.

No Capítulo I trabalhamos com a conjuntura política e econômica que estrutura o período entre 1945 a 1964. Neste sentido observamos que há um processo de modernização conservadora empreendido pelo Estado brasileiro e pelas classes dominantes.

Identificamos que nesta conjuntura mais ampla de Guerra Fria, com a Segunda Guerra Mundial recém-terminada, havia no mínimo dois projetos políticos mais evidentes, e em pleno conflito. Ou o liberalismo avançava com os Estados Unidos à frente, ou a União Soviética se apresentava como alternativa com o comunismo e suas diversas vertentes ao mundo. Entre os diversos conflitos existentes em função da disputa dos diferentes projetos em questão, destacamos o comunismo e o liberalismo como sistemas que influenciam conflitos que até hoje que liberalismo não resolveu.

Priorizamos nesta conjuntura, a análise dos governos entre 1945 e 1964 e mais detidamente os que tiveram aproximação ou com a Polícia Política ou aproximação e conflitos com os movimentos sociais ligados a terra. Para este fim, verificamos quais setores sociais se posicionaram em favor de um ou outro sujeito social ao identificar como cada setor da sociedade se posicionou, quando se posicionou e como se posicionou em relação a Polícia Política e/ou aos movimentos sociais ligados à terra.

Por isso enfatizamos aspectos deste período que conjugam uma democracia restrita com liberalismo econômico presente inclusive numa conjuntura mais ampla do pós-guerra. Para a Polícia Política o comunismo estava ligado a um crime, já que a propriedade privada e a coerção eram fundamentos do estado liberal. Ao mesmo tempo, a exclusão das maiorias, as aproximava do comunismo e conseqüentemente eram consideradas classes perigosas, para um estado liberal e o seu braço armado, a polícia.

Delineamos o período do Governo general Dutra as bases político-econômicas deste governo e de que forma a aproximação política com a Polícia Política fazia parte de um governo em crise que adotava medidas repressivas quanto ao PCB e aos movimentos sociais.

Quando Vargas retorna ao poder, já temos os laços com as maiorias e com seus apoiadores na esfera governamental desgastados pelo Estado Novo. Identificamos que em diversos aspectos, o preâmbulo da identificação da Polícia Política quanto ao âmbito mais

amplo da democracia e do liberalismo conjugados, inclusive, pertencentes a questão programática do liberalismo irrestrito numa democracia restrita.

Quanto ao aspecto programático do liberalismo deste período, destacamos a criminalização do comunismo como um inimigo também programático e a criminalização dos movimentos sociais, partidos de esquerda, e tudo que viesse a lembrar as maiorias, ou a exclusão das maiorias com a ilegalidade, a propaganda anti-comunista que se somavam ao projeto liberal ou neoliberal no âmbito mais amplo já em sua construção hegemônica desde a década de 1930.

Enquanto no governo de Juscelino Kubitschek, a questão agrária era tida como empecilho ao desenvolvimento e diversos segmentos da sociedade se mobilizam. Mas a substituição das importações com ilhas de desenvolvimento, integração entre agricultura e indústria e afirmação de um empreendimento público não chegaram a um fim, mas ao contrário, anunciava a exclusão das massas do campo, com ações de resistência em organizações e enfrentamentos – enquanto o financiamento externo e acumulação capitalista, objetivavam conciliação na superestrutura, com custo muito alto aos camponeses e a Reforma Agrária emergente no país, identificada muito fortemente neste período.

A expulsão dos camponeses esteve ligada ao enfrentamento das indústrias estrangeiras, sob a presidência de Juscelino Kubitschek e pelos ministros militares, do trabalho e da justiça. Os movimentos sociais, o PCB, João Goulart e Leonel Brizola, acusavam a crescente participação militar na vida nacional neste período, chegando decretação do “estado de sítio” e vigorando a LSN, diante da tensão do cenário político com as greves e ascensão dos movimentos sociais no campo.

João Goulart, que assume depois de sete meses de Jânio Quadros como presidente, tem em todo o seu governo a emergência da Segurança Nacional como bandeiras das elites brasileiras. Tentativas de golpe, ameaças militares, governadores e ampla elite conservadora se une contra o governo João Goulart. A conquista do estatuto do trabalhador rural e a ação dos movimentos sociais diante das propostas de reformas de base, vão de encontro às tentativas de golpe, ameaças militares, governadores, imprensa e igreja que constituíam uma ampla elite conservadora que se unem contra o governo de João Goulart.

De posse do Setor de Informações, coube a Polícia Política o papel de colaboradora no que veio a ser o golpe civil-militar de 1964. Aliada ao governador Carlos Lacerda e dos militares golpistas, a Polícia Política teve função estratégica neste período.

Era o processo da modernização conservadora que se configurava. A amplitude da luta dos movimentos sociais passava pela possibilidade de amplitude de direitos e, incorporando–

os, buscam a amplitude máxima. As reformas de base foram assim, o terror para as elites conservadoras e a esperança para as maiorias. Era a cidadania à beira do abismo.

Alguns setores da sociedade brasileira foram apresentados como parte do debate na Sociedade sobre a questão agrária. A igreja, os militares, o pensamento cepalino, o ISEB, o PCB, as Ligas Camponesas. Neste panorama, o capítulo I teve ainda por objetivo, contemplar a condição dos diversos setores da sociedade em questão, diferindo-se da forma de apropriação feita pela Polícia Política, como vimos mais detidamente na análise da documentação no capítulo III.

O exército enviava tropas para o campo, a Polícia Política enviava agentes para aproveitar a crise no campo: as secas, a queda do preço dos alimentos, e a imposição de um movimento social em luta torna consequência diante de uma outra imposição: De uma política econômica que refaz a modernização conservadora do período.

No capítulo II tivemos como questão, a ação da Polícia Política num período considerado democrático observando traços de continuidade nos governos de perfil autoritário, numa democracia questionável, restrita, de exceção, ou não democracia. Ao invés de discutir o conceito, tivemos foco na ação da Polícia Política em relação aos movimentos sociais entre 1945 e 1964.

A necessidade de estudar como se deu a formação da Polícia Política no Brasil foi objetivo central neste capítulo. Além de confrontar com os movimentos sociais considerados mais importantes no cenário nacional, como a Polícia Política passava por reorganizações na estrutura, no funcionamento, na organização e no aumento de efetivo a partir de cada ação dos movimentos sociais: uma reação (no sentido de mudança na Polícia Política para melhorar a ação; incorporando o que foi feito no momento da repressão). A relevância deste estudo foi feita por se tratar de um período pouco estudado; e mais detidamente por se tratar de um estudo pouco explorado. Muitas vezes acabamos incorporando a história das elites por falta de fontes que nos remetam a um passado mais remoto: daí a relevância dos arquivos policiais, e neste caso da Polícia Política. Refiro-me a formação, a estrutura e a organização da Polícia Política e dos movimentos sociais que passam necessariamente pela polícia. Por isso analisamos uma documentação ainda pouco referenciada na bibliografia.

Ao estudar a ação da Polícia Política, destacamos a DPS que vigorou a partir de 1944, e desde a sua criação, com aumento de organização estrutura e de efetivo policial e que a partir de 1962, que se transforma em DOPs. Neste caso levamos em conta que a DESPS – a Delegacia Especial de Segurança Política e Social num período anterior, que teve também um papel preponderante e vigora de 1933 até início de 1944.

Pesquisamos então, a relação entre a Polícia Política e os governos do referido período e de que forma alguns governos lançaram mão desta agência estatal, instrumentalizando-se para compor a investigação, a infiltração, repressão e fim aos movimentos sociais com ações que visavam inclusive a eliminação física destas maiorias, como vimos no capítulo III. Tratamos aqui do Estado Liberal e como funciona o aparato coercitivo em relação aos movimentos sociais, prioritariamente rurais.

Neste caminho identificamos como e em quais momentos estas agências estatais são centralizadas, aumentadas, modificadas e de que forma se autonomizam em determinados períodos neste mesmo contexto. Observamos de forma mais candente, como os movimentos sociais mais bem organizados, mais conhecidos e referenciados na bibliografia, são tratados pelos diversos governos, confirmando a hipótese de que as mudanças na estrutura, organização, funcionamento da Polícia Política, combinada com uma Lei de Segurança Nacional estão conjugados com a dinâmica de ascensão dos movimentos sociais neste período. Neste sentido é que vimos como esta agência estatal é instrumentalizada por governos, evidenciando para nós, traços de continuidade de um autoritarismo no Brasil nos dias atuais.

Esta continuidade revelou para nós o aumento da violência governamental e estatal que se aprofundou no país com a criminalização dos movimentos sociais, da pobreza e das maiorias revelando não mais a natureza do acontecimento, mas a vitória de um projeto de liberalismo gestado num contexto mais amplo, com a consecução do projeto neoliberal no Brasil.

Dessa forma, identificamos que a ação repressiva do Estado ocorre com maior desenvoltura e de forma explícita em plena vigência de uma constituição e num marco liberal. É neste sentido que reforçamos a confirmação de hipótese da criminalização dos movimentos sociais.

No seu fundamento, percorremos mais detidamente a história da organização, do funcionamento e da estrutura da Polícia Política, onde percebemos através das leis, decretos e regulamentações, o exemplo de como o estudo do surgimento da polícia investigativa se deu quando um oficial do exército passou a ocupar o posto de chefe de polícia. Além disso, verificamos que o surgimento da verba secreta passava pelas reformas policiais e ampliação de seus serviços a partir de 1915; e que em 1920 é decretada a Inspetoria de investigação e se transforma na 4ª Delegacia Auxiliar, como o inspetor passando a ser o chefe de polícia.

Verificamos ainda, que enquanto na cidade, com a revolta da vacina, houve uma gigantesca resistência em função de uma enorme violência policial. As bases desta polícia se

assentavam no aumento da estrutura e do efetivo policial, quando foi definido um organograma para a Polícia Civil, desta vez encarregada pelo Corpo de Investigações e Segurança Pública. A Polícia Política neste período passou a competir ao chefe de polícia, usando os termos “secreto”, “privativo” e “especial”, nos boletins reservados, nos relatórios dos agentes e nas fichas que fizeram parte do fichário utilizado para uso dos militares que almejavam o golpe.

Mas ressaltamos que a experiência da classe trabalhadora internacionalmente dava saltos qualitativos e, mesmo que a Polícia Política construísse um aparato de repressão dos mais bem articulados no país, os movimentos sociais se constituíam na singularidade de suas ações cada vez mais surpreendentes e dinâmicos. Neste sentido objetivamos aqui demonstrar os movimentos sociais como sujeitos de transformações fundamentais para construção de uma sociedade justa para as maiorias.

Tomamos portanto, o caso da crise no país causada pela guerra, com a falta de abastecimento interno de alimentos, aumento do custo de vida, trabalho infantil, que estimulou a organização da classe trabalhadora. Em 1906 já se organizavam para a Confederação Operária Brasileira reunindo Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Espírito Santo e Bahia. Num outro exemplo, em 1917 um grande movimento grevista da história sindical brasileira teve início em São Paulo com adesão no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Mesmo com as autoridades brasileiras teimando em tratar manifestação como caso de polícia: prisões, torturas, exílio, expulsão de estrangeiros, é a identificação de uma Polícia Política, que se organiza, se estrutura para pôr fim aos movimentos sociais, dimensiona para nós, que é possível refazer toda a História dos movimentos sociais, reconstruir a memória das maiorias em arquivos policiais e penitenciários até então relegada a condição de ser um “povo ordeiro” dos manuais didáticos e do senso comum. Para nós, é viável o bom senso no sentido gramsciano, o confronto e a resistência de diversos movimentos sociais às ações da Polícia Política. É nesta singularidade e diversidade que remontamos as lutas e organização.

Por isso é que foi possível ir ao encontro de algumas vitórias dos movimentos sociais como este que tomamos de exemplo aqui: Mesmo que as autoridades na Primeira República teimassem em tratar manifestação como caso de polícia: a abolição do trabalho para menores de 14 anos, fim do trabalho noturno para menores de 18 anos e mulheres, aumento de 25% a 35% nos salários, entre outras reivindicações, foram concedidas por alguns patrões e conquistadas como parte da consagração das lutas da classe trabalhadora.

Quando aferimos a hipótese, de que para cada movimento, ou ascensão da classe

trabalhadora, cabia uma reforma policial, as justificativas se referem ao aumento populacional nas cidades, ao tratamento do trabalhador como vadio, ou vagamundo. Quando a organização coletiva destes trabalhadores vinha à tona, eram comunistas, seguidores do “credo vermelho,” “aliciador de campônios ignaros” como informava a Polícia Política em seus relatos.

Uma questão candente para nós é que o pensamento da polícia perpassa pelas autoridades constituídas e o apoio das elites. Desta forma o preconceito insuflado na diversidade das classes reforçam a discriminação contra as mesmas. Mas em outros momentos a classe trabalhadora organizada se impõe. No Brasil a diversidade da forma e do conteúdo da organização e dos movimentos sociais apresenta-se como singularidade.

Assim a classe trabalhadora se fortaleceu com a fundação do PCB em 1922. Em 5 de julho de 1922, o Dezoito do Forte criaram a legenda Tenentismo, que depois de um ano dos Dezoito ocupa quartéis em no Rio Grande do Sul em 1924 estoura a Revolta Tenentista em outubro de 1924 sob comando de Luís Carlos Prestes e João Alfredo. A marcha contra as oligarquias e a propagação da ideia de Revolução deu continuidade a coluna Miguel Costa – Luís Carlos Prestes – com a Coluna Prestes ganhando aliados na população urbana e rural em função da insatisfação com as oligarquias.

Em 1935, com o Levante comunista, o Congresso nacional vota e aprova a 1ª Lei de Segurança Nacional. Com o aumento das penas, a LSN foi a primeira de inúmeras reedições diretamente relacionadas à criminalização dos movimentos sociais. A reação contra os movimentos sociais só iniciava com mais força. O período seguinte contava com greves e repressão. Este foi o tom que atravessou o período de 1945 a 1964 e persiste e nosso meio como continuidade dos dias atuais.

No capítulo III foi possível comprovar a hipótese que se refere à ação da Polícia Política como agente limitador do processo democrático em curso, em função da repressão desencadeada contra os camponeses se referindo principalmente aos limites do diálogo entre os movimentos sociais e as autoridades governantes.

Foi possível aferir a documentação quanto a hipótese levantada com certo ineditismo. Foi a partir da documentação da Polícia Política e da bibliografia selecionada que vimos a relação direta do Presidente General Dutra com a Polícia Política, quando o “boletim reservado” chegava às suas mãos com os principais informes do dia. Vimos que a Polícia Política além de informar, opinava sobre boatos e possíveis movimentações dentro e fora do governo. Esta hipótese se comprovou, pois também se embasou na entrevista do Cecil Borer, então Inspetor de Polícia Política da recém-fundada DPS e sua referência ao então presidente Dutra que traz a baila, a importância do presidente dada a Polícia Política em seu período, que

comprovou identificação e uso da Polícia Política para exercício do governo.

Esta hipótese se comprova também com o governador da Guanabara, Carlos Lacerda, que utilizou do apoio direto da Polícia Política quando a mesma tentou (sem sucesso) por fim a “Greve do Plebiscito”, uma das greves referenciadas na bibliografia sobre o período, que analisamos também, na qual o I Exército impediu que fosse reprimida pelos agentes da DPS, a então Polícia Política do período. Esta afirmativa carrega certo ineditismo, pois a explícita relação de Carlos Lacerda com a DPS foi identificada num “Boletim reservado” na documentação analisada do acervo da Polícia Política.

Mas esta relação entre governo e Polícia Política se sustenta ainda ao estudar a questão da terra. A Guarda Florestal, com estatuto próprio, também foi analisada nesta dissertação. Aqui vimos a guarda expulsando camponeses das reservas florestais e em relatório de agente da Polícia Política, e reclamar que em território da União não devia existir “invasão”, completando seu relato com indignação em função do governo de João Goulart não comandar a prisão dos “invasores”, camponeses sem terra.

Foi a partir da análise desta documentação, que vimos a disputa política acirrada na sociedade do período em questão, em função da deliberada tentativa do governador Carlos Lacerda derrubar o então presidente João Goulart.

Por isso, foi possível ainda identificar o correspondente ideológico entre a Polícia Política e as autoridades políticas de trajetória política de direita, como no caso de Carlos Lacerda. Ao utilizar os serviços do Estado como forma de coibir os movimentos sociais, demonstrava os limites da democracia e ao utilizar os serviços do Estado ao seu favor, limitando o diálogo com a maioria do povo pobre, lançando sobre tais agentes sociais os instrumentos de ação que dispunha em seu favor, através da Polícia Política.

Concluimos que os limites da democracia burguesa davam o tom do conflito em dois momentos distintos quanto aos movimentos sociais: quando a Polícia Política arbitra o sentido de governo, no caso do governo Dutra; e quando os movimentos sociais também são agentes desta disputa pelo Estado, no caso do período da disputa Carlos Lacerda *versus* João Goulart.

Vimos ainda, que o próprio funcionamento da Polícia Política aponta para os limites deste diálogo ao centralizar as ações, normalizar os procedimentos e ampliar os quadros da mesma em função da contenção dos movimentos sociais padronizando-os enquanto “comunistas” e/ou “subversivos” e “inimigos da sociedade”, garantindo legitimidade a repressão aberta aos que discordassem da ordem vigente.

Quanto ao traço autoritário e violento da Polícia Política no período compreendido

entre 1945 a 1964, identificamos que nos boletins, relatórios e na opinião dos agentes policiais, os camponeses eram “ignorantes”, estavam sofrendo “campanha aliciatória” do Partido Comunista e não tinham autonomia para pensar sobre a sua realidade. Mesmo que os camponeses estivessem sendo expulsos de suas terras, não tivessem onde morar, nem mesmo se alimentassem do que plantavam como pudemos verificar na bibliografia especializada e confrontar com a documentação utilizada, como no caso da caracterização de Mario Gynszpan ao se referir aquela massa de camponeses que saía de uma Baixada à outra, para plantio ou colheita sem vínculo com a terra.

Os arquivos da Polícia Política contêm parte significativa da memória dos movimentos sociais, as experiências de origem das organizações políticas. Isto nos permitiu perceber a História das maiorias; pouco referenciada na bibliografia, vimos que há uma diversidade nas organizações, lutas e mesmo uma emergência que levou a indagar se as disputas no âmbito decisório do PCB e do subsequente racha do PC do B. Quanto a diversificação destas organizações ao longo do tempo, pudemos aferir o quanto a Polícia Política impedia e dificultava os encontros e congressos, reuniões, ou seja, impedir que os movimentos sociais se organizassem, foi o tom deste período. Por isso a diversificação das lutas faz também parte da dificuldade dos encontros, pois a Polícia Política investia inclusive na desarticulação dos mesmos, com a infiltração, no estouro de encontros, como pudemos aferir na análise da documentação. Além disso, a crítica que se faz as organizações de esquerda como um todo procedem apenas em parte, pois argumentos para desfazer organizações de esquerda ou sustentar alianças não feitas, são também contribuições das nossas classes dominantes à nossa bibliografia especializada para cisão da classe trabalhadora. Assim voltamos à Mario Gynszpan quando afirma que a necessidade da luta é faz a organização, podendo desfazer, por vezes, falsas interpretações sobre organizações de esquerda.

Já a solidariedade camponesa pode ser verificada nas diversas facetas. A diversidade nas formas de solidariedade da luta camponesa faz parte da nossa questão sobre a importância de contar a história das maiorias. E que esta história tem muito a ser estudada. É neste sentido que a abertura dos arquivos militares do período da ditadura civil–militar precisam ser abertos. Para além de um povo ordeiro, temos aqui uma distorção da memória das maiorias. O direito humano de encontrar as vítimas de nossas ditaduras e democracias restritas passam pelo direito a memória de quem são os sujeitos sociais, as maiorias que constroem as diversas histórias dos movimentos sociais e a história da democracia no Brasil. Da mesma forma que identificamos traços de violência na ação da Polícia Política, é preciso conhecer a história das polícias em períodos democráticos, pois o pouco estudo sobre o assunto demonstra ainda nos

dias de hoje a continuidade crescente da violência com a criminalização da pobreza e dos movimentos sociais que sobressaem num projeto político que conseguiu se impor como um projeto de Estado.

Enfim, o Brasil, ainda é um país marcado por sucessivos governos com características autoritárias e por profunda crise social. Ainda assim, sempre contou com o povo, com disposição de luta por justiça, por dignidade e por liberdade política. Muitas foram as revoltas e levantes, porém nem sempre estruturadas de forma organizada e com direcionamento que facilitasse suas ações. Ainda hoje, depois de muitos anos de luta, temos, negros, mulheres, analfabetos, camponeses sem-terra a população pobre em geral, brigando para conquistar direitos básicos. A conquista desses direitos tem sido a tônica da história do Brasil.

## REFERÊNCIAS

ABREU, A. A.; BELOCH, I. (Coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: 1930-1983*. Rio de Janeiro: Forense–Universitária/FGV–CPDOC/FINEP, 1984. v. 1.

ARGOLO, J. A.; RIBEIRO, K.; FORTUNATO, L. A. M. *A Direita Explosiva no Brasil: a história do grupo secreto que aterrorizou o país com suas ações, atentados e conspirações*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996. 332 p.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *A contradita: polícia política e comunismo no Brasil (1945-1964)*. Rio de Janeiro: APERJ, 2000. (mimeo.). (Entrevistas de Cecil Borer, Hércules Corrêa dos Reis, José de Moraes e Nilson Venâncio a Leila Menezes Duarte e Paulo Roberto Pinto de Araújo, em 1998).

BAKHTIN, M. *Cultura Popular na Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato responsável*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

BENEVIDES, M. V. M. O governo Kubitschek: a esperança como fator de desenvolvimento In: GOMES, A. C. *O Brasil de JK*. Rio de Janeiro, 1991.

BICUDO, H. *Direitos Humanos e sua proteção*. São Paulo: FTD, 1997.

BRASIL. Lei nº 1.802, de 05 de Junho de 1953. Define os crimes contra o Estado e a Ordem Política e Social, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 05 out. 1953.

BRETAS, M. L. Observações sobre a falência dos modelos policiais. *Tempo Social*; São Paulo, 9(1): 79-94, maio de 1997.

\_\_\_\_\_. *Ordem na cidade: o exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930*. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CAMARGO, A. A. A Questão Agrária: crise de poder e reformas de base (1930-1964). In: FAUSTO, B (Dir.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1983. T. 3, V. 3.

COSTA, L. F. C. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Forense Universitária: UFRRJ, 1996.

CUNHA, P. R. (Org.) *O camponês e a história: a construção da ULTAB e a fundação da CONTAG nas memórias de Lyndolpho Silva*. São Paulo: IPSO – Instituto de Projetos e Pesquisas Sociais e Tecnológicas, 2004. (Série Memória & História; 4)

DREIFUSS, R. A. *1964: A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

DREIFUSS, R. A. *A Internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional (1918-1986)*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DULLES, J. W. F. *Carlos Lacerda: a vida de um lutador*. Tradução de Vanda Neuza Barreto de Andrade. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DUTRA, E. R. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, n. 28, 2001.

FAUSTO, B. *História Concisa do Brasil*. São Paulo: EDUSP/ Imprensa Oficial do Estado, 2001.

FERREIRA, J. (Org.). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FERREIRA, M. M. *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FIGUEIREDO, A. C. *Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política, 1961-1964*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

FONTES, V. (Org.) *História, Poder e Práticas Sociais*. Cascavel: Edunioeste, 2006. Tempos Históricos, n. 7.

GIANNOTTI, V. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X; NPC, 2007.

GOMES, A. M. C. História, historiografia e cultura política no Brasil: algumas reflexões. In: SOIHET, R; BICALHO, M. F. B.; GOUVEA, M. F. S. (Orgs.). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

\_\_\_\_\_. Reflexões em torno de populismo e trabalhismo. *Varia Historia*, n. 28, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Brasil Republicano: sociedade e política (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, t. 3.

GRAMSCI, A. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

\_\_\_\_\_. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

GRYNSZPAN, M. *Mobilização camponesa e competição política no estado do Rio de Janeiro (1950-1964)*, 1987. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

\_\_\_\_\_. O período Jango e a questão agrária: luta política e afirmação de novos atores. In: FERREIRA, M. M. (Org.). *João Goulart entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GRYNSZPAN, M.; DEZEMONE, M. A. O. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: ligas camponesas, comunistas e católicos (1950-1964). In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D.A. (Orgs.). *As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. 1. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, V. 2.

GRZYBOWSKI, C. *Caminho e Descaminho dos Movimentos Sociais no Campo*. Petrópolis: Vozes, 1991.

HOBBSAWM, E. J. *Los Campesinos y la Política*. Barcelona: Editorial Anagrama, 1976.

HOLLANDA, C. B. *Modos de representação política: o experimento da Primeira República brasileira*. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2009.

JASMIN, M. G. História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 20, n. 57, fev. 2005.

\_\_\_\_\_; FERES JUNIOR, J. História dos conceitos: dois momentos de um encontro intelectual. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *História dos conceitos: debates e perspectivas*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Loyola; IUPERJ, 2006.

KONDER, L. *Flora Tristan: uma vida de mulher, uma paixão socialista*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

KOSELLECK, R. *Futuro passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora da PUC-Rio, 2006.

KUSCHNIR, K.; CARNEIRO, L. P. As dimensões subjetivas da política: cultura política e antropologia da política. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, 1999.

LE GOFF, J. Documento/Monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1996.

LINHARES, M. Y. L.; TEIXEIRA, F. C. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARIÁTEGUI, J. C. *Do sonho às coisas: retratos subversivos*. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARTINS, J. S. *Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MATTOS, M. B. (Coord.) *Greves e repressão policial ao sindicalismo carioca*. Rio de Janeiro: APERJ/ FAPERJ, 2003.

\_\_\_\_\_. *Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MEDEIROS, L. S. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, L. S. *História dos Movimentos Sociais no Campo*. Rio de Janeiro: Fase, 1989.

MEDEIROS, L. S. *Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses: os comunistas e a constituição de classes no campo*. 1995. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_. O Partido Comunista e a constituição das organizações no campo: memória de um militante. *Estudo Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, out. 2004. (corresponde ao número 23 da numeração antiga).

MENDONÇA, S. R. Estado, violência simbólica e metaforização da cidadania. *Revista Tempo*, v. 1, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. *O ruralismo brasileiro*. São Paulo: Hucitec, 1997.

\_\_\_\_\_; FONTES, V. *História do Brasil Recente – 1964-1992*. São Paulo: Ática, 1996.

MINC, C. *A reconquista da terra: Estatuto da terra, lutas no campo e reforma agrária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

MIRANDA, M. *O conceito de legalidade do contexto das crises políticas de 1955 a 1964 no Brasil*. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010.

MONTENEGRO, A. T. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de revolução. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A.N. (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática (da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MORAES, D. *A esquerda e o golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

\_\_\_\_\_; VIANNA, F. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAIS, C. S. A história das ligas camponesas do Brasil. In: STEDILE, J. P. (Org.). *História e natureza das ligas camponesas*. São Paulo: Expressão Popular, 2002.

MOTTA, M. M. M. *Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Vício de leitura; APERJ, 1998.

MOTTA, M. S. Frente e verso da política carioca: o lacerdismo e o chaguismo. *Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, 1999.

MOTTA, R. P. S. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: \_\_\_\_\_. (Org.). *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

OLIVEIRA, F. *A economia brasileira: crítica a razão dualista*. Petrópolis: Vozes; Cebrap, 1981.

PITKIN, H. Representação: palavras, instituições e ideias. *Lua Nova*. São Paulo, n. 67, 2006.  
POCOCK, J. G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: EDUSP, 2003.

POMAR, P. E. R. *Democracia Intolerante: Dutra, Adhemar e a repressão ao Partido Comunista (1946-1950)*. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa oficial do Estado, 2002. Coleção Teses e Monografias. v. 4

POULANTZAS, N. *O Estado, o Poder e o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

\_\_\_\_\_. *La crise de L'état*. Paris: PUF, 1976.

\_\_\_\_\_. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

REIS FILHO, D. A. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

RÉMOND, R. Por que a história política? *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 13, jan./jun. 1994.

RENNÓ, L. Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB*, Rio de Janeiro: n. 45, 1. sem. 1998.

REZNIK, L. *Democracia e Segurança Nacional: a Polícia Política no pós-Guerra*. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

\_\_\_\_\_. *200 anos da Polícia civil do Estado do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro: Ideorama, 2009.

RIDENTI, M.; REIS FILHO, D. A. (Org.). *História do marxismo no Brasil*. Campinas: Unicamp, 2002.

SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. Camponeses e políticas no pré-64. *Estudo Sociedade e Agricultura*. Rio de Janeiro, n. 8, abr. 1997.

SARMENTO, C. E. B; FREIRE, A. O. G. Três faces da cidade: um estudo sobre a institucionalização e a dinâmica do campo político carioca (1889-1969). *Estudos Históricos*, v. 13, n. 24, 1999.

SILVA, A. O. *História das tendências no Brasil: origens, cisões e propostas*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, s.d.

SILVA, C. L.(Org.). *Estado e poder: questões teóricas e estudos históricos*. Cascavel: Edunioeste, 2011.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Programas da Pós-Graduação do Departamento de Letras da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. *Pensares em Revista*. Disponível em: <[www.e-publicações.uerj.br](http://www.e-publicações.uerj.br)>.

VIANNA, L. W. *Liberalismo e sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

WEFFORT, F. C. Democracia e movimento operário: algumas questões para a história do período 1945-1964. *Revista de Cultura Contemporânea*, São Paulo, 3 partes, 1979.

WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

#### Fontes

APERJ – Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro:

- Fundo polícias políticas
- Fichários microfilmado das polícias políticas
- Serie “Fichas Verdes”
- Instrumentos de Pesquisa DPS, DOPS, DOPS-GB

Revista “Chronos”, UNIRIO, 2006.

Revista “História e Luta de Classes”, 2005.

Revista Brasileira de História, 2008.

Revista Varia História, 2002.

Revista Estudos Históricos, 1999.